



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Faculdade de Formação de Professores

PPGHIS

Gustavo Monteiro de Rezende

**ABOLICIONISMO POPULAR NA CORTE DO RIO DE JANEIRO**

**(1879 – 1888)**

São Gonçalo, 2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Gustavo Monteiro de Rezende

**ABOLICIONISMO POPULAR NA CORTE DO RIO DE  
JANEIRO**  
(1879 – 1888)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós – Graduação em História Social do Território, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Regina Andrade dos Santos

São Gonçalo  
2009

Gustavo Monteiro de Rezende

**ABOLICIONISMO POPULAR NA CORTE DO RIO DE JANEIRO**  
(1879 – 1888)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós – Graduação em História Social do Território, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em \_\_\_\_\_

Banca Examinadora: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Regina Andrade dos Santos (orientadora)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucia Helena Pereira da Silva

São Gonçalo  
2009

## RESUMO

Esta dissertação visa analisar o papel desempenhado pelos setores livres pobres urbanos (o povo, no jargão dos abolicionistas) durante a década de 80 do século XIX na Corte (atual município do Rio de Janeiro) do Império do Brasil, sua relação com grupos dominantes e abolicionistas. Nossa análise não se prende ao movimento abolicionista, tendo a “Revolta do Vintém” um espaço dedicado em nosso trabalho.

A historiografia da abolição não é generosa com os setores livres pobres urbanos. Rotineiramente, a história a década de 80 é contada com três protagonistas: escravos, grupos dominantes e abolicionistas; ficando o povo renegado nos trabalhos. Visando auxiliar no preenchimento desta lacuna historiográfica, surge este trabalho.

A década de 80 do século XIX no Império do Brasil (especialmente na Corte) é marcada por uma série de discussões que trariam modificações estruturais importantes no Brasil. O fim do trabalho escravo, a reforma eleitoral e o advento do republicanismo foram pontos que estiveram na “agenda” da sociedade brasileira. A “Revolta do Vintém” foi um evento que catalisou todas estas questões em um único movimento social.

O imposto do vintém, cobrado sobre as passagens de bonde, não fora o grande foco de divergência entre setores dominantes e populares e abolicionistas; somente o gabinete liberal de 5 de janeiro o defendia. A divisão se dava por conta da intensa participação popular que se desenhou desde dezembro de 1879. Como fazer cair o infeliz imposto? Uns diziam que através do parlamento (grupos dominantes), outros através de manifestações públicas de repúdio (abolicionistas como Lopes Trovão e Ernesto Sena). Neste contexto, surge uma batalha de discursos com vinculações entre a “revolta do vintém”, participação popular e republicanismo.

A relação entre abolicionistas e populares – como bem exemplifica a “Revolta do Vintém” – extrapolava a temática do final da escravidão. Os abolicionistas em alguns momentos mostram certo senso de hierarquização do movimento (como no “13 de maio”), mesmo assim lutavam por interesses do povo junto com o povo. Os populares, longe de serem um grupo de indivíduos orquestrados por aproveitadores (discurso adotado pelos grupos dominantes), possuíam seus objetivos e metas. E a década de 80, repleta de novidades, fez com que não mais os setores dominantes conseguissem isolar completamente os setores livres pobres urbanos.

## ABSTRACT

This dissertation intends to analyse the role played by the free urban poor sectors (the people, in the abolitionists language) during the eighties in the nineteenth century at the Cort (now, city of Rio de Janeiro) of the Empire of Brazil, its relationships with dominant groups and abolitionists. Our analysis does not stop at the abolitionist movement, having the “Vintém Riot” a dedicated space at our work.

The abolitionist historiography is not generous with the free urban poor sectors. Constantly, the history of the eighties is told with three main characters: slaves, dominant groups and abolitionists; leaving the people relegated at those works. Intending to help filling up this historiography lack, comes this work.

The eighties of the nineteenth century in the Brazil Empire (specially at the Cort) is marked by a series of discussions that would bring important structural modifications in Brazil. The end of slave labour, the reform of the election system and the coming of republicanism were points in the “agenda” of the Brazilian society. The “Vintém Riot” was an event that catalysed all these questions into a social movement.

The vintém tax, charged over the bond tickets, was not the main focus of discussion between dominant sectors and populars and abolitionists: only the January 5<sup>th</sup>'s liberal administration defended it. The division happened because of the intense popular participation that was drawing since December 1879. How to make the unfortunate tax fall? Some said that it should happen through the parliament (dominant groups), others through public manifestations (abolitionists as Lopes Trovão and Ernesto Sena). In this context, comes a battle of speeches that connected the “vintém riot”, popular participation and republicanism.

The relation between abolitionists and people – as exemplified by the “vintém riot” – went beyond the slavery issue. The abolitionists at some moments show a certain sense of hierarchy in the movement (as in May 13<sup>th</sup>), even so they fought for the interests of the people together with the people. The populars, away from being a group of individuals conducted by dishonest men (speech used by the dominant groups), had their goals. And the eighties, filled with news, made that no longer more the dominant sectors could completely isolate the free urban poor sectors.

## Sumário

- **Introdução..... 1-2**
- **A historiografia da abolição e participação popular..... 3-31**
- **Visões sobre o povo.....32-71**
- **Populares e abolicionistas na “Revolta do Vintém.....72-117**
- **Conclusão..... 118-124**
- **Bibliografia..... 125-127**

## Introdução

O trabalho desenvolvido pretende dar voz a um grupo que durante muitos anos foi esquecido, renegado pela historiografia – os setores livres pobres. Felizmente, esta tendência está paulatinamente mudando. Historiadores como Sidney Chalhoub e Maria Helena Machado<sup>1</sup> têm dado contribuições decisivas para a mudança desse quadro.

O “povo” (é desta maneira que eram designados os setores livres pobres nos jornais da época) é nosso principal objeto de estudo. É neles que estará focada a análise deste trabalho. Ouvir os ecos do passado, de indivíduos que publicamente não tinham a oportunidade de se expressar, expor seus pensamentos. Iremos detalhar nos próximos parágrafos as estratégias utilizadas que visavam traçar movimentos, detectar redes de sociabilidade.

O espaço onde se desenrolaram as ações em que o povo foi protagonista se deu no município neutro (então Corte do Império do Brasil). Tal escolha se justifica por estarmos tratando não somente de uma capital política (onde todas as discussões ocorriam), mas também cultural. O recorte temporal é a década de 80 do século XIX, tão agitada e cheia de eventos envolvendo o povo; lembremos da revolta do vintém ocorrida em janeiro de 1880 e do movimento abolicionista.

As fontes utilizadas foram periódicos que tinham uma alta tiragem para os padrões da época. Foram analisados o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta da Tarde*, a *Gazeta de Notícias*, o *Fluminense* e a *Gazeta da Noite*. Temos jornais que defendiam causas populares. Lá tivemos acesso a discursos e impressões de redatores (muitas vezes abolicionistas) sobre o povo.

Entretanto, houve o cuidado de se ouvir também relatos de membros ligados às elites de então. Para executar essa tarefa, utilizamos o *Jornal do Commercio*, tantas vezes acusado pelas outras folhas de ser ministerialista. No espaço do *Jornal do Commercio*, por vezes discursos e relatórios oficiais eram reproduzidos.

O trabalho foi dividido em três partes. No o 1º capítulo, propomos uma discussão historiográfica que estabeleceu relações entre abolicionistas de renome (como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Lopes Trovão, Ferreira de Menezes, etc) e os setores livres pobres. Muito se debate sobre as reais intenções que moviam as relações entre abolicionistas e

---

<sup>1</sup> Conferir: Chalhoub, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo, Companhia das Letras, 2003 e Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição.* Rio de Janeiro, EdUSP/EdUFRJ, 1994.



o povo. Uns defendem a idéia de foram os abolicionistas meros reformadores, outros abraçam a tese de terem sido estes sujeitos intencionados a implementar um novo projeto para o Brasil: mais democrático e justo. O 2º capítulo se preocupou em coletar impressões de abolicionistas sobre o povo. Aqui, desejávamos compreender de maneira mais nítida as relações entre os grupos por nós citados. Respondemos a algumas perguntas centrais: que visão tinham os abolicionistas do povo? Enxergavam os setores livres pobres como dependentes de suas ações? Incentivaram a ida do povo para as ruas? Se sim, em quais circunstâncias isto acontecia? Na ótica dos abolicionistas, estaria o povo preparado para participação política direta (através de eleições)?

Nosso 3º e último capítulo analisa a revolta do vintém. Suas causas, implicações e repercussões sobre a sociedade imperial. Porém, nos aprofundamos ao tratarmos do papel do povo. A revolta do vintém foi um episódio riquíssimo, com uma enorme participação popular; pudemos notar redes de sociabilidade entre povo e redatores de jornais; táticas de resistência popular e o olhar completamente distinto de indivíduos ligados ao pensamento dominante da época e de populares e seus defensores sobre um mesmo acontecimento.

No decorrer destes capítulos, pretendemos oferecer um olhar mais amplo sobre como a população livre pobre (“o povo da” *Gazeta da Noite* de Lopes Trovão) agia e atuava politicamente; sobre como era interpretada por setores que a temiam e que a defendiam.

Este é um trabalho sobre o povo, povo este ainda sem muito espaço em nossa historiografia. Esta é uma contribuição nossa com a intenção de auxiliar a mudar este cenário. Dar voz a agentes históricos que em sua maioria não dominavam as letras (em um tempo onde os principais meios de comunicação se utilizavam das palavras) e não tinham representação política foi uma tarefa árdua; o principal obstáculo para quem opta por esta vertente histórica.

Sabemos que nos baseamos em impressões de terceiros (dos redatores de jornais) para tirarmos algumas conclusões; porém, são idéias que nos ajudam a compreender como aqueles homens e mulheres livres e pobres eram interpretados naquele tempo, de como seus atos eram recebidos. Pensamentos provenientes de homens que viam sua sociedade mudar rapidamente, que cada vez mais notavam a participação popular na vida pública e política brasileira.

## Capítulo I

### A historiografia da abolição e a participação popular

#### Introdução

A proposta de nossa pesquisa é justamente contribuir para uma área que, pensamos, possui ainda algumas lacunas a serem preenchidas. Nosso objeto de pesquisa será os setores livres pobres urbanos (o povo); existe ainda muito a ser discutido sobre a atuação e o papel desempenhado por estes sujeitos dentro do movimento abolicionista e também fora dele (como poderemos perceber através desta discussão historiográfica).

Nossa hipótese central é a de que os setores livres pobres urbanos não foram mera massa de manobra. Estes indivíduos não eram peças à disposição dos grandes líderes abolicionistas que seguiam suas ordens ao seu bel-prazer.

Os setores livres pobres eram um segmento importantíssimo da sociedade imperial brasileira e possuíam seus próprios projetos. Lutavam e buscavam melhorias de vida, participaram ativamente do jogo político de fins do século XIX através do Movimento Abolicionista e em outras ocasiões como na Revolta do Vintém; algumas vezes se utilizaram dos líderes abolicionistas pegando emprestado seu prestígio em nome de suas próprias causas.

Adotaremos como palco principal de nossa história a Corte (atual município do Rio de Janeiro). Lá, como bem ressaltou Chalhoub<sup>1</sup>, era a cidade – negra; além disso, abrigava as mais importantes instituições políticas do Império (Senado e a Câmara); capital do Império e sede dos mais expressivos meios de comunicação nacionais, tanto abolicionistas quanto escravistas (como a Gazeta da Tarde e o Jornal do Comércio).

Nosso recorte temporal compreende o período de 1880 até 1888. O marco inicial se justifica pelo consenso historiográfico em torno da idéia de que a partir deste momento, o Movimento Abolicionista realmente se encorpa:

“O alvorecer da década de 80 assinalou o reflorescimento do abolicionismo que, desde 1871, exaurido pelas lutas políticas que cercaram a aprovação da Lei do Ventre Livre, mantinha-se na retaguarda. De fato, nos anos de 1879 e 1880, escorado em personalidades que se popularizavam através da imprensa, das tribunas parlamentares e dos *meetings* populares, tais como Nabuco e Patrocínio, idéias abolicionistas de diferentes matizes ideológicos parecem ter ganho as ruas [...]”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

<sup>2</sup> MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro, EdUSP/EdUFRJ, 1994. P.83.

Também em 1880, na Corte, ocorre um movimento social muito rico que não ocupa o espaço merecido dentro da historiografia: a Revolta do Vintém. Durante o motim do vintém (como também ficou conhecido), povo e líderes abolicionistas estiveram lado a lado em diversos momentos. Desde a concepção do movimento até os embates de janeiro que resultaram em mortes. Veremos que o grande debate naquele momento não era sobre o dito imposto.

O ano de 1888 é nosso recorte final por ser o ano da abolição da escravidão brasileira. Embora existam trabalhos que adotem a perspectiva de que o Movimento Abolicionista não se desarticula por completo após o “13 de Maio”<sup>3</sup>, não é nossa intenção adentrar os primeiros anos da república, pois pretendemos analisar os homens livres pobres nos anos mais turbulentos do movimento.

A intenção de nosso trabalho é examinar o papel dos setores populares (homens livres pobres) durante o período que engloba processo de abolição da escravidão brasileira. Fato importantíssimo, o fim da instituição da escravidão é marcado por uma intensa participação de todas as parcelas da sociedade brasileira.

“O rompimento com o passado parecia evidente e o movimento que resultou nessa “explosão” de alegria, durante vários dias pelas ruas da Corte, comportava, em seu seio, vários projetos diferentes para a sociedade brasileira. Em torno da abolição, haviam se reunido republicanos e monarquistas, radicais e moderados, liberais e conservadores, imigrantistas, trabalhadores manuais, comerciantes e profissionais liberais.”<sup>4</sup>

A questão a ser trabalhada neste capítulo é como a historiografia compreende o processo da abolição; as relações entre abolicionistas e escravos, populares e abolicionistas, setores escravistas e cativos. Antes de iniciarmos a exposição das principais linhas historiográficas, faremos uma observação importante.

A apresentação dos autores (as) não segue nenhuma ordem cronológica específica, os dividimos de acordo com eixos temáticos. Vale ressaltar também que determinadas obras poderiam figurar em mais de um eixo temático; entretanto, os enquadrámos de acordo com as características principais de seus escritos para uma melhor arrumação do quadro teórico, visando uma exposição mais clara.

A produção historiográfica sobre o tema “Abolição e abolicionismo” é muito diversificada: algumas valorizam aspectos econômicos (característica mais acentuada nas obras de finais da década de 70), outras se preocupam mais com os grandes líderes

<sup>3</sup> “Abolicionismo e visões da Liberdade” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro*. ISSN 0101-4366 - n.437 - out/dez 2007, pp.230-245.

<sup>4</sup> SANTOS, Cláudia Andrade dos. *Projetos Sociais Abolicionistas: Ruptura ou Continuísmo?* In: *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Daniel Aarão Reis (Organizador). Viveiros de Castro Editora, 2000, Rio de Janeiro. P. 54.

abolicionistas (a clássica obra biográfica sobre José do Patrocínio, por exemplo) <sup>5</sup>, já algumas se voltam para a análise da atuação dos cativos neste processo, visando comprovar independência dos escravos perante os elementos brancos exógenos ao universo dos cativeiros (marca das obras de fins dos anos 80).

O próprio volume da produção bibliográfica acerca da abolição por si só nos diz muito sobre a preponderância deste tema dentro da historiografia brasileira. O movimento abolicionista pode ser considerado um dos primeiros grandes movimentos sociais brasileiros que envolveu vários estratos da sociedade imperial, algo difícil de ser realizado mesmo em nossos dias onde nos encontramos repletos de meios de comunicação, muitos deles instantâneos. Naquele momento, o debate sobre a manutenção ou a queda da escravidão estava na “agenda” de toda a sociedade brasileira.

Portanto, como tema extremamente complexo que é, não foi tratado de maneira simplificada pelos historiadores. Nesse contexto abolicionista, vários projetos distintos estavam em jogo; conseqüentemente é difícil fazer um trabalho sobre a abolição que englobe todos os aspectos.

Por outro lado, o que estas obras apresentam em comum é o fato de que, em muitas delas, os elementos populares estão em segundo plano. Os indivíduos que não eram escravos ou não pertenciam ao restrito mundo dos barões do café e da política, quase sempre são apresentados como secundários neste processo. O objeto da nossa dissertação é justamente compreender a atuação desses setores populares durante a década de 80 no século XIX (não somente no contexto do movimento abolicionista, a revolta do vintém também faz parte de nosso trabalho).

Para isso, é imprescindível o diálogo com as distintas correntes historiográficas sobre o tema “Abolição e abolicionismo”. Neste capítulo, nós estaremos apresentando esse diálogo no intuito de apontar a relevância da nossa pesquisa, além de perseguir outro objetivo, qual seja o de construir um quadro explicativo do processo abolicionista.

---

<sup>5</sup> JUNIOR, Raimundo Magalhães. *Vida Turbulenta de José do Patrocínio*, São Paulo, LISA, 1971.

## Um abolicionismo revolucionário?

Começaremos a nossa revisão historiográfica com alguns trabalhos de Cláudia Andrade dos Santos que se voltam para os aspectos sociais do contexto abolicionista.

O primeiro deles é deveras interessante e em muito contribuiu para nosso trabalho. O texto “Projetos Sociais Abolicionistas: Ruptura ou Continuísmo”<sup>6</sup> discute sobre o futuro dos segmentos sociais menos favorecidos após o fim da abolição, tendo como base de análise os projetos de Brasil defendidos por alguns dos mais célebres e festejados abolicionistas de então.

Uma das principais preocupações da autora é a de desmistificar a idéia presente em algumas obras, de que os líderes abolicionistas que pertenciam ao alto e restrito círculo dos favorecidos cultural e economicamente (Joaquim Nabuco, por exemplo) estavam comprometidos integralmente com os ideais burgueses, nada mais sendo do que meros reformadores interessados na manutenção do *status quo*.

Cláudia Andrade dos Santos dedica suas páginas à demonstração do caráter (até certo ponto revolucionário) inovador e inédito das propostas de Joaquim Nabuco e André Rebouças. Estes últimos chegaram mesmo a propor uma “reforma agrária” ou democratização da terra que percebem como condição *sine qua non* tanto para a introdução da pequena propriedade quanto para a entrada do Brasil no concerto das nações civilizadas.

O final dos anos 80 foi marcado por uma nova onda de estudos sobre a abolição da escravidão, nada fora do normal, já que se tratava do centenário do fim da escravidão. Entretanto, como ressalta Cláudia Santos, este momento é marcado por uma mudança de direção nos estudos abolicionistas.

“A comemoração do centenário da abolição propiciou uma proliferação de estudos sobre o tema. Apesar das referências a projetos de reforma social formulados pelos líderes do movimento, a imagem predominante é a do abolicionista “comprometido com os interesses da elite”.<sup>7</sup>

Pare rebater tais críticas, a autora argumenta que uma das principais bandeiras dos abolicionistas era a famosa “Democracia Rural” de André Rebouças. Fica nítido que Nabuco e Rebouças pelo menos estavam comprometidos com algo mais, já que:

“Nos seus textos abundam referências à necessidade absoluta da reforma do sistema de propriedade da terra. Torna-se evidente, a partir da análise de seus discursos, que a escravidão nunca é vista como “mera emancipação jurídica” do escravo. A “democratização do solo” é considerada, pelos principais líderes abolicionistas cariocas, “a consequência lógica” dos atos do 13 de maio.”<sup>8</sup>

<sup>6</sup> SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos, op. cit.

<sup>7</sup> *Ibidem*. p.59.

<sup>8</sup> *Ibidem*. P.64.

Em “Abolicionismo e Desigualdades Sociais”<sup>9</sup>, Cláudia Santos segue os mesmos passos e linha de raciocínio. Refuta a linha historiográfica que concebe o abolicionismo como uma atividade feita por brancos e lança mão do argumento da democratização do solo proposta por Nabuco e Rebouças, os afastando da suspeita de estarem comprometidos exclusivamente com os interesses dos grandes proprietários.

O que mais nos interessou na análise de Cláudia Andrade Regina dos Santos é o fato de que os abolicionistas, ansiosos para que o Brasil entrasse no concerto das nações civilizadas (é importante lembrar que a autora em não nega as influências liberais tanto de Nabuco quanto de Rebouças), se preocupavam com a realização da reforma agrária, assunto que desperta polêmica até os dias atuais.

Em momento algum, pelo menos lendo os trechos dos abolicionistas, a democracia rural brasileira ficaria restrita aos cativos. Os outros setores desfavorecidos da população (ao que tudo indica), também seriam agraciados, já que “partindo da crítica à classe dos proprietários de escravos, André Rebouças se volta contra a estrutura fundiária do Brasil, a qual ele atribuiu a responsabilidade pelo arcaísmo da sociedade e economia brasileiras”.<sup>10</sup>

Mesmo nas mentes dos líderes abolicionistas, o povo (vocábulo utilizado por homens como Lopes Trovão e Bezerra de Menezes para designar os setores livres pobres urbanos em periódicos, como veremos mais adiante) era extremamente importante. Sua inserção no mercado de trabalho, na economia brasileira, seria condição para o desenvolvimento brasileiro. Acreditavam (nem todos) que o elemento nacional (incluindo os cativos) deveria ser a opção de mão obra tanto para a lavoura quanto para a economia urbana. Lembremos que a imigração foi a alternativa escolhida pelos setores dominantes.

Outro aspecto que devemos ressaltar é que nem todos os abolicionistas eram muito simpáticos à idéia da participação direta dos setores populares à frente do movimento.

Daí, muitas das acusações de estarem compactuados com os setores dominantes da sociedade imperial, de serem meros reformistas. Vejamos este trecho:

“O receio de que a rebeldia negra tomasse a frente do movimento abolicionista está presente nos textos de Joaquim Nabuco, de André Rebouças e em vários artigos de José do Patrocínio. O processo de independência do Haiti e a Guerra da Secessão fazem parte dos temores da época [...]”.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Abolicionismo e Desigualdades Sociais*. In: Rio de Janeiro: tempo, espaço e trabalho. MOURA, Ana Maria da Silva ; SILVA, Carlos A. M (Org).

<sup>10</sup> *Ibidem*. p.216.

<sup>11</sup> SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Projetos Sociais Abolicionistas: Ruptura ou Continuísmo?* In: Intelectuais História e Política (séculos XIX e XX). Reis, Daniel Aarão (org). Rio de Janeiro, Viveiros de Castro Editora, 2000. P.61.

Para gerar tal temor e receio nestes indivíduos, uma participação minimamente ativa daqueles homens livres pobres tinha de acontecer (e de fato, estes já tinham demonstrado seu potencial no episódio da “Revolta do Vintém” em janeiro de 1880). Não podemos negar a importância deste expressivo setor na elaboração de políticas e em sua participação, mesmo que de forma indireta, no jogo político.

O medo de que o povo, então excluído do jogo político, adentrasse no processo, incluía o real temor de que aqueles indivíduos ocupassem posições de poder. Acreditamos que esse posicionamento não desqualifica a atuação dos abolicionistas, nem permite a afirmação simplista de que estariam cooptados pelos barões do café: nestas horas é sempre bom lembrar de que os homens são filhos de seu tempo.

O trabalho de Paula Beiguelman<sup>12</sup> explica a abolição da escravidão através do imigrantismo. De acordo com Ciro Flamarion “como a imensa maioria dos autores que se referiam ao assunto, Paula Beiguelman acha que a superação do trabalho escravo pelo imigrante significou a passagem ao trabalho assalariado”.<sup>13</sup>

Ainda de acordo com a referida autora, as diferenças estruturais entre as áreas produtoras de café em São Paulo também se encaixam no quadro explicativo da abolição. Como a região do “Oeste Novo”, a partir de 1850, começa a sentir a carência de mão de obra cativa, a solução encontrada é a opção pela imigração de estrangeiros. É neste contexto, de desarticulação do modo de produção escravista colonial, que a abolição se torna possível e ganha força; a inserção da imigração como fator se encaixa neste quadro.

Entretanto, o aspecto que mais nos interessa no momento, são as afirmações da cientista política sobre o abolicionismo. A autora se preocupa inicialmente em caracterizar as péssimas condições de vida em que viviam tanto os habitantes do campo (cativos ou não) e a insalubridade do meio urbano.

“Correlatamente, a indigência popular, nas vilas e nos centros maiores, a cujas portas se estendem”, cabanas que parecem, no século XIX, residências de animais”, revela-se como a contrapartida urbana da miséria rural, ambas faces da mesma degradação imposta ao povo brasileiro”.<sup>14</sup>

Portanto, para a autora, o grande objetivo abolicionista teria de ser não somente a emancipação jurídica do cativo, mas sim a reformulação da própria ordem. Somente assim poderíamos mudar esta triste realidade daquele momento. Era mais do que necessário uma reinvenção da ordem.

<sup>12</sup> BEIGUELMEN, Paula. *Pequenos Estudos de Ciência Política*. São Paulo, Pioneira, 1969.

<sup>13</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S Cardoso. *A Abolição Como Problema Histórico e Historiográfico*. In: *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. CARDOSO, Ciro Flamarion S (org). Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1988. P.91.

<sup>14</sup> BEIGUELMEN, Paula, op. cit., p.109.

“Ao estereótipo do brasileiro que “não quer trabalhar”, o abolicionismo contrapõe o dever patriótico de conseguir que ele queira e possa fazê-lo. **Adotada, assim, como alvo, a incorporação econômica normal da massa brasileira transcende a batalha pela emancipação jurídica do escravo, e passa a apontar para a mudança do próprio sistema em que a escravidão se insere (e que pode persistir mesmo depois de abolido o estatuto escravista)**”. (grifo da autora)

Mais uma vez percebemos que a inserção do elemento nacional é vista como primordial pelos líderes abolicionistas para a real mudança da ordem. Aparentemente grande massa que compunha os setores populares não é em momento algum esquecida ou menosprezada, pelo contrário, é percebida como fator fundamental na construção desta nova ordem (tendo como base a análise de Beiguelman).

Beiguelman faz questão de lembrar as péssimas condições de vida dos setores populares e exalta a preocupação dos líderes abolicionistas com relação a estas. Mas, por mais que indiretamente demonstre a importância das camadas populares no projeto de Brasil formulado pelos abolicionistas, aqui (como em outras análises já enumeradas), o povo não ocupa o primeiro plano da análise.

Ricardo Salles<sup>15</sup>, adotando a mesma tendência de pensamento que Beiguelman e Santos, não interpreta o abolicionismo como um movimento que estivesse intimamente ligado aos valores do grupo dominante da sociedade imperial.

“O movimento abolicionista tinha, entretanto, um inequívoco compromisso com a erradicação total do trabalho servil que subordinava toda e qualquer outra idéia que o acompanhasse. Suas principais lideranças eram no mínimo reticentes quanto à adoção de outras formas de trabalho compulsório, mas na maioria das vezes, francamente contraditórias. Opunham-se ao reconhecimento do direito de propriedade sobre a escravaria e ao pagamento de indenizações aos antigos proprietários”.<sup>16</sup>

Destaca-se mais uma vez a preocupação abolicionista com a inserção dos ex – cativos, já que ela é vista como fator fundamental para a formação de um novo Brasil. A quebra da ordem Saquarema identificada por Salles calcava-se também nas propostas de reforma agrária de Rebouças (a tão famosa democratização do solo).

Uma outra interessante contribuição do historiador é a sua visão de que o movimento abolicionista não se restringira somente aos grandes líderes abolicionistas. O movimento é compreendido como sendo a união de vários setores com diferentes projetos que se unem na busca pela destruição da instituição escravista. Por mais que as lideranças abolicionistas temessem que a grande massa atuasse de maneira constante e firme no movimento, o espaço destas estava garantido nas manifestações populares.

<sup>15</sup> SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

<sup>16</sup> *Ibidem*. p.180.



Salles busca também compreender a natureza deste abolicionismo que afirma ser radical. Como resposta para seu questionamento, conclui que são vários os fatores que contribuem para tal. O cenário internacional é levado (muito corretamente em nossa concepção) em consideração:

“O efeito das conquistas democráticas e sociais européias e até mesmo do pensamento socialista deve ser levada em conta como um outro fator de radicalização do movimento abolicionista. Afinal, todos se encontravam sob forte influência intelectual e queriam estar de acordo com os últimos avanços da modernidade ocidental”.<sup>17</sup>

Ao mesmo tempo em que os apresenta como homens radicais, faz questão de ressaltar suas convicções de homens pertencentes a um estrato superior de uma sociedade excludente do século XIX. Afinal, eram sujeitos influenciados pelo Liberalismo e positivismo, herdeiros de uma lógica colonial.

Este primeiro bloco de interpretações nos permitiu ver uma discussão acerca dos grandes elementos abolicionistas, indivíduos pertencentes ao restrito grupo de educados, dos privilegiados. Até este momento, debatemos sobre um possível caráter revolucionário das atitudes destes abolicionistas de renome dentro da sociedade imperial; este enfoque contribuirá para compreendermos a riqueza e complexidade da natureza do movimento abolicionista.

Ao ligar aqueles agentes históricos (como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, Lopes Trovão, por exemplo) a um compromisso maior, os autores aqui analisados apontam para a existência de um movimento que não só estava comprometido com uma modernização brasileira em termos econômicos, mas também visava um projeto, de inserção de parcelas sociais até então renegadas tanto em nosso período colonial quanto imperial. Cativos, libertos e os homens pobres que já nasceram livres e estavam lado a lado nas fileiras abolicionistas não seriam esquecidos.

Um ponto positivo destas interpretações é o de olhar o cenário como um todo, não deslocando os sujeitos de seu tempo histórico. São apresentados como indivíduos preocupados em romper com o *status quo*, vislumbram um futuro que não condizia com os planos dos reais detentores do poder (os cafeicultores); mas também apontam para certos preceitos que os uniam ao resto do pequeno grupo dominante.

Defendem sim um acesso mais amplo à propriedade do solo e a inserção dos elementos nacionais em seus projetos para um novo Brasil; porém, deixam claro que o processo deve ser conduzido por eles, homens ilustrados, pois não desejam correr o risco de

---

<sup>17</sup> *Ibidem*. p.187.

ver as rédeas do movimento nas mãos dos setores populares<sup>18</sup>. A abolição deve ser feita no parlamento, e não nas ruas. O reconhecimento dessa realidade faz com que a narrativa não retrate heróis românticos, arquétipos; mas sim homens do século XIX não descolados de suas respectivas realidades.

---

<sup>18</sup> Achamos válido lembrar que nem todos os abolicionistas partilhavam da premissa de que a abolição (ou qualquer luta pela conquista de direitos) deveria ser feita somente no parlamento. Excelente exemplo que demonstra a não adoção do princípio anterior foi a Revolta do Vintém. Nela, abolicionistas de renome como Lopes Trovão; Ferreira de Menezes e Ferro Cardoso estiveram ao lado do povo e estimularam (e muito) sua participação nas ruas.

### **Ou um abolicionismo pelego?**

Enquanto algumas análises dão destaque a uma contraposição entre cidade e campo, outras valorizam a atuação dos cativos, entretanto ainda há outra vertente historiográfica importante que, apesar das inúmeras críticas recebidas nos últimos anos, não pode ser ignorada.

Estas análises tendem a compreender o processo de abolição brasileiro, o movimento abolicionista, como um movimento social dirigido exclusivamente por setores brancos (identificados com a elite) onde os cativos e os setores mais humildes da população livre foram conduzidos, ou seja, caso não fosse a iniciativa de um reduzido grupo de ilustrados, a escravidão permaneceria intocada ou, no máximo perduraria por mais tempo.

Começaremos com Octavio Ianni<sup>19</sup>, um dos nomes mais lembrados da corrente historiográfica citada acima. A obra de Ianni considera os cativos incapazes de formularem soluções para alcançarem o fim da escravidão. Afirma que os atos dos escravos “não eram o produto de uma compreensão política da alienação escrava. Em geral, um produto de uma revolta por assim dizer subjetiva, individual ou anárquica”.<sup>20</sup> Fica explícita a incapacidade dos cativos de articularem movimentos mais complexos, o movimento da abolição da escravidão brasileira nada mais foi do que um negócio de brancos.

Fernando Henrique Cardoso<sup>21</sup> enxerga o movimento abolicionista da mesma maneira que Ianni. Para o sociólogo, a abolição da escravidão brasileira nada mais era do que uma meta a ser alcançada visando o ingresso do Brasil dentro de uma ordem capitalista, compreendida então como modernizante. Na realidade, o autor acredita que o fim da escravidão tinha como principal objetivo atender ao princípio liberal de igualdade entre os sujeitos (do ponto de vista jurídico, nada mais), viabilizando desta forma a formação de um proletariado nacional aumentando o mercado nacional consumidor, acabando por adequar o Brasil aos moldes capitalistas e liberal-burgueses da Europa.

Esta corrente de interpretação credita toda a abolição da escravidão aos interesses liberais – burgueses de setores privilegiados brancos da sociedade imperial, não atribuindo qualquer participação independente aos setores cativos ou populares. Neste campo, temos um ideal dos setores dominantes, o da incapacidade de autonomia política do povo.

---

<sup>19</sup> IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo, Hucitec, 1978.

<sup>20</sup> *Ibidem*. p.36.

<sup>21</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

A historiadora Célia Maria de Azevedo em sua obra de 1987<sup>22</sup>, também trata da abolição da escravidão no Brasil. A autora opõe-se à idéia da liderança exclusiva de indivíduos brancos dentro do Movimento Abolicionista. Para a autora, os cativos não estavam simplesmente sob a tutela destas lideranças, mas participaram de forma independente dentro do processo abolicionista.

Azevedo escolhe como objeto de estudo o medo dos indivíduos (geralmente brancos) dos negros identificados na figura dos cativos. Tendo como pano de fundo a transição do trabalho escravo para o assalariado, a historiadora acredita ser o discurso do negro violento, incapaz e preguiçoso não uma mera reprodução de uma fala europeia, mas uma reação normal daqueles assustados setores perante a maior amplitude ganha pelos embates entre senhores e escravos nas últimas décadas da escravidão. Maior amplitude adquirida devido ao aumento da violência escrava que acabava resultando (não sempre) em mortes e agressões ao aparato repressivo (feitores, por exemplo).

É consenso historiográfico que a década de oitenta do século XIX é marcada por violentos confrontos entre escravos contra senhores e os respectivos aparelhos repressivos (polícia e feitores) que acabaram, por vezes, resultando em mortes. Não somente através da violência é que os cativos se manifestavam; fugas de fazendas, diminuição dos ritmos de trabalho e arrecadação de pecúlios visando à compra de suas respectivas alforrias também faziam parte das estratégias dos escravos. Elementos abolicionistas por vezes estavam orquestrando estes movimentos nas fazendas; conseguiam pecúlios e incentivavam fugas, a grande discordância historiográfica ocorre justamente em relação à proeminência de cativos e livres dentro deste processo. Ou seja, a grande questão que muitas vezes se coloca é a seguinte: teriam os elementos escravos aumentado a intensidade e quantidade das revoltas por si só ou teriam sofrido a gerência dos abolicionistas urbanos?

Célia Azevedo prefere a primeira opção. Sua hipótese é a de que a revolta dos cativos teria ocasionado a intensificação dos conflitos entre escravos e o aparato senhorial; após atingirem proporções grandiosas, elementos exógenos ao mundo das fazendas e senzalas (os abolicionistas) entraram na cena e, através de ações políticas, na maioria das vezes, atuaram visando o fim da instituição da escravidão.

Entretanto, fazemos uma ressalva em relação ao trabalho de Azevedo. A autora compartilha com outros historiadores a visão de que a natureza dos abolicionistas estava comprometida unicamente com ideais burgueses, sendo meros reformadores. Entretanto, para

---

<sup>22</sup> AZAVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. O negro no imaginário das elites – século XIX. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

não cometermos um colossal erro, é necessário frisar que Célia, ao contrário de Ianni, e Cardoso, de forma alguma enxerga a abolição como “um negócio de brancos”.

Azevedo ressalta que os próprios abolicionistas não eram muito simpáticos à idéia de uma revolução, de uma inversão completa da ordem. Vejamos a opinião da historiadora acerca das ações abolicionistas (tendência oposta à já exposta de Cláudia Andrade dos Santos):

“Esta mesma ambigüidade persiste na década de 1880, quando o abolicionismo realmente toma o vulto de um grande movimento urbano e popular, espalhando-se pelas ruas em acalorados comícios, manifestações e conflitos violentos com a polícia. Apesar de fazerem críticas à estrutura fundiária, caracterizada pela grande propriedade monocultora de produção extensiva de gêneros de exportação, os abolicionistas sempre deixavam claro que a sua intenção não era revolucionária, mas tão somente reformista”.<sup>23</sup>

Os abolicionistas são retratados como sujeitos compromissados com um modelo alternativo, que enxergam na escravidão um grande obstáculo ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, mas que não são capazes de apoiar e mudar certos preceitos que ainda os ligavam e os tornava parte da elite imperial.

Aparentemente eram atores históricos que deixavam claro sua distância para com os homens livres pobres. Contavam com a simpatia e apoio dos setores livres pobres urbanos, mas sempre se preocupavam em manter o controle sobre o povo que ia para as ruas nos famosos *meetings* abolicionistas:

“Nestas suas tentativas sempre renovadas de manter o controle institucional sobre o movimento das ruas, os abolicionistas perseguiram o mesmo objetivo a que eles se tinham proposto desde o início, ou seja, reordenar o social a partir das próprias condições sociais vigentes, sem nunca enveredar por utopias revolucionárias. Isto significa dizer que o abolicionismo, tal como pretendido por seus dirigentes, deveria por um lado lutar pela libertação dos escravos e a sua integração social, mas, por outro, precisaria envidar todos os esforços para manter o poder da grande propriedade, ou, mais precisamente, o poder do capital”.<sup>24</sup>

Assim como Cláudia Regina Andrade dos Santos, Célia Azevedo ressalta o temor dos abolicionistas em relação à interferência dos setores populares dentro do processo abolicionista. Isto mais uma vez aponta a importância do povo dentro do movimento abolicionista.

Mesmo com interpretações distintas sobre o processo abolicionista, tanto Santos quanto Azevedo, não nos deixam esquecer que nas ruas do Império existia um universo de pessoas que possuíam sonhos e necessidades; que causavam temor nas grandes figuras do cenário político de então.

---

<sup>23</sup> *Ibidem*. p.89.

<sup>24</sup> *Ibidem*. p.89.

Lana Lage possui posição semelhante à defendida por Azevedo. Em seu trabalho, os abolicionistas são vistos como indivíduos claramente conservadores e ligados a preocupações estritamente burguesas, com planejamentos que em nada condiziam com os dos cativos.

A rebeldia escrava é percebida pela historiadora como uma constante durante toda a história da escravidão. Entretanto, em determinado momento, a situação foge do controle das forças repressivas (melhor dizendo, do sistema como um todo), daí aparece um movimento abolicionista que se aproveita desta rebeldia visando à busca de seus próprios interesses.

Os abolicionistas podem ser identificados com os setores urbanos, infelizes com as políticas adotadas pelo governo imperial, e que se servem da rebeldia escrava para cada vez mais enfraquecer e desgastar a instituição escravista. Percebemos que, neste momento, abolicionistas e escravos são dois grupos completamente distintos (o que realmente eram), mas que atuaram em conjunto de uma maneira deveras artificial, o que não nos parece ter sido o caso. Esta visão é bem forte no trabalho de Lage, o abolicionismo era uma “[...] ideologia nascida de interesses específicos, que depois da abolição o negro percebe não coincidirem exatamente com os seus”.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> LAGE, Lana. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981. P.155

### Um abolicionismo na “desordem”.

Emília Viotti da Costa, em trabalho de 1966<sup>26</sup>, constrói outro quadro para explicar a derrocada da escravidão. A historiadora opta por fazer uma distinção entre o rural e o urbano como fator preponderante para o crescimento de um movimento abolicionista forte e eficaz. Em Costa, vemos que a questão espacial é uma vertente bem explorada.

O mundo agrário (rural) das grandes propriedades monocultoras produtoras de café (a província de São Paulo no caso de análise da autora) é contraposto a um mundo urbano, onde cada vez mais se configuraria a posição abolicionista. Os interesses dos cafeicultores paulistas estariam identificados com este mundo rural, portador de uma lógica escravista; enquanto isso, a cidade, a *urbe*, seria o sítio de uma camada cada vez mais forte de profissionais liberais, de indivíduos que nada tinham a ganhar com a perpetuação da escravidão.

Logo, para Costa, teríamos de um lado um grupo de cafeicultores paulistas, estritamente arraigados à escravidão. Já a cidade era o portal da liberdade, com o surgimento de grupos desvinculados de qualquer ligação com a escravidão (profissionais liberais) que estavam em expansão naquele momento. Percebemos então que o edifício abolicionista de Costa é calcado em um jogo de alianças baseadas em interesses econômicos; a abolição aqui pode ser explicada através de uma confluência de interesses de grupos distintos. Entretanto, o que mais nos chamou a atenção foi o fato de a autora enfatizar a oposição cidade – campo (valorizando o espaço) dentro deste processo. A cidade como portadora (mesmo que indiretamente), da modernidade, da mudança, enquanto o campo era o sinônimo do conservadorismo, do *status quo*, da escravidão.

Adotando uma linha similar a de Costa, temos o brasileiro Richard Graham que contemporaneamente a autora, lança um artigo<sup>27</sup>. Graham também escolhe um caminho explicativo que aponta para a importância dos setores urbanos dentro da derrocada da escravidão.

Para o autor, os abolicionistas (em busca de apoio para a causa) propagandeavam seus ideais demonstrando para os grupos urbanos em ascensão como suas necessidades mais urgentes também estavam na agenda do programa abolicionista. Desta forma, os abolicionistas angariaram o apoio urbano contra o poderio dos barões do café (aqui também

---

<sup>26</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

<sup>27</sup> GRAHAM, Richard. “As causas da abolição da escravatura no Brasil”, in Graham, Richard; *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

identificado com o mundo rural, com o campo); daí o abolicionismo ter sido um movimento efetivamente das cidades.

Entretanto, a análise de Graham não termina aí. Também contribuíram para a abolição da escravidão brasileira uma série de fatores conjunturais, sejam eles externos ou internos (neste aspecto, Graham se aproxima de Conrad), que acabariam por enfraquecer a instituição da escravidão.

O fim do tráfico internacional de escravos em 1850 é um fato apontado como de grande preponderância; o primeiro golpe severo sofrido pela instituição da escravidão brasileira. Partindo para um campo interno, Graham reconhece a habilidade dos abolicionistas em também criar situações aproveitando-se da conjuntura. Ao citar as fugas em massa das fazendas incentivadas pelos abolicionistas (em um contexto pós-1850), o autor dá sustentabilidade a seu argumento. Outro aspecto na análise de Graham é a possível mentalidade capitalista dos cafeicultores do Oeste Paulista que, não arraigados à tradição escravista, não relutaram tanto na substituição da mão de obra escrava pelo imigrante europeu.

Como podemos perceber, Graham explica a abolição através de conjunções de fatores tanto internos quanto externos (um setor urbano com sede de mudança, o fim do tráfico internacional de escravos, as fugas em massa, a mentalidade capitalista dos fazendeiros do Oeste Paulista, a disponibilidade de mão de obra imigrante européia, etc). Porém, sentimos falta no trabalho de Graham de uma abordagem mais profunda sobre os setores livres pobres urbanos. Aparentemente, não eram os objetos de estudo primordiais do autor (assim como em Costa).

Vale a pena nos pronunciarmos também sobre a obra de Rebeca Bergstresser<sup>28</sup>. O recorte espacial de Bergstresser é a cidade do Rio de Janeiro (então Corte) nos anos de 1880. A autora também utiliza a distinção entre cidade e campo, sendo a primeira sinônima de modernidade e a segunda de arcaísmo.

Para a autora movimento abolicionista é fruto de um descontentamento urbano perante os interesses dos cafeicultores, corporificados na política imperial. Assim como Graham, Bergstresser ressalta que os abolicionistas faziam suas campanhas na *urbe* carioca fazendo apelos que atendiam aos interesses dos grupos sociais da cidade.

A ânsia de se modernizar o Brasil seria enorme. Muito dessa meta viria da influência positivista daqueles setores urbanos que enxergavam na escravidão um entrave para a entrada

---

<sup>28</sup> BERGSTRESSER, Rebecca Baird. “*The Movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889*”, Stanford University, 1973.



do Brasil no seio das nações civilizadas. O discurso era de que a economia nacional e a sociedade como um todo não poderia se tornar refém dos interesses agrários.

Porém, o que nos chama a atenção no trabalho da brasilianista é a maneira pela qual ela trabalha o papel dos setores populares no cenário abolicionista. Na sua visão sobre o processo de abolição, Bergstresser insinua que os homens livres pobres teriam sido incentivados a demonstrar sua insatisfação contra o *status quo* e a se colocar contra a escravidão por discursos radicais de famosos abolicionistas (como José do Patrocínio). Estas falas de abolicionistas como Patrocínio, tratavam por vezes das insalubres condições de vida do povo (falta de água crônica, altos preços, etc), incentivando-os a batalharem por seus interesses; aqui, os homens livres pobres que habitavam as cidades são descritos (mesmo que indiretamente) como atores históricos que possuíam seus próprios sonhos e ambições, capazes de compreender que atacar a escravidão significaria o fim daquele modelo excludente.

Também valorizando o aspecto urbano, temos o trabalho de Sidney Chalhoub.<sup>29</sup> O historiador pretende, neste trabalho, compreender as diferentes visões de liberdade presente no universo dos cativos demonstrando também as mais variadas artimanhas utilizadas pelos escravos visando atingir a liberdade; preocupa-se em mostrar que a rebeldia escrava não se restringia somente ao uso da violência (talvez preocupado em combater a corrente historiográfica que assinalava o fim da escravidão como um processo dirigido somente por membros dos setores dominantes, onde o cativo não tinha capacidade de articulação alguma); estes teciam relacionamentos que os poderiam auxiliar em algum momento; tinham poder de barganha com seus senhores e se utilizavam até mesmo dos aparatos legais (judiciários) para conquistarem seus objetivos.

Entretanto, o que nos chamou atenção é o tratamento dispensado em relação à Corte (atual cidade do Rio de Janeiro). Esta não é abordada somente como um mero cenário onde se passam as ações, pelo contrário, sua importância dentro do movimento de abolição e no que concerne às estratégias de fuga dos escravos é grandiosa.

O espaço trabalhado por Chalhoub (a Corte) é apresentado com a “cidade – esconderijo”.<sup>30</sup> Por se tratar de uma cidade bastante povoada, chega um momento onde se torna mais complicado reconhecer um cativo a partir de determinados sinais (significados) da cultura escravista. Um exemplo são os sapatos, amplamente utilizados pelos cativos na tentativa de confundir as autoridades e esconder sua condição.

“[...] a população livre da Corte se tornara mais numerosa e diversificada; os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente não se

---

<sup>29</sup> CHALHOUB, Sidney, op.cit.

<sup>30</sup> Ibidem. p.212.

distinguiam muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade. Diante desta complexidade crescente, é natural que pensar a sociedade em duas grandes classes – livres e escravos – se torne insuficiente”.<sup>31</sup>

A escravidão urbana fazia com que a exploração dos cativos fosse diferente da exploração rural; além de uma transformação demográfica dentro da Corte (como apontado anteriormente), a constante necessidade de mobilidade dos escravos (pois costumavam conquistar rendimentos ao desempenhar tarefas para terceiros ou vendas; “viviam ao ganho”) fez com que muitos dos fugitivos escolhessem a Corte como destino. Como bem explicitou Chalhoub, “os negros aproximavam a condição de livre da possibilidade de escolher aonde e com quem morar”.<sup>32</sup> Para muitos, ser livre implicava em obter uma mobilidade, o ato de ir e vir, que somente a cidade seria capaz de oferecer.

Trabalho recente, mas que também trata do tema da escravidão urbana é o de Juliana Barreto Farias, Flávio dos Santos Gomes, Carlos Eugênio Líbano Soares e Carlos Eduardo de Araújo Moreira.<sup>33</sup> Ao tratar de cidades portuárias (como a Corte e São Luís), os autores descrevem e retratam as realidades da escravidão urbana.

O movimento de abolição em si não é o foco principal de “*Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*”, mas sim o cotidiano destas cidades portuárias que em sua maioria eram o destino final de muitos escravos. Tal obra é de grande valia, já que a partir da reconstituição daqueles cenários, melhor podemos compreender o desenvolvimento dos movimentos de abolição. Ao analisar a demografia, as doenças, as fugas, as redes de solidariedade, os crimes, os aparatos repressivos e a cultura urbana (não só dos escravos), possuímos uma idéia mais concreta dos setores menos favorecidos, de como viviam aqueles homens livres pobres que por diversas situações dividiam os mesmos espaços que os cativos nas ruas daquelas grandes cidades.

Eduardo Silva também parte das ruas da Corte para discutir a questão relativa à visão de liberdade de escravos e libertos nos últimos anos da instituição escravista. Em *D. Oba II d’África, o príncipe do povo*<sup>34</sup>, Silva nos traz aspectos da vida dos cativos e libertos. Através dos relatos do “príncipe do povo” reproduz realidades daqueles grupos, seus universos, tanta reconstruir suas mentalidades.

---

<sup>31</sup> Ibidem. p.215.

<sup>32</sup> Ibidem. p.236.

<sup>33</sup> BARRETO, Juliana Farias; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. *Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo, Alameda, 2006.

<sup>34</sup> SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D’África, O Príncipe do Povo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Naquele momento, o racismo científico estava em voga. Científicos como Nina Rodrigues assumiam publicamente a inferioridade racial dos negros e afirmavam que a miscigenação nada mais fazia do que degenerar a sociedade brasileira. O debate da época entre os ilustrados (como estes se reconheciam) da sociedade brasileira era o seguinte: como salvar a sociedade brasileira da influência negativa dos africanos?

Interessante era que aquela sociedade de fins do XIX continha exemplos de brilhantes mulatos – André Rebouças, José do Patrocínio e o próprio Nina Rodrigues – mas nem assim, o próprio Rodrigues (um devoto da ciência) concedia o benefício da dúvida em prol da sociedade brasileira. Logo, perante os olhos de boa parte dos acadêmicos, o futuro do Brasil estava ameaçado.

Porém, a maior contribuição de Silva é a visão de D. Oba II através de suas falas. De certa maneira, a fala do príncipe africano refletia o sentimento de boa parte dos homens livres pobres (ao menos dos libertos, descendentes dos africanos). A luta pelo fim do preconceito racial e pela valorização da cultura e dos indivíduos afro – descendentes é tocante.

D. Oba II tinha como intenção o seguinte:

“[...] combater o seu corolário prático: uma política imigrantista voltada para a Europa, informada tanto pela propalada “falta de braços para a lavoura” como pela “teoria do branqueamento”. O próprio sonho de uma embaixada nas “Costas d’ África”, que o príncipe acalentou por alguns anos, veio como uma contraproposta prática àquela política oficial”.<sup>35</sup>

O príncipe lutava por direitos básicos dos homens livres pobres como a inserção dentro do mercado de trabalho – nas lavouras – e pela elaboração de uma nova visão acerca daquele importante e numeroso estrato da sociedade brasileira. Era importante conceber a idéia de que cabia aos homens livres pobres (após o fim da escravidão) um papel importante na reconstrução do Brasil.

Ao debater as questões de valorização dos afros - descendentes e recuperar os discursos de D. Oba II, Silva nos permite (mesmo que indiretamente) ouvir as falas de setores desprivilegiados da sociedade imperial. O príncipe vivia entre o povo, e sabia de suas necessidades.

Silva nos brinda também com outro bom trabalho sobre a escravidão urbana, este com um enfoque voltado para o desenvolvimento do movimento abolicionista. Em trabalho de 2003<sup>36</sup>, o autor enfatiza a importância dos quilombos abolicionistas (mais especificamente o

---

<sup>35</sup> Ibidem. p.154.

<sup>36</sup> SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura*. Uma investigação de história cultural. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

do Leblon e dedica algumas páginas também ao Quilombo de Jabaquara), no seu papel dentro do abolicionismo urbano.

Ao escolher como objeto de estudo os quilombos abolicionistas, o historiador reconstrói as íntimas ligações entre os ilustres membros abolicionistas (Rebouças e Patrocínio, por exemplo), a família real encarnada na pessoa da princesa Isabel (então, regente) e os cativos. Os quilombos abolicionistas permitiram a movimentação, uma interlocução, entre diversos setores da sociedade imperial que estariam envolvidos no movimento abolicionista. O quilombo do Leblon nos aponta para um modelo de resistência bastante complexa, que envolvia diversos setores da sociedade imperial. Assim, Silva prova que a abolição estava longe de ser um “negócio de brancos”.

O cotidiano das festas abolicionistas onde a população ansiava pelo final da escravidão, as confraternizações entre abolicionistas e cativos no próprio Quilombo do Leblon e os conflitos entre abolicionistas e o chefe de polícia da Corte, o desembargador Coelho Bastos (o famoso rapa – coco) fazem parte da narrativa para apontar como complexa e diversificada eram as fileiras abolicionistas.

Vamos agora discutir o trabalho de Robert Edgar Conrad. O brasilianista em sua obra dedicada à abolição da escravidão brasileira <sup>37</sup> discorre sobre a evolução do movimento abolicionista (desde sua gestação até seu ápice).

O autor faz um histórico sobre as fundações da escravidão no Brasil e liga o surgimento do abolicionismo a questões políticas e econômicas como o fim do tráfico internacional de cativos, o tráfico interprovincial de cativos, a Lei Eusébio de Queiroz e a Guerra do Paraguai. Desta forma se cria um cenário turbulento que tornaria mais propício qualquer manifestação antiescravista. Analisando estes fatos, Conrad faz ligações com os distintos momentos do movimento abolicionista.

Quando começa a discutir sobre as origens do emancipacionismo, percebemos a linha interpretativa adotada por Robert Conrad. O autor situa o início de um movimento pró – emancipação dos cativos durante a década de 60 do século XIX e atribui a uma série de acontecimentos internacionais a força motriz desta tendência.

Entretanto, na ótica de Conrad é num mundo essencialmente urbano que o Movimento Abolicionista realmente se constitui<sup>38</sup>. O brasilianista descreve as ruas da Corte durante os famosos *meetings* abolicionistas, os teatros onde os homens livres pobres se reuniam e

---

<sup>37</sup> CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery*. Miami, Krieger, 1993.

<sup>38</sup> *Ibidem*, cap 5.

saudavam os ilustres abolicionistas e as redações dos jornais (a *Gazeta de Notícias*, localizada na Rua Uruguaiana) onde aconteciam manifestações e borbulhavam idéias contra a vil instituição da escravidão. São nestes espaços paralelos ao parlamento que Conrad vai buscar os passos destes homens livres pobres. Nessas manifestações, essa parcela da população fazia ouvir sua voz, de forma bastante forte e clara.

O historiador dá ênfase às associações e às mídias abolicionistas como fator essencial para a eclosão do movimento. Dedicava várias páginas à descrição do cenário de formação dos inúmeros clubes abolicionistas e de seus jornais. José do Patrocínio tem destaque. Seu jornal, *A Gazeta de Notícias* e sua participação na Associação Central Libertadora o colocam ao lado de Joaquim Nabuco como um bastião na luta contra a escravidão. Ainda seguindo esta linha de raciocínio, o autor reforça o papel central da mídia e dos estrangeiros na discussão sobre a abolição:

“Se a imprensa nacional era lenta em se envolver nos primeiros anos, pelo menos dois editores estrangeiros no Rio deram encorajamento imediato para os abolicionistas e consistentemente os presentearam com o prestígio e a autoridade que as opiniões estrangeiras transmitiam”.<sup>39</sup>

Robert Edgar Conrad também guarda espaço para a análise da população livre que não fazia parte do restrito círculo de privilegiados. O historiador afirma que a emancipação completa do Ceará por volta de 1884 foi muito importante para que o movimento saísse dos parlamentos e tomasse as ruas.

“Foi a emancipação do Ceará, entretanto, que trouxe o movimento para as ruas com um espírito de carnaval, parou as atividades normais do Rio por três dias, e criou um momento que em breve resultaria na libertação de partes da cidade”.<sup>40</sup>

As descrições do brasilianista realmente dão a impressão de que a cidade estava completamente imbuída de um espírito abolicionista. Quermesses, ruas iluminadas e teatros lotados para ouvir os discursos dos grandes líderes parece ter sido a rotina da cidade naqueles dias. Porém, o auge foi a homenagem feita aos abolicionistas cearenses:

“As celebrações começaram no domingo pela manhã e, como o carnaval carioca, terminou no anoitecer da quarta – feira, com a participação noticiada de mais de 10.000 pessoas. O abolicionismo tinha em fim se tornado um movimento popular na capital do Império”.<sup>41</sup>

Como referência nesta área, temos também o trabalho de Maria Helena Machado.<sup>42</sup> A originalidade do trabalho da autora se dá em sua tentativa (bem sucedida) de dar voz aos sujeitos históricos alijados da esfera do poder. No decorrer do texto, vários personagens desconhecidos, mas com presença nas páginas policiais, nos são apresentados. Os oprimidos,

<sup>39</sup> *Ibidem*. p.103.

<sup>40</sup> *Ibidem*. p.140.

<sup>41</sup> *Ibidem*. p.141.

<sup>42</sup> MACHADO, Maria Helena, op. cit.

a massa; estes são os alvos de Machado. Uma tentativa de narrar a história da abolição de acordo com a perspectiva dos homens livres pobres.

A primeira grande contribuição de Machado é visível logo no início de seu texto, quando a autora deixa claro que o processo de abolição da escravidão não foi o resultado da ação de um pequeno grupo, mas que contou com a participação de diversos estratos com diferentes projetos. Cada grupo defendendo suas bandeiras, porém, enxergando na instituição escravista seu inimigo comum. Também é interessante a maneira pela qual a autora relaciona os homens livres pobres e sua combatividade ao espaço urbano:

“[...] o abolicionismo recrutava seus pares tanto entre os setores mais avançados das camadas médias quanto junto à temida arraia – miúda urbana, que, nas cidades da década de 80 mostrava sua feição combativa nos motins urbanos – como na Revolta do Vintém, na Corte de 1880 -, nos *meetings* abolicionistas e nos confrontos de rua, onde a plebe desordeira não titubeava em enfrentar as forças identificadas com a ordem escravocrata”.<sup>43</sup>

Machado trabalha com o urbano como centro do jogo político naquele momento. As estruturas físicas, de acordo com a historiadora, contribuíram para formação de um Movimento Abolicionista forte. Temos a nítida impressão de que tal processo dificilmente aconteceria fora das cidades, afinal “[...] o contato com o mar dos navios de todas as pátrias fazia afluir novas idéias políticas e conceitos temerários, é aí que o movimento abolicionista tomou corpo e marcou época”.<sup>44</sup>

A autora não deixa de corroborar as teorias de Graham e Costa. Ao considerar o abolicionismo como um fenômeno majoritariamente urbano, a autora reafirma que os setores médios da sociedade urbana (engenheiros e advogados, por exemplo) combatiam a escravidão por acreditar que esta instituição era responsável pela desvalorização do trabalhador nacional e das relações capitalistas de produção. Porém (reafirmando o caráter plural do Movimento Abolicionista), “os *meetings* e manifestações de rua, alguns deles contando com a participação de milhares de pessoas, não poderiam ter prescindido do elemento decididamente popular”.<sup>45</sup>

Acreditamos que a grande contribuição de Machado é justamente considerar que o Movimento Abolicionista não pode ser interpretado somente a partir da ótica de um único grupo envolvido na questão. Partindo deste preceito, a autora nos mostra o quão esquecido tem sido por nossa historiografia da abolição os setores populares.

Machado estabelece também uma importante relação entre o movimento urbano dos abolicionistas e as agitações ocorridas no meio rural. A autora argumenta sobre a

<sup>43</sup> *Ibidem.* p.17.

<sup>44</sup> *Ibidem.* p.151.

<sup>45</sup> *Ibidem.* P.148.

possibilidade de elementos exógenos ao mundo escravocrata rural terem auxiliado nos levantes e fugas de escravos. A dúvida é lançada pela historiadora:

“Contrariamente ao que se empenharam em afirmar seus participantes, os movimentos abolicionistas – pelo menos em seus matizes mais radicalizados – podem ter penetrado no campo, invadindo as senzalas, muito antes do que usualmente tem sido admitido. De fato, o confronto com das diversas fontes disponíveis para a década de 80, bem como a consideração da produção historiográfica sobre o abolicionismo, alimentam uma celeuma”.<sup>46</sup>

Alguns parágrafos à frente a historiadora afirma que “[...] já na antevéspera da abolição, é que, utilizando-se dos relatos e reminiscências dos próprios militantes abolicionistas, os historiadores puderam confirmar o efetivo envolvimento destes na desorganização do trabalho escravo nas fazendas”.<sup>47</sup> Seguindo sua linha de interpretação, Machado acredita que o movimento abolicionista tenha se espreado até o campo, e que houve uma cooperação entre abolicionistas urbanos e cativos.

Bom lembrar agora que a hipótese acima de maneira alguma exclui qualquer possibilidade de organização endógena dos cativos. Como deixamos claro, a opção por uma concepção de um abolicionismo abrangente garante uma interpretação não engessada, onde as formas de manifestação contra a escravidão se davam em todos os grupos sociais.

É justamente neste mundo urbano, cheio de possibilidades, que estão os nossos atores. Está nítido para nós que os homens livres pobres tiveram uma participação efetiva dentro do movimento de abolição. Assim como as idéias abolicionistas em algum momento se refletiram no mundo rural através de fugas e levantes escravos, a irradiação do ideário de uma sociedade justa correu rapidamente entre os ávidos setores populares do Império do Brasil.

O fenômeno abolicionista era intenso, “não apenas de nomes famosos se faziam as crônicas policiais de São Paulo, nos anos mais ativos do movimento abolicionista”<sup>48</sup>, os não famosos também eram parte integrante deste movimento.

O povo era um segmento importantíssimo da sociedade imperial brasileira e possuía seus próprios projetos. Lutavam por melhorias de vida, participaram ativamente do jogo político de fins do século XIX através do Movimento Abolicionista, algumas vezes se serviram dos líderes abolicionistas e de seu prestígio em nome de suas próprias causas.

Acreditamos que aqueles homens e mulheres buscavam seus próprios objetivos ao combaterem a escravidão, não eram apenas peças, mas jogadores. Sabiam bem o que faziam e ambicionavam conquistas; afinal, partimos da premissa de que aqueles sujeitos também possuíam uma cultura política, não semelhante aos dos grandes abolicionistas e dos

---

<sup>46</sup> *Ibidem.* p.143.

<sup>47</sup> *Ibidem.* p.143.

<sup>48</sup> *Ibidem.* p.155.

parlamentares, mas compreendiam toda a lógica de funcionamento da engrenagem política imperial e participavam da forma possível.



\*\*\*

Este capítulo teve como intenção principal realizar um debate historiográfico apontando distintas linhas de interpretação sobre o processo de abolição da escravidão no Brasil durante a década de 80 do século XIX.

A divisão feita por seções visou dar uma coerência ao texto, organizando os autores segundo o teor de suas interpretações. Obviamente, alguns autores poderiam tranqüilamente figurar em mais de uma seção no caso da análise de outros temas; entretanto, as sessões foram organizadas tendo em vista exclusivamente as questões relevantes para a nossa pesquisa.

Algumas leituras foram omitidas, por seguirem linhas interpretativas bastante próximas aos dos autores aqui expostos. Condensar a historiografia da abolição em um único capítulo foi uma tarefa árdua, visto que tranqüilamente poderia resultar em um trabalho maior.

Após estas leituras, percebemos que o rumo da pesquisa de um historiador sobre o processo abolicionista em geral é ditado pela sua concepção sobre o “abolicionismo”. Podemos considerar, neste caso, algumas possibilidades: a hipótese de um movimento elitista, de cima para baixo (partindo dos parlamentos) ou a idéia de um movimento mais abrangente que teria contado com a participação das mais distintas parcelas da população; um movimento que visava atender às novas exigências do capitalismo, mas dentro dos mesmos padrões de desigualdade ou como uma tentativa real de se reinventar a sociedade brasileira.

Afirmamos isto, pois é bastante surpreendente que um mesmo tema possa gerar interpretações tão diferentes. Nas obras de Fernando Henrique Cardoso e de Octávio Ianni, por exemplo, percebemos que a noção de abolicionismo é completamente divergente da de Machado e Salles. Quando definem os abolicionistas como indivíduos que estariam comprometidos exclusivamente com interesses das elites e como os responsáveis pelo ritmo e a direção da abolição da escravidão, Cardoso e Ianni, mesmo que indiretamente, mostraram ter uma visão bastante conservadora e aristocrática da sociedade. Acreditando que somente os homens ligados às esferas privilegiadas da sociedade imperial detinham não somente o poder, mas também a capacidade de articulação política e social, de organizarem algo mais amplo que pudesse alterar o curso do país, deixam claro que consideram ser a formação recebida pelas elites (a educação escolar, os códigos e os símbolos) a senha de entrada neste mundo dos mais capacitados, demonstrando um descaso pela cultura popular (valores, símbolos redes de articulação).

Ianni, Cardoso e outros de sua corrente definem o movimento abolicionista como um processo liderado por brancos pertencentes aos grupos privilegiados da sociedade imperial. O

abolicionismo é associado unicamente aos grande líderes conhecidos do movimento em sua luta travada, segundo esses autores, prioritariamente no parlamento.

Como consequência desta escolha, a análise acaba sendo pobre. Partindo da premissa dos autores citados acima, todos os outros estratos da sociedade imperial que participaram do Movimento Abolicionista são considerados simplesmente massa de manobra. A análise do movimento acaba se restringindo a uma esfera parlamentar, pois lá era onde se costumava resolver “os negócios de branco”.

O grande demérito destas interpretações historiográficas é o de enxergar aquele turbulento fim dos anos 70 do século XIX, início da década de 80, somente através de um olhar conservador, o prisma dos grandes proprietários do sudeste cafeeicultor. Como dissemos anteriormente, o abolicionismo foi um movimento deveras complexo para ser enquadrado dentro de um único quadro interpretativo.

Outra falha que pudemos observar é uma tendência de reduzir os abolicionistas pertencentes aos estratos favorecidos da sociedade imperial como indivíduos unicamente comprometidos com a lógica burguesa. Logicamente, muitos dos que aderiram ao abolicionismo em seus momentos finais (quando a batalha já estava vencida) podiam ser fazendeiros procurando se adequar à nova realidade, porém este viés reducionista adotado por estes autores implica em erros na análise do movimento.

Não podemos nos esquecer das propostas “revolucionárias” de Nabuco e de Rebouças. Embora fossem indivíduos comprometidos com o liberalismo (afinal, eram filhos de seu tempo), nem por isso deixaram de ter projetos que realmente visavam à integração dos elementos nacionais (cativos e homens livres pobres) dentro daquele novo Brasil que então se construía. Como afirmara o próprio Rebouças: “Em nosso estandarte deve ler-se – Abolição e Democracia Rural”.<sup>49</sup>

Aliás, interessante é a forma como são descritos os abolicionistas: ou são comprometidos com as causas populares (o que acreditamos) ou então aproveitadores, indivíduos comprometidos unicamente com os ideais liberais – burgueses dos grupos privilegiados. Os líderes do movimento teriam, segundo uma certa interpretação, visto a escravidão como um mero entrave econômico ao capitalismo e à entrada do Brasil no concerto das nações. Queremos discutir mais a fundo este tema e dar nossa contribuição.

---

<sup>49</sup> REBOUÇAS, André. *Abolição imediata e sem indenização*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. P.235.

De forma alguma podemos negar que aqueles homens eram influenciados pelo liberalismo, obviamente que eram; este trecho de reportagem retirado do Jornal *Gazeta de Notícias* mostra o grau de influência:

“Os Srs Joaquim Manoel Monteiro & C, negociantes desta praça, restituíram a liberdade, no dia 1 do corrente, os 22 ultimos escravos que possuíam[...]

Seguisse o nosso alto comercio esse exemplo e em nome da lei e do direito abrisse mão ele do interesse que antes, muito antes mesmo da grande aurora de 1889, centenario da maior de todas as revoluções, época em que não haverá, quer queiram, quer não, mais um escravo neste país, e a liberdade seria a noite estrelada precedendo o dia da proclamação dos direitos do homem”.<sup>50</sup>

José do Patrocínio, uma das grandes figuras da campanha abolicionista, afirma que 1889 será o centenário da “maior de todas as revoluções”. Além deste fato, devemos atentar que Patrocínio chega à conclusão de que a extinção da escravidão será “o dia da proclamação dos direitos do homem”; enfim, é inegável a influência da Revolução Francesa e de seus ideais na mente deste homem.<sup>51</sup>

Mas nem por estas influências, podemos considerá-los unicamente comprometidos com uma transformação burguesa. Parte de Rebouças a idéia de “democracia rural”, Joaquim Nabuco também via no acesso à terra uma solução para um Brasil mais justo, isso sem nos esquecermos de Lopes Trovão; este último esteve ao lado não dos homens livres pobres, do povo na Revolta do Vintém).

Como afirmamos durante os parágrafos anteriores, não cremos em um abolicionismo pactuado única e exclusivamente com uma perspectiva reformista, sem nenhuma mudança estrutural mais profunda. Nos é simpática a linha historiográfica que sugere um abolicionismo combativo, empenhado em fazer mudanças que pudessem melhorar as condições de vida de inúmeros brasileiros, de fazer a inserção de uma imensa parcela de homens e mulheres até então quase sem direito algum salvaguardado.

Historiadores como Salles e Santos, ao sugerirem uma análise através deste viés, mesmo que indiretamente, nos suscitam um olhar mais amplo sobre a sociedade imperial. Ao reconhecer um grupo de abolicionistas pertencentes ao privilegiado grupo da sociedade imperial brasileira de fins do século XIX que mostravam projetos novos (de inclusão e não de segregação, nossa herança colonial), um cenário mais completo nos é posto; desta maneira percebemos como havia um modelo alternativo ao projeto segregador saquarema.

Essa opção no tocante ao movimento abolicionista nos permitirá, sem dúvida, uma análise mais complexa. A partir do instante em que a abolição deixa de ser “um negócio de

<sup>50</sup> *Gazeta de Notícias*, 03/10/1887.

<sup>51</sup> A interpretação que considera a Revolução Francesa como uma revolução burguesa é apenas uma das interpretações existentes.

brancos”, cogita-se a existência de outras forças atuantes naquele contexto. Percebe-se mais do que um arranjo conservador que somente visava o fim da escravidão para que o Brasil adentrasse no concerto das nações, meramente criando mão de obra e valorizando o trabalho assalariado; agora temos um grupo contra – hegemônico formado não somente por intelectuais<sup>52</sup>, mas também por homens livres pobres, por um grupo de “excluídos” que se mostra capaz de atuar politicamente.

Reforçando nosso pensamento, é de vital importância explicitar aqui a nossa compreensão do movimento de abolição. Autores como Costa, Azevedo e Lage ocupam posição intermediária dentro do quadro interpretativo abolicionista; acreditam piamente na figura do abolicionista pelego que se aproveitou da situação já adiantada de um embate entre senhores e escravos para junto aos setores urbanos que ganhavam importância (profissionais liberais e militares em sua maioria), apelando para suas necessidades, tratarem de atingir seus fins.

Entretanto, valorizam a ação dos cativos dentro deste processo. O 13 de Maio de 1888 não foi resultante da ação de parlamentares, de indivíduos que através de acordos e na luta de seus interesses chegaram à conclusão de que seria melhor extinguir a escravidão. Aqui, os escravos não são seres inanimados e incapazes de qualquer ação mais complexa, como contrariamente afirmara Fernando Henrique Cardoso; são sim as molas propulsoras do movimento.

Nossa crítica aqui se traduz na seguinte pergunta: se a rebeldia negra é utilizada pelos abolicionistas para pressionar a instituição escravista, porque então a escravidão dura no Brasil aproximadamente três séculos e somente acaba em fins da década de 80 do século XIX e não antes? A rebeldia escrava é uma constante em nossa história, basta nos lembrarmos do Quilombo dos Palmares em pleno século XVII ou da Revolta dos Malês em 1835.

Obviamente que os escravos participaram ativamente da campanha abolicionista, mas ao nosso ver creditar todo o êxito desta campanha e suspeitar de que os abolicionistas teriam sido meros aproveitadores, nos parece uma posição muito rígida. Tão engessada quanto a de Ianni, com a única diferença do papel do herói, do benfeitor dentro da história.

Ao enxergarem o movimento abolicionista com um sentido mais amplo e abrangente, Silva, Chalhoub, Machado, Conrad e outros desta corrente, fazem uma história não somente

---

<sup>52</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol 2. *Os Intelectuais*. O princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

de escravos e de senhores, mas também de uma camada de homens que já nasceram livres.<sup>53</sup> Sujeitos que nem de longe pertenciam ao seletto estrato dos senhores de escravos, dos barões do café, mas que também eram livres, não eram marcados como escravos.

Recorrentemente a história destes grupos está ligada com a da cidade, a do urbano. A *urbe* adquire um caráter essencial nesta abordagem historiográfica; era comum homens livres pobres por lá vagando e vivendo de trabalhos periódicos. Intrinsecamente, estas categorias se encontram e a história do abolicionismo está ligada a da cidade; porém, estes autores enfatizam a cidade em suas narrativas, sem ela é impossível tecer uma história do ponto de vista proposto por estes autores.

Silva, ao escolher o Quilombo do Leblon e ao recuperar as falas de D. Oba II, se volta para as ruas da Corte de fins do século XIX. Ao desenhar um movimento abolicionista integrado, com redes de sociabilidade extensas, a cidade é o cenário ideal. Chalhoub utiliza a demografia da Corte (seu grande número de libertos e descendentes de cativos nascidos livres e o baixo número de cativos) para explicar porque ela se torna um esconderijo perfeito, assim como associa as características econômicas da escravidão urbana com a noção de liberdade dos escravos (ir e morar aonde bem entenderem), Conrad prefere relatar as inúmeras festas e manifestações nas ruas da Corte e nos teatros e Machado ressalta a importância (dentre outros fatores) das cidades portuárias; o porto é retratado como local de chegada de novas idéias e do redimensionamento de velhas.

Realmente será bastante árdua a tarefa do historiador que desejar fazer uma história do abolicionismo rural. O abolicionismo é um fenômeno urbano em sua essência, mas o interessante também é a forma como cada autor olha e interpreta a cidade. Para alguns (exemplo de Graham), a cidade é vista como mero cenário de cooptação de novas forças, outros virtualmente ignoram o que ocorre fora dos meios oficiais (Ianni, por exemplo) e outros conseguem enxergar uma cidade complexa e heterogênea com de redes de sociabilidade entre os diferentes estratos (Silva e Chalhoub).

Enfim, a própria diversidade de interpretações sobre o Movimento Abolicionista é um indicador da riqueza deste movimento, de sua intensa pluralidade. Após a leitura de diversas obras, podemos afirmar a dificuldade (para não dizermos a impossibilidade) de se fazer uma história da abolição que dê conta de todos os seus aspectos, de suas mais variadas facetas.

---

<sup>53</sup> Embora façam esta história de forma indireta na maioria vezes. O objetivo maior de Chalhoub em “Visões da Liberdade” é conceber os diferentes entendimentos de liberdade para os cativos e apontar estratégias de resistência que não se restringissem à violência. Já Conrad em “Os últimos anos da escravatura no Brasil” explica o abolicionismo de formas variadas, como uma conjunção de fatores internos e externos, mas dedica um capítulo de sua obra para relatar as ruas do Rio de Janeiro. Os setores populares de forma alguma são ignorados, mas não são os focos principais das obras dos referidos autores.

Mesmo entre autores que seguem a mesma linha historiográfica, aspectos distintos da abolição são abordados.

## Capítulo II

### Visões sobre o povo

#### Introdução.

Como vimos no capítulo anterior, a historiografia brasileira é bastante rica e complexa ao tratar do universo da escravidão. Inúmeros são os trabalhos sobre diferentes aspectos deste sombrio período da história brasileira; família escrava, as estratégias de resistência dos cativos e a atuação de líderes da campanha abolicionista são algumas das vertentes abordadas.

Porém, percebemos uma lacuna na historiografia no que diz respeito ao papel desempenhado pelos setores livres e populares da sociedade imperial brasileira. São escassos os estudos acerca deste tema.

Como sabemos, o período abolicionista se caracteriza por uma imensa agitação social e política. A ordem Saquarema de exclusão era posta em xeque. Populações nas ruas, discursos inflamados nos parlamentos, em tribunas populares, periódicos instigantes e contestadores construíam o cenário turbulento de então. Grupos favorecidos culturalmente e economicamente e setores populares urbanos livres pobres trocavam experiências e arquitetavam, mesmo que por vezes indiretamente, um novo projeto de Brasil.

Um novo mundo se configurava naquele momento. O trabalho escravo não mais era compatível com as economias de mercado que cada vez mais se afirmavam; sem sombra de dúvida a expansão em escala planetária de um mercado consumidor era o desejo mais forte entre os grupos dirigentes das potências de então. Por sua vez, estes ecos se faziam ouvir cada vez mais fortes aqui no Brasil.

Mudanças se faziam necessárias. De um lado tínhamos um grupo ligado aos interesses escravistas – senhoriais, desejosos da manutenção do *status quo* e contra qualquer mudança repentina. De outro, indivíduos com idéias distintas para o futuro do Brasil; acreditavam que um novo rumo deveria ser tomado. Era o momento do Brasil se modernizar – tanto economicamente quanto social e moralmente – adentrar no seio das nações civilizadas.

Entretanto, este embate não poderia se dar como tantos outros. A questão era mais profunda. Não mais poderia ser um debate entre liberais e conservadores. Naquele momento, o rumo dos acontecimentos só poderia ser mudado com a participação de outros setores. Aí entram nossos atores principais: os setores livres pobres urbanos.

Fato é que estes indivíduos adentraram profundamente nesse momento histórico deveras importante. Cabe a nós compreender certas relações e motivações. Por exemplo, entender a complexidade das teias de sociabilidade entre setores urbanos livres pobres e o grupo de privilegiados economicamente e culturalmente que fazia oposição aos escravocratas (grupo do qual faziam parte José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, por exemplo). Afinal, depois de uma aparente letargia, uma intensa participação popular ocorre. Quais motivações fizeram com que tantos anônimos mergulhassem neste processo abolicionista? Como era a vida, o cotidiano destes homens e mulheres? Como se relacionavam com os abolicionistas e republicanos de renome que ambicionavam alterar o curso da história do Brasil? Eram os setores populares incentivados, e caso positivo, em que ocasiões pelos líderes abolicionistas? Seriam somente marionetes nas mãos de sujeitos como José do Patrocínio, Ferreira de Menezes e Joaquim Nabuco? Os abolicionistas desejavam que os setores populares detivessem em suas mãos instrumentos capazes de os inserirem de forma definitiva dentro da política brasileira a partir de então?

De uma maneira geral, esta é a intenção deste capítulo. Nosso foco principal será justamente tentar compreender as intrínsecas relações deste período entre populares e abolicionistas “ilustres”.

Para alcançarmos a meta estabelecida acima procuraremos analisar a concepção dos líderes abolicionistas acerca da participação popular dentro do movimento abolicionista. Nos utilizaremos de periódicos como o “*Gazeta de Notícias*”, órgão de imprensa onde emblemáticas figuras abolicionistas como Ferreira de Menezes e José do Patrocínio trabalharam e lá expuseram suas idéias.

Achamos que será útil também explicitarmos aqui certas categorias conceituais que iremos utilizar visando identificar nossos atores sociais. A realidade social do Brasil Imperial é complexa para simplificarmos entre livres e cativos. A própria categoria de livres abrange uma infinidade de indivíduos. O grande barão de café era um sujeito tão livre quanto o pobre capataz que vigiava os escravos e os homens e mulheres simples que viviam de biscates nos meios urbanos.

Por outro lado, também não podemos dividir os indivíduos e suas inclinações de acordo com a posse ou não de escravos. Já sabemos que até 1850 a propriedade escrava era extremamente difundida no Brasil; porém, mesmo na década de 80 do século XIX, ainda existiam pessoas nas cidades que possuíam um único escravo, que por vezes sustentava toda uma família como escravo de ganho. Ou seja, nem por possuírem um escravo, famílias como esta deixavam de se identificar com um cotidiano de dificuldades.



Na realidade, ser livre no Brasil era uma noção até certo ponto abstrata. Juridicamente, os indivíduos eram divididos entre livres e escravos, categorias antagônicas. Porém, principalmente no meio urbano, as coisas não são tão simples assim. As cidades abrigavam uma variedade enorme de indivíduos, daí nossa dificuldade em delimitarmos nosso grupo. Vários tipos perambulavam pelas cidades.

Enfim, definiremos nosso objeto de pesquisa como setores urbanos livres pobres. A definição pode parecer (e é) longa, mas o objeto a ser estudado necessita desta conceituação específica. Primeiramente, é vital nesse momento deixarmos claro que a população livre e pobre a qual estudamos concentra-se no meio urbano.

Esta delimitação entre cidade e campo se faz necessária por alguns motivos razoáveis. A escravidão do meio rural era bem distinta da existente no meio urbano. As próprias concepções de liberdade entre os cativos urbanos e rurais já é um sinalizador das diferenças apontadas por nós.

Enquanto que para um escravo do meio rural a posse de uma porção de terra (por mais provisória que pudesse ser e por mais pequenina que viesse a ser o tamanho de sua “posse”, já que não era um direito, e sim uma concessão de seu senhor) era o significado mais próximo de liberdade<sup>1</sup>. Para o cativo do meio urbano, ser livre era “viver sobre si”<sup>2</sup>, ou seja, ter mobilidade, não se sujeitar a viver sob os domínios do senhor, mesmo que tal atitude acarretasse em uma condição de vida mais miserável. Optando em não estar sob a tutela direta de seu proprietário, o cativo tinha de arcar com custos que nem sempre podia; como, por exemplo, a alimentação e o aluguel de uma moradia.

O escravo urbano retratado por Chalhoub era, pois, até certo ponto, um sujeito integrado à economia urbana. Por geralmente serem escravos de ganho, possuíam uma mobilidade inimaginável para os cativos do campo que trabalhavam sob a intensa supervisão de feitores e que viviam em senzalas.

A população da Corte, nosso espaço a ser estudado, havia mudado demograficamente. O perfil da capital do Império havia mudado dentro de poucos anos.

“A população da Corte cresceu pouco entre os censos de 1849 e 1872: de 266.466 para 274.972 habitantes. Todavia, movimentos intensos de entrada e saída de pessoas haviam mudado consideravelmente o panorama demográfico do município. A mudança mais visível foi certamente quanto à população escrava. Em 1849 havia 110.602 cativos na Corte (41,5 % da população total), enquanto em 1872 foram computados 48.939 escravos, menos da metade do total registrado em meados do século e representando apenas 17,8 % dos habitantes do município”<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. MACHADO, Maria Helena, op. cit.

<sup>2</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney, op. cit.

<sup>3</sup> Ibidem. p.199.

Este dado nos é importante, pois nos permite certas reflexões sobre a Corte e sua relação com o escravismo. Uma é que de um espaço com uma concentração forte de cativos (quase metade da população de acordo com os dados expostos acima), havia se transformado em um local onde a população escrava tinha um peso demográfico pequeno se comparada ao total de indivíduos residentes na Corte em 1872. Essa constatação nos permite chegar a uma conclusão relevante para nosso estudo: certamente, houve um aumento considerável no número de libertos dentro do Município Neutro.

A diversidade populacional na Corte de então fazia ser mais árdua a tarefa de se identificar a condição jurídica dos indivíduos de acordo com critérios visuais. Afinal, de uma parcela que abrangia quase 50% da população da Corte e que 23 anos depois se restringiu a 17,8%, os cativos deixam como legado uma população de pardos e negros libertos e livres que se confundia agora com os escravos de então que perambulavam pelas ruas da Corte. Vale lembrar ainda que o ideal de “viver sobre si” (fora dos domínios de seu senhor) colaborava ainda mais para aumentar a dificuldade de identificação entre livres, libertos e cativos. Chalhoub reforça esse pensamento afirmando que:

“a população da Corte se tornara mais numerosa e diversificada; os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente não se distinguiram muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade”.<sup>4</sup>

Maria Helena Machado também aponta para a importância da cidade dentro do processo abolicionista. Em momento algum (nos cabe ressaltar) afirma ser a *urbe* o único local onde seria possível a constituição de um movimento revolucionário, mas afirma que:

“... não há como negar uma feição predominantemente urbana ao movimento abolicionista, desaguadouro principal, mas não único, do descontentamento difuso e da nova fermentação social, que acompanhou nos anos 70 e 80 tanto o inchamento desordenado de certas cidades quanto à expansão de camadas médias”.<sup>5</sup>

Continuando seu pensamento, aponta o surgimento de diversas associações e clubes abolicionistas ligados a setores profissionais urbanos. Temos (exemplos citados pela autora) a Sociedade Abolicionista da Escola Politécnica, o Clube Abolicionista Abrahan Lincoln (funcionários da estação D.Pedro II) dentre outros.

Entretanto, faz uma reflexão perspicaz. Lembra que a imensa parcela da população que vivia na Corte naquele momento não pertencia a nenhuma categoria profissional. Não podiam ser definidos como operários, comerciantes ou qualquer outro ramo do mercado de trabalho daquele tempo, pois os “clubes e associações deixavam de fora largos setores de deserdados, para quais o subemprego, o analfabetismo e o desnraizamento não permitia a

---

<sup>4</sup> Ibidem. p.214.

<sup>5</sup> MACHADO, Maria Helena, op. cit, p.147.

adesão a movimentos organizados”<sup>6</sup>. Estavam sujeitos ao subemprego, aos trabalhos periódicos ou sazonais. Porém, nem por isso ficaram de fora do movimento abolicionista e da revolta do vintém. Machado traz a tona que os “... *meetings* e manifestações não poderiam ter prescindido do elemento decididamente popular”.<sup>7</sup>

Demos um perfil da Corte dos anos 80; entretanto, não analisamos sua mais radical mudança que concerne a uma maior participação na vida política do país por parte dos setores livres pobres urbanos. Daremos a necessária atenção a essa importante mudança nos rumos mais adiante. Agora, é o momento de entendermos o percurso histórico que delimitamos entre 1871 até 1880 (que é chave em nossa interpretação).

A escolha do ano de 1871 se justifica pela aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, mais tarde popularmente conhecida como a *Lei do Ventre Livre*. No centro dessa discussão estava o gozo pleno ou a restrição dos direitos políticos. Ser ingênuo implicaria em uma vida plena de tais direitos (ao menos de acordo com a lei), ser liberto significava não ter as mesmas prerrogativas que o restante da população livre. Pode soar como uma questão de menor importância, mas a cidadania destes homens e mulheres que nasciam após 28 de setembro de 1871 estava em risco. Chalhoub nos diz o seguinte:

“Como vimos (algumas dezenas de páginas atrás), o apelido dos filhos livres da mulher escrava provocou controvérsia acirrada durante o processo de discussão da lei de 1871. À parte o problema da indenização aos senhores das escravas, assunto de somenos importância para outros que não os próprios senhores, o que estava em jogo era o alcance dos direitos políticos a serem usufruídos por essas pessoas”.<sup>8</sup>

E tal dúvida se os filhos de escravas nascidos após o decreto da lei seriam ingênuos ou libertos se fez presente entre os parlamentares. Pimenta Bueno, no Conselho de Estado em 1867 optou por afirmar que eram de “condição livre”, deixando “uma dúvida sem solução de serem ingênuos ou libertos”.<sup>9</sup> De acordo com Chalhoub a opção pelo termo “liberto” era “[...] o preferido pelos legisladores que haviam oposto resistência ao projeto”<sup>10</sup>.

Outro tema importante que tangencia a questão da cidadania é a educação. A lei de 28 de setembro de 1871 determinava que os filhos de escravos nascidos após esta data seriam livres. O texto parlamentar não termina aí. Era prerrogativa dos senhores decidirem se entregariam os menores aos 8 anos de idade ao poder público recebendo uma indenização de 600 mil-réis ou se os mantinham sob seus cuidados até os 21 tendo em troca seus serviços.

Um das obrigações do governo imperial, quando recebesse os ingênuos dos senhores, era de prover “instrução primária” e “educação religiosa”. Curioso é o fato de que tais deveres

<sup>6</sup> Ibidem. p.148.

<sup>7</sup> Ibidem. p.148.

<sup>8</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p.266.

<sup>9</sup> Ibidem. p.269.

não cabiam aos senhores que escolhessem pelos serviços dos ingênuos até os 21 anos de idade. A própria lei se encarregou de criar diferenças entre os “filhos livres de mãe escrava” (embora a maioria esmagadora dos senhores optassem pelos serviços dos ingênuos até os 21 anos).

Logo, tínhamos naquele momento uma geração nova de sujeitos livres condenados ao analfabetismo. Aliás, alfabetização e direitos políticos pareciam estar intimamente ligados naquele momento.

“Os dados sobre alfabetização constantes do censo de 1872 tiveram enorme repercussão na imprensa e no parlamento. Ao que parece, ninguém sabia que habitava um país de analfabetos ou não havia até então uma idéia precisa da magnitude da coisa. Machado de Assis comentou a situação em crônica de 15 de agosto de 1876, e o fez de modo a enfatizar a relação entre alfabetização e cidadania”.<sup>10</sup>

Os dados do censo de 1872 eram alarmantes, “apenas 23,43% dos homens sabiam ler e escrever e 13,43% das mulheres sabiam ler e escrever, numa média de 18,56% alfabetizados; incluídos os escravos essa média final descia para 15,75%”.<sup>11</sup> A relação entre alfabetização e direitos políticos ficaria expressa quando da reforma eleitoral de 1881.

O gabinete liberal de Sinimbu tinha como missão principal aprovar a reforma eleitoral. O problema foi que ao invés de se expandir o direito ao voto para maiores parcelas da população, ocorreu justamente o contrário. Dentre as medidas adotadas pela reforma, a que mais impacto causou na participação popular foi a proibição do voto ao analfabeto.

Ao pegarmos as porcentagens do censo de 1872, teoricamente, 18,56% da população estaria apta a votar de acordo com o critério da alfabetização (excluindo as mulheres da porcentagem acima, o índice de indivíduos habilitados seria ainda menor). Mais de 80% dos brasileiros não tinham direito ao voto, não podiam opinar sobre o futuro de seu país. José Murilo de Carvalho consegue captar muito bem as conseqüências funestas da reforma eleitoral de 1881.

“Vê-se que o índice de participação nas eleições primárias anteriores à lei de 1881 só foi superado em 1945, 64 anos mais tarde, após quatro mudanças de regime, três delas feitas em nome da ampliação da cidadania. A manutenção do envolvimento popular em níveis baixos foi um traço constante da lógica do sistema político, monárquico ou republicano”.<sup>12</sup>

O efeito desta lei foi nocivo. Em 1872 tivemos um número de 1.097.698 votantes (equivalente a 13% da população excluindo-se os escravos). Na eleição de 1886, o número de votantes caiu para meras 117.022 pessoas (0,8% da população). Qual a razão para a exclusão legal dos analfabetos do pleito eleitoral? Uma das razões apontadas concerne à qualidade do voto. De acordo com a lógica da época exposta por Carvalho, o pensamento era o seguinte:

<sup>10</sup> Ibidem. p.281.

<sup>11</sup> Ibidem. p.282.

<sup>12</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem\Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.395.

“A justificativa para tal procedimento entre os teóricos era a da qualidade do voto e da lisura nas eleições. A participação ampliada, sobretudo a do analfabeto, era considerada uma das principais causas da corrupção eleitoral, pois, alegava-se, faltava a esta população condições de entendimento e de independência para exercer adequadamente a função do voto, resultando daí a manipulação e o falseamento das eleições”.<sup>13</sup>

No entendimento dos ilustres parlamentares, a culpa da corrupção era dos analfabetos. Seriam os analfabetos reponsáveis por falsificações das atas eleitorais? Eram os analfabetos que utilizavam a política em proveito de seus interesses particulares? Eram os analfabetos que utilizavam a polícia como instrumento de truculência (tivemos alguns relatos nesse sentido que mostraremos mais adiante) para intimidar adversários políticos? Eram os analfabetos que intimidavam seus dependentes para votar em determinado candidato?

Revisemos o quadro da década de 70: tínhamos uma legislação que segregava a maioria da população e a gênese de uma leva de indivíduos que poderiam gozar plenamente de seus direitos políticos, mas que assim não faziam por serem analfabetos (os ingênuos, que em sua maioria ficavam sob a guarda dos senhores até os 21 anos)<sup>14</sup>.

Porém, por mais que os parlamentares tentassem diminuir a participação popular da vida política do país, os acontecimentos trataram de mostrar que a atmosfera mudara. As estruturas não mais eram capazes de neutralizar ações populares. Dezembro de 1879 e o dia 1º de janeiro de 1880 provaram que o figurino político do império estava curto demais.

A Revolta do Vintém (ou Motim do Vintém) ocorrida no intervalo de tempo citado por nós deixa um impacto profundo. “Marco na história social urbana da década de 80, a invasão do cenário político pela arraia miúda nos finais da década do Império deu-se em conjugação com os movimentos de setores urbanos mais privilegiados”.<sup>15</sup> Setores livres pobres urbanos (ou o “povo”, como veremos mais a frente no jargão de redatores como Lopes Trovão) atuando ao lado de grupos mais privilegiados. Após a Revolta do Vintém, temos o povo nas ruas (vide o movimento abolicionista).

Quem eram os setores livres pobres urbanos? Quem constituía o povo? Bem, podemos neste momento recuperar algumas características principais. Em 1872 a população cativa correspondia a 17,8% da população total, sendo que menos de 30 anos correspondia a 41,5%. Isto significa que tínhamos um bom contingente de pardos e negros entre a população livre. No campo do trabalho, não podemos defini-los como pertencentes majoritariamente a uma

---

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Devemos ressaltar que o sufrágio universal ainda não estava implantado na Europa; portanto, o Brasil não era um caso singular. O que é preciso reforçar neste momento é o fato de que a reforma eleitoral (no que concerne ao voto do analfabeto) não estava em sintonia com as ações do governo. Neste momento, as escolas noturnas voltadas para os trabalhadores estavam sendo fechadas.

<sup>15</sup> MACHADO, Maria Helena, op cit., loc cit.

categoria específica. Maria Helena Machado nos lembra que boa parte do povo sobrevivia através do subemprego, atividades temporárias.

Em relação à educação, em sua grande maioria eram analfabetos. Tínhamos, entre a população livre, 18,56% de alfabetizados como nos mostrou José Murilo de Carvalho através do censo de 1872. Não bastasse esta triste constatação, com a reforma eleitoral de 1881, a participação eleitoral dos setores livres pobres urbanos se deteriora a ponto de apenas 0,8% da população ter participado das eleições de 1886.

De maneira geral a população livre pobre urbana que habitava a Corte na década de 1880 era a seguinte: considerável parte dela descendente de escravos (pardos e negros), sem uma profissão específica e tirando seu sustento de trabalhos ocasionais, grande parcela de analfabetos e sua maioria sem direito ao voto após a reforma eleitoral de 1881. Porém, este quadro desfavorável para aquele momento histórico não impediu que fossem às ruas manifestar seu desagrado contra a ordem vigente.

Exigiram o fim da escravidão e também lutaram por direitos seus como teremos oportunidade de perceber com o decorrer de nosso trabalho.

### O surgimento de um “povo”.

Como afirmamos anteriormente, o *modus operandi* Saquarema estava com os dias contados. A batalha pela extinção da escravidão não mais poderia ser decidida exclusivamente nas tribunas parlamentares. O tempo clamava por mudanças, alterações em todos os setores.

Joaquim Nabuco, herdeiro ilustre da elite nordestina (filho de Pernambuco), consegue vislumbrar uma diferença essencial entre aquele momento histórico e os demais. Ao comparar a evolução das idéias abolicionistas no Brasil, chega a seguinte conclusão:

“Já existe, felizmente, em nosso país, uma consciência nacional – em formação, é certo – que vai introduzindo o elemento da dignidade humana em nossa legislação, e para qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim, que o Brasil traz na fonte. Essa consciência, que está temperando a nossa alma, e há de por fim humanizá-la, resulta de duas correntes diversas: o arrependimento dos descendentes de senhores, e a afinidade de sofrimento de herdeiros dos escravos”.<sup>16</sup>

O que nos chama atenção no trecho acima é que Joaquim Nabuco identifica uma consciência nacional em formação. Como gênese dessa consciência, que ressalta ainda não estar completamente fecunda, aponta sentimentos dos descendentes de senhores e dos herdeiros dos escravos.

A temática da escravidão teria auxiliado a gerar uma consciência nacional. Um interesse comum neste momento unia distintos setores da sociedade imperial: o possível fim da escravidão.

Um intenso debate na historiografia se faz presente sobre as reais intenções dos abolicionistas perante os setores populares. Como já vimos anteriormente, algumas interpretações vinculam os abolicionistas aos interesses dos grupos dirigentes, nada além disso.

Vale a pena prestarmos atenção ao trecho abaixo que ilustra bem a visão do abolicionista reformista:

“Nestas suas tentativas sempre renovadas de manter o controle institucional sobre o movimento das ruas, os abolicionistas perseguiram o mesmo objetivo a que eles se tinham proposto desde o início, ou seja, reordenar o social a partir das próprias condições sociais vigentes, sem nunca enveredar por utopias revolucionárias. Isto significa dizer que o abolicionismo, tal como pretendido por seus dirigentes, deveria por um lado lutar pela libertação dos escravos e a sua integração social, mas, por outro, precisaria envidar todos os esforços para manter o poder da grande propriedade, ou, mais precisamente, o poder do capital”.<sup>17</sup>

Analisando cuidadosamente o trecho da obra de Azevedo percebemos algumas concepções que achamos interessantes. Primeiramente gostaríamos de ressaltar que – mesmo

<sup>16</sup> NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. In: Intérpretes do Brasil. Volume I. Editora Nova Aguiar, São Paulo. 2002. P.21.

<sup>17</sup> AZEVEDO, Célia Maria, op. Cit., p.88.

que implicitamente – a autora coloca sujeitos como Nabuco e Patrocínio em uma posição de comando perante os setores populares.

Além disso, ressalta que os abolicionistas dirigentes (expressão cunhada por Azevedo) desejavam manter o controle institucional sobre o movimento das ruas. Não desejamos ser pueris e ter uma visão romantizada sobre os acontecimentos daquela agitada década de 80 do século XIX. Obviamente que os ilustres abolicionistas (não no sentido de serem mais importantes que os demais, mas de terem a seu favor meios eficazes para a divulgação de suas idéias) tinham temor em relação aos setores populares; afinal a Revolução Francesa de um século atrás – o grande modelo de revolução para aqueles homens – já os ensinara sobre o período do “terror” jacobino.

Curioso é que as revoluções de 1848 e 1872 (a comuna de Paris) não são citadas nos textos dos abolicionistas. Já 1789 se faz presente, é sempre alvo de elogios, alusões positivas. Será que a quebra da ordem estabelecida não fora bem recebida pelos abolicionistas? Não custa lembrar que em 1789 o que estava sendo derrubado era o Antigo Regime; a situação era distinta em 1848 e 1872. Isso pode indicar uma postura de pensamento. Porém, não nos cabe nesse momento fazermos esse debate.

Entretanto, assim como tememos uma postura rígida nossa, que possa engessar a realidade de então e acabar romantizando uma série de episódios, ao acreditarmos que os setores populares não causavam preocupações naqueles homens, enxergamos com certa preocupação a afirmação veemente de que os abolicionistas ilustres se preocupavam exclusivamente em manter o *status quo* e o controle dos movimentos dos setores populares.

Não vamos neste momento nos ater aos já famosos discursos e escritos de Rebouças sobre a “democracia da terra”. Embora acreditemos que isto por si só já o caracterize no mínimo como um pensador ousado para seu tempo, preferimos enveredar por outros caminhos.

Não nos parece, por exemplo, que os abolicionistas desprezassem por completo a cultura dos setores populares. Por mais que a taxa de analfabetismo fosse alta, de maneira alguma isso impedia que os setores populares deixassem de partilhar com o seletivo grupo dos letrados que compunham os estratos dirigentes de então alguns valores. Isto fica claro em alguns episódios aos quais pudemos ter acesso graças ao periódico “*Gazeta de Notícias*”.

Quando da visita do maestro Carlos Gomes no ano de 1880 à Corte, os setores populares foram seguidamente elogiados pela equipe da *Gazeta de Notícias* pelo reconhecimento aos trabalhos feitos pelo maestro e o que ele representava para o Brasil. Vejamos abaixo este trecho:



“O povo que um dia soube honrar Pinheiro Guimarães de volta da guerra, a Osório no dia dos seus funerais, a Caxias nas exéquias com o silêncio mais retumbante que mil fanfarras e seus canhões.

O povo que honra Rio Branco lançando-lhes flores e bênçãos em nome dos escravos, no dia de sua chegada da Europa. O povo que compreende o centenário de Camões e divisa o futuro que essa festa preconiza.

O povo que saúda Gomes, o filho pobre rabequista de Campinas e eleva-o como se ele fora um rei, um general, o estadista salvador da pátria, um orador a Demóstenes, um poeta épico, esse povo pode estar certo de seu futuro: há de ser um grande povo, porque é grego pela inteligência, romano pelo patriotismo”.<sup>18</sup> *Ferreira de Menezes*

O texto de Ferreira de Menezes nos fornece algumas pistas acerca da visão dos homens letrados, pertencentes aos estratos economicamente, politicamente e culturalmente privilegiados do Império (que costumavam compor os quadros dirigentes, por vezes) sobre os setores livres pobres urbanos. Analisando o discurso, tentaremos compreender o local destinado aos últimos dentro do imaginário de uma parcela dos grupos dominantes.

Menezes utiliza a palavra “povo” para se referir aos brasileiros. Aparentemente, o vocábulo é utilizado de forma bastante ampliada, podemos até mesmo dizer genérica. Não há neste discurso o uso de expressões mais exatas, visando identificar certos grupos sociais, como ocorre com o termo “arraia – miúda”, empregado tanto na época que estudamos pelos contemporâneos e até mesmo por historiadores atualmente ao tratarem dos setores livres pobres.

Podemos interpretar a opção de Menezes (de utilizar genericamente a expressão povo) de três formas. Nas concepções do abolicionista, existiam dois grupos sociais bastante distintos: o povo e os favorecidos culturalmente, politicamente e financeiramente. Um modelo interpretativo indicaria uma concepção onde não houvesse espaço para um grupo intermediário, compreendido por nós pelos setores profissionais liberais urbanos (advogados, militares de média e baixas patentes, médicos, professores, etc.). A segunda via de entendimento englobaria esse setor médio dentro do grupo dos favorecidos cultural, política e economicamente. Um terceiro modelo seria entender “povo” como todos os brasileiros, não levando em consideração qualquer classificação quanto à classe social.

Entretanto, tendo em mente o momento histórico brasileiro de fins do século XIX, marcado fortemente por uma segregação cultural, financeira e política, acreditamos ser a segunda opção a utilizada por Menezes. De qualquer forma, os setores livres pobres urbanos certamente se encaixam na categoria “povo”. No pequeno texto do abolicionista, o povo é exaltado. Suas qualidades são ressaltadas. Em um contexto onde os ventos da mudança corriam pela Corte, cremos que esta mensagem de aumento da auto – estima, tinha endereço

---

<sup>18</sup> *Gazeta da Tarde*, 18/10/1880.

específico: os setores livres pobres. Vale lembrar também que os abolicionistas não se dirigiam aos grupos dirigentes com adjetivos belos.

Os comentários de Ferreira de Menezes deixam indícios dos valores que eram apreciados e partilhados por abolicionistas como ele, membros de uma restrita elite intelectual. Os elogios feitos ao povo ocorrem por este ter demonstrado (de acordo com a ótica do abolicionista) reconhecer e dar a devida importância a certas personalidades brasileiras que só engrandeciam o nome do Brasil. Cita Pinheiro Guimarães, Osório, Caxias, Rio Branco e Carlos Gomes (este último prestes a visitar a Corte).

Podemos notar que ao saber prestigiar estes nomes, dando-lhes o devido valor, o povo brasileiro (os setores livres pobres urbanos inclusos) mostraria seu valor. Como recompensa por saber dignificar estes homens que tanto fizeram pelo Brasil, Menezes afirma que o povo brasileiro “há de ser um grande povo, porque é grego pela inteligência, romano pelo seu patriotismo”.

Ao levarmos em consideração o relato de Ferreira de Menezes, podemos fazer algumas reflexões. A segregação cultural dos setores livres pobres urbanos talvez não fosse tão acentuada quanto pensavam os grupos dominantes. Chama-nos a atenção para a calorosa recepção feita ao maestro Carlos Gomes. Afinal, tratava-se de um ícone da música clássica, teoricamente distante da realidade dos setores pobres. Por mais que não conhecessem profundamente sua obra, ao menos sabiam de quem se tratava. Além de Gomes, Menezes ainda afirma que o povo “... compreende o centenário de Camões e divisa o futuro que essa festa preconiza”. Camões também deveria (teoricamente, reforçamos, de acordo com a lógica Saquarema) fazer parte de um figurino intelectual bastante reduzido. Porém, levando-se em consideração o relato de Menezes, Camões era uma figura não desconhecida do povo.

Pode parecer repetitivo, mas fixemos, mais uma vez, nossa atenção nesse momento ao seguinte trecho: “... esse povo pode estar certo de seu futuro: há de ser um grande povo, porque é grego pela inteligência, romano pelo patriotismo”. A historiografia muito discute sobre as reais intenções dos abolicionistas: se eram meros reformadores interessados na manutenção da ordem vigente ou se atores históricos interessados em implantar um novo modelo para o Brasil; se partilhavam o temor das massas junto aos setores mais conservadores ou se desejosos de uma participação mais intensa dos setores pobres. Por este pequeno trecho, Menezes mostra ser um abolicionista que não partilha de um desprezo pelos setores pobres e nem carregava (ao menos de maneira aguda) certos preconceitos.

Ao elogiar a inteligência do povo, quebra com um dos principais estigmas que acabava por vezes justificar a não participação política em massa da população pobre. Muitos foram os

discursos de setores conservadores sobre a falta de preparo e capacidade dos setores pobres na tarefa de se decidir, ou mesmo sequer opinar, sobre o futuro político do país (vide a reforma política de 1881).

Alguns preceitos que dificultavam a participação popular nos destinos do país, aparentemente estavam sendo paulatinamente superados. Assim como o pensamento de Menezes, tivemos acesso a outras notas do jornal “*Gazeta de Notícias*” que indicam uma colaboração entre setores populares livres pobres e os abolicionistas de renome.

De acordo com a imagem abolicionista, os setores populares souberam compreender o significado especial da visita do maestro Carlos Gomes à Corte. Valorizaram a importância do renome internacional do ilustre maestro. Vejamos o trecho abaixo extraído do referido diário.

“Nunca vimos no Rio de Janeiro, festa mais espontânea e comovedora do que aquela que os fluminenses prepararam para receber o maestro Carlos Gomes.  
E só do povo que parte a iniciativa e, o que é mais, só da parte dele.  
Não haverá iluminações pagas pelas verbas do orçamento, nem vivas de encomenda oficial; o povo, nada mais que o povo, abre os braços para receber um dos seus filhos, que mais do que nenhum outro tem honrado a nação brasileira”.<sup>19</sup>

A reportagem enfatiza a capacidade dos setores populares de organização na recepção ao maestro Carlos Gomes. De acordo com o artigo, o governo imperial em nada contribuiu (ao menos no aspecto financeiro) para auxiliar na chegada de Gomes. O que chamou a atenção do autor do texto (não há assinatura da reportagem) foi a iniciativa própria dos setores populares, sem a orquestração por parte do governo imperial ou de grupos política, econômica e culturalmente privilegiados (de quem se esperaria tal atitude).

Algumas análises historiográficas ao darem a maioria dos créditos aos ilustres abolicionistas tendem a, mesmo que implicitamente, relegar cativos e setores populares a um papel secundário dentro do agitado fim de século XIX.

Acreditamos se tratar de indivíduos com ambições e motivações próprias. Embora fosse a intenção dos grupos dirigentes (tanto de liberais quanto de conservadores) segregar em todos os campos os setores populares (o nosso “povo”), acreditamos ser possível refletirmos mais sobre até onde foi eficaz essa política. Tendo como base os relatos extraídos da *Gazeta de Notícias*, percebemos até aqui que os setores populares compartilhavam de certos valores culturais bastante referendados pelos grupos dominantes. Ou seja, não freqüentaram os bancos escolares e sequer podiam sonhar com as universidades de São Paulo e Recife (um exemplo da segregação apontada por nós), mas nem por isso desconheciam a importância de Carlos Gomes.

---

<sup>19</sup> *Gazeta de Notícias*. 18/07/1880.

Então, nos perguntamos: estaria o “povo” tão distante assim da realidade cultural e política vivenciada pelos grupos dominantes? Afinal, os trechos da *Gazeta de Notícias*, deixam um certo tom de surpresa por parte dos autores a ponto das ações dos setores populares (caso da 2ª reportagem sobre a iniciativa popular de organizar uma recepção para Gomes) e de suas virtudes (ser grego por sua inteligência e romano por seu patriotismo, na 1ª reportagem) serem referendadas.

Estando interligados de alguma forma com os altos escalões da sociedade imperial, mesmo que de maneira indireta, obtiveram o reconhecimento de alguns deles. Daí, talvez surgisse a oportunidade para participarem mais ativamente da vida política imperial. Os homens são filhos de seu tempo, e aqueles célebres homens de então não poderiam de forma alguma fugir a essa regra. Tinham sim suas reservas para com os setores populares; porém, nosso intuito aqui é de demonstrar que eram menores do que tendemos a achar.

Partimos da premissa de que quando os sujeitos de grupos abastados percebem que compartilham interesses em comum (em nosso momento histórico, pelo fim da escravidão, por um novo projeto de Brasil) com indivíduos de grupos sociais menos favorecidos, um não mais pode ignorar o outro. E foi isso que aconteceu naquela década de 80 do longínquo século XIX.

### **Cativos, libertos e livres recriando significados: a centralidade da cidade.**

A história que contaremos a seguir é a do escravo Claudino.<sup>20</sup> Um mero anúncio de jornal relativo a fugas de escravos pode nos dizer sobre os hábitos e conseqüentemente da realidade daquela formação social. Nos parágrafos que se seguirão nos preocuparemos, analisando o anúncio do *Jornal do Commercio* e de relatos extraídos de outras obras, em demonstrar como a Corte se modifica, até assumir a característica de uma “cidade esconderijo”.<sup>21</sup>

O escravo Claudino, que andava fugido havia cerca de um ano, andava escondido entre a Cidade Nova e o Andaraí; andava calçado e era natural de uma província do Norte. Quem dele se apoderasse, que o levasse à rua da Uruguaiana, número 90 C.

O perfil apresentado acima é bastante comum. Em 1880, portanto depois do fim do tráfico internacional de escravos (1850), a transferência de cativos das regiões Norte e Nordeste (naquele momento, genericamente caracterizadas como Norte) para as províncias do Sudeste que necessitavam de braços para a lavoura cafeeira (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) tornou-se a prática comum. Este foi o destino de muitos escravos naquele momento. Logo, Claudino não apresenta uma exceção.

Claudino foge de um local não especificado pelo anúncio, mas conhecemos seu destino. Ao fugir para a Corte, então Município Neutro, escolhe uma grande cidade (para os padrões da época) para servir de esconderijo. Entretanto, retomaremos este ponto depois, o que nos chama a atenção no anúncio de fuga de Claudino, assim como de tantos outros escravos, é a utilização de determinadas táticas visando a manutenção de suas condições de fugitivos.

Uma prática bastante utilizada pelos cativos é o uso de sapatos. O próprio aviso da fuga de Claudino indica que ele está calçado. Alguns fatores e práticas ajudavam a legitimar a instituição da escravidão moderna, separando assim não somente senhores de escravos, mas também poderosos de oprimidos. A utilização dos calçados era uma dessas práticas simbólicas de opressão que sinalizavam a segregação presente dentro do Império do Brasil.

O fato curioso em relação aos calçados é que de instrumentos de repressão e diferenciação social tornaram-se paulatinamente armas eficazes de resistência, de luta e agora simbolizavam a tentativa da igualdade dentro da desigualdade. Mesmo ainda significando a

---

<sup>20</sup> *Jornal do Commercio*. 09/06/1870.

<sup>21</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney, op. cit.

separação entre livres e cativos, foi justamente esta separação que, paradoxalmente, permitia e agora acenava para uma tênue possibilidade de igualdade (da liberdade, do direito de ir e vir).

E a tática dos calçados foi extremamente feliz para os cativos. Sidney Chalhoub ao citar Perdigão Malheiros, figura importante na sociedade imperial, diz que o último “escreveu que havia na cidade escravos tão bem vestidos e calçados que ao vê-los era impossível descobrir se eram realmente cativos”.<sup>22</sup>

A eficácia desta armadilha (dos calçados) foi tão poderosa que nas últimas décadas da escravidão, como na de Claudino, o uso ou não de sapatos, embora não desprezado, não era já tão importante. O próprio historiador citado no parágrafo anterior acredita que o fato de haver escravos bem vestidos e calçados:

“[...] não parece excluir a possibilidade de que houvesse escravos que andassem mal vestidos e mal calçados. [...] é pouco provável que na Corte, pelo menos nas últimas décadas da escravidão, fosse possível descobrir a condição de um negro olhando para o que trazia ou deixava de trazer nos pés”.<sup>23</sup>

O uso dos calçados tanto por cativos quanto por libertos e livres e o desuso por alguns libertos e livres confundia quem quisesse reconhecer algum escravo somente baseado em sinais exteriores. Uma prática que fora deliberada com o intuito de exaltar a condição de subserviência fora reinventada e servia agora a outro propósito.

Podemos interpretar a insurreição do uso dos calçados como um sinalizador da possibilidade de igualdade; percebe – se quando o costume da utilização dos sapatos passa a fazer parte do cotidiano tanto dos cativos quanto de senhores. Notamos neste trecho que foi no vivido, no cotidiano, que se estabeleceu um conflito e que se mudou um costume, alterando a formatação e afetando o futuro daquela sociedade.<sup>24</sup>

A escravidão modificou até mesmo o uso da guerra, criou um significado particular. Esta última quase sempre significando a exaltação da nacionalidade e do patriotismo<sup>25</sup>, teve uma interpretação distinta durante o período em que a instituição da escravidão esteve presente no Brasil. O conflito conhecido como Guerra do Paraguai teve significado diferente para muitos dos combatentes do exército brasileiro, mas ainda não necessariamente combatentes brasileiros estavam presentes em nosso exército. Muitos cidadãos (os livres, pois escravos eram mercadorias) optaram por mandar seus cativos ao invés de irem para os campos de batalha ou enviar seus filhos.

<sup>22</sup> Ibidem. p.214.

<sup>23</sup> Ibidem. p.214.

<sup>24</sup> Cf. SEABRA, Odette. *A insurreição do uso*. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefvbre e o Retorno à Dialética*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

<sup>25</sup> Conferir: HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos - O breve século XX 1914\1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

O Império do Brasil opta então por conceder a liberdade para os cativos que lutassem pelo Brasil na Guerra do Paraguai. Os escravos que então escolhessem por tal estratégia seriam conhecidos como “voluntários da pátria”; podemos perceber como a Guerra do Paraguai teve um significado especial. A escravidão propôs um novo sentido para a guerra, aqui a guerra não seria travada (para muitos) em nome da pátria ou da nacionalidade, mas sim pelo direito de conquistar uma nacionalidade.

A guerra era o sinônimo da liberdade, quem lá estivesse e fosse cativo em um futuro próximo seria livre. Não seria mais uma mercadoria, agora seria um cidadão brasileiro, uma pessoa com direitos (restritos) e deveres; estava em jogo agora o reconhecimento da cidadania de um infindável número de combatentes.

Através dos anúncios de fuga de cativos, podemos perceber a influência que a Guerra do Paraguai causou no universo da escravidão. No dia 9 de junho de 1870<sup>26</sup>, o escravo Antônio, 18 anos, foge da padaria da rua do Imperador. Antônio trabalhava na padaria e perdera três dedos de sua mão na máquina de sevar massa; até aí, somente um triste infortúnio na vida de Antônio. O surpreendente nesta história é que Antônio, quando indagado acerca de sua condição de escravo, a negava alegando ser livre e voluntário da pátria mostrando sua mão acidentada.

O simples fato de Antônio afirmar ser um voluntário da pátria demonstra o conhecimento da Guerra do Paraguai e seu significado entre os escravos. Agora, a guerra significava antes de tudo, a afirmação da cidadania e não da pátria para estes homens. Ser “voluntário da pátria”, como Antônio, significa adquirir o passaporte para a liberdade.

O próprio espaço urbano, mesmo que indiretamente, desfere um golpe na instituição da escravidão. A escravidão urbana amenizava a questão da mobilidade escrava. Inúmeros cativos urbanos trabalhavam ao ganho ou em obras, ou sequer dormiam na mesma propriedade de seus donos.<sup>27</sup> Sem sombra de dúvida esta mobilidade fez com que uma ofensiva pudesse ser realizada contra o pensamento de então. A insurreição do uso do solo é outra característica importante que também deve ser ressaltada. O próprio cativo Antônio que acabamos de citar trabalhava em uma padaria. Não havia um feitor vigilante em cima de Antônio, ou sequer a vida de nosso personagem se resumia da senzala ao local de trabalho como a de um escravo rural. Retomando as analogias de Ilmar Rohloff de Mattos<sup>28</sup>, o mundo do governo e do trabalho e o mundo da rua e da desordem se opunham. Um era habitado pela

---

<sup>26</sup> *Jornal do Commercio*, 09/06/1870.

<sup>27</sup> CHALHOUB, Sidney, op. cit.

<sup>28</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit.

boa sociedade, o outro pelas camadas mais miseráveis da sociedade; a política e a representatividade eram exclusividade da boa sociedade, já a imensa maioria não estava apta para tal, afinal eram mercadorias ou despreparados demais para tal empreitada.

Podemos pensar, de acordo com o pensamento dominante da época exposto por Mattos, que a casa era o habitat por excelência da boa sociedade, era o local dos bons costumes, onde se fazia política; já a rua era o local dos desocupados e perdidos. Este era o pensamento vigente, aceito e legitimado por uma minoria (por mais paradoxal que possa soar esta última frase). O que faz a década de 80 do século XIX é justamente inverter esta lógica, a rua deixa de ser o *locus* da desordem, se torna o território das lutas, dos empreendimentos políticos.

A rua perde seu sentido de desordem para simbolizar a participação política, a quebra da ordem. Em fins do século XIX, o centro do atual município do Rio de Janeiro se torna o lugar de inúmeras manifestações. É o local onde ocorrem as festas abolicionistas que visavam angariar fundos para a libertação de cativos, é onde os setores populares se revoltam contra os impostos sobre os transportes públicos (Revolta do Vintém); lá escravos, livres e libertos se confundem, desenvolvendo uma série de estratégias, desestabilizando a ordem escravista.

Pretendemos demonstrar como a insurreição dos usos, por mais banais que por vezes possam parecer (como o simples uso dos sapatos), podem resistir até mesmo aos aparatos repressivos.

O ápice dessa mudança se deu justamente quando as ruas adquiriram um significado diferente; param de ser identificadas como símbolos de desordem e apatia, para simbolizarem organização e luta ao menos para homens como Trovão e Patrocínio (vide a Revolta do Vintém).

Gostaríamos de ressaltar que muitas dessas mudanças foram possíveis por estarmos tratando de um espaço urbano. Um espaço como a Corte, por suas especificidades geográficas e políticas, facilitou esta quebra apontada por nós. Por ser uma cidade litorânea, o Rio de Janeiro era um dos mais importantes centros comerciais do Brasil; o porto propiciava a entrada e saída de muitos indivíduos, proporcionando um intercâmbio de pensamentos valiosos.

Evidenciamos toda uma rede de comunicações e troca de informações. Esta comunicação se dava entre cativos e libertos, setores populares e escravos, os estratos dominantes e os setores populares. Não pretendemos afirmar aqui que uma quebra do modelo em voga não pode em hipótese alguma partir de áreas rurais (as guerrilhas são um bom



contraponto), só desejamos ressaltar a riqueza e a imensa rede de possibilidades que um espaço urbano pode propiciar.

As redes de comunicação e informação (a centralidade do urbano apontada por Lefebvre no “direito à cidade)”<sup>29</sup> podem ser identificadas no compartilhamento de informações como na questão dos “voluntários da pátria”. Entretanto, um indício da centralidade por nós encontrada é justamente a disseminação de valores que teoricamente deveriam estar bastante restritos aos meios dominantes (como no caso da visita do maestro Carlos Gomes).

Além disso, o simples fato de na década de 80 do século XIX, nas ruas da Corte, não mais se conseguir identificar um cativo apenas de acordo com a aparência, aponta para as imensas possibilidades de relação e resistência que aquele espaço oferecia.

---

<sup>29</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *El derecho a La ciudad*. Barcelona, Península, 1978.

## A quem perseguir?

Em fins do século XIX, a sociedade imperial estava em vias de transformação; afinal, em breve passaríamos de uma sociedade onde a desigualdade entre os indivíduos fazia parte da norma, para uma onde todos se tornariam iguais perante a lei. Ruía a escravidão e a monarquia; vinha o trabalho livre e a república.

Porém, como sabemos os novos ventos não trouxeram grandes novidades. Embora com algumas melhorias no campo dos direitos políticos (como um sufrágio mais amplo), a situação permanecia praticamente inalterada. Os setores livres pobres continuaram sendo renegados pelo poder público e a participação política de indivíduos vindos de fora dos restritos círculos continuava bastante tímida, para não afirmarmos quase que inexistente.

A polícia do Império, assim como mais tarde seria a da república, era um instrumento repressivo voltado para o controle dos setores populares visando à manutenção do *status quo*. Ao invés de prestar auxílio e proteção para todos, privilegiava os restritos setores dominantes. Sua maior preocupação era a manutenção da ordem, mas uma ordem que visava silenciar os mais humildes em serviço dos mais poderosos.

Antes de começarmos a nos aprofundar neste trecho, é importante ressaltarmos que a instituição policial de então, não tinha a mesma natureza que hoje. Suas atribuições eram bem mais extensas, não deviam somente se preocupar com o combate ao crime e com a conseqüente manutenção da tranqüilidade pública.

De acordo com os relatos que pudemos acompanhar através dos jornais, o aparato policial era muito truculento para com escravos e setores populares. Suas intenções eram constantemente julgadas e denunciadas pelos abolicionistas.

O próprio chefe de polícia da Corte encarnava a figura do policial violento que bate antes e pergunta depois. Eduardo Silva expressa bem o que desejamos afirmar:

“Quando o chefe de polícia, desembargador Coelho Bastos, o temido “rapa – coco”, quis agir e pôr um fim à cantoria abolicionista que se fazia na Gávea, no ponto final dos bondes, Seixas (o famoso cartunista Ângelo Agostini) foi protegido pela própria princesa Isabel e, por trás dela, pelo próprio imperador do Brasil, que, segundo consta, teria pedido ao barão de Coteipe que encerrasse o caso sem maiores formalidades ou investigações”.<sup>30</sup>

A obra de Eduardo Silva pode nos auxiliar muito nesse momento. Ela indica como o próprio chefe de polícia ambicionava enquadrar o cartunista Ângelo Agostini dentro dos padrões escravistas. Sendo este último um membro que lutava contra a escravidão através de suas charges na “Revista Ilustrada”, era um dos alvos do desembargador Bastos. Como

---

<sup>30</sup> SILVA, Eduardo, op. cit., p.26.

podemos ver a intervenção da princesa e do imperador que evitou maiores proporções neste caso.

Não se tratava neste caso específico da captura de um escravo ou da invasão de um quilombo. Afinal, era obrigação da polícia coibir as fugas e auxiliar na captura de cativos estivessem estes onde quer que fosse. Entretanto, percebemos um envolvimento do desembargador Bastos na luta pela manutenção da escravidão. Afinal, este queria colocar suas mãos justamente em um dos homens mais participativos do movimento. Parece existir uma relação entre a polícia e o grupo dirigente.

Como já afirmamos anteriormente, o próprio chefe da polícia (desembargador Coelho Bastos), se utilizava da violência como principal arma para a manutenção do *status quo*, de acordo com os relatos de Silva:

“Realmente, depois dos gritos de “Vivam os escravos fugidos!”, o desembargador Coelho Bastos estava decidido a intervir no Leblon. Chamavam-no de “rapa – coco” porque não era homem de brincadeira: prendia, batia e ainda por cima mandava pelar a cabeça de negro fujão, sambista e arruaceiro. Daí a correria dos abolicionistas quando souberam que a polícia ia mesmo atacar o quilombo do Leblon”.<sup>31</sup>

Ainda seguindo Silva, a polícia da época do movimento abolicionista era truculenta e atuava a favor dos interesses dos grupos dominantes. E a perseguição da polícia dirigia-se não somente aos escravos, como também aos abolicionistas. O próprio “rapa – coco” mandava prender, bater e raspar a cabeça de, além dos cativos, de “sambistas e arruaceiros”. Fica aqui a pergunta: quem seriam estes arruaceiros? Cremos não ser muito árdua a tarefa de responder a esta pergunta.

Temos em nossa mão, um trecho de um despacho policial quando da revolta do vintém, em janeiro de 1880: “Incitado e amotinado em grande número de indivíduos **dentre os quais não pude distinguir gente séria**, praticaram indescritíveis cenas de vandalismo [...]”<sup>32</sup> (grifo nosso)

Quando Carlos Alberto Bulhões afirma que “não pude distinguir gente séria”, quis dizer que naquele instante ao qual se refere seu relato, havia somente pessoas dos setores livres pobres urbanos. As autoridades também partilhavam o desprezo pelo povo.

No imaginário local da época - tanto de abolicionistas e republicanos que desafiavam a ordem vigente, quanto de setores livres pobres – a polícia parecia estar ligada com a corrupção, interesses escusos e desonestidade. Essa idéia transparece no relato extraído da *Gazeta de Notícias*:

<sup>31</sup> Ibidem. p.27.

<sup>32</sup> Relatório do 1º delegado de polícia da Corte (Carlos Alberto Bulhões) para o desembargador e chefe de polícia da Corte (Eduardo PindaHyba de Mattos). Publicado no *Jornal do Commercio* em 03\01\1880.

“O guarda urbano Frutuoso Francisco de Campos é um homem de bem e merece a devida recompensa moral de seus superiores. Frutuoso encontrou ontem, ao meio dia, na rua do Ouvidor, uma pulseira de ouro maciço e de valor e imediatamente foi entregá-la ao Dr. Chefe de Polícia.

Frutuoso é um rondante do 5º distrito. Os moradores desse distrito deviam reunir-se e dar uma prenda ao honesto guarda. Seria uma justiça e ao mesmo tempo um estímulo de honra para os outros e só assim teremos um dia polícia”.<sup>33</sup>

Como vemos o guarda Frutuoso ao encontrar uma pulseira de ouro, foi prontamente devolvê-la. Exaltar a ação do guarda nos parece uma atitude normal, mas o que nos chama a atenção é justamente a última frase do texto. “Só assim, teremos um dia polícia”; esta oração transmite a impressão do autor da situação em que se encontrava a polícia.

A descrença na polícia aparentava ser razoável. Sequer sua honestidade deixou de ser questionada na reportagem. Supostamente violenta, desonesta e a serviço dos poderosos; ao que tudo indica, esta parece ter sido a visão de alguns setores da sociedade imperial (principalmente do povo e dos que advogavam em sua causa) naquele momento sobre a polícia da corte.

O próximo recorte nos indica mais uma faceta da polícia da Corte:

“O Jornal do Comércio, disse hoje, que pela segunda vez em dois anos tem que assinalar a progressão ascendente dos delitos nesta cidade e de pôr em relevo “as sensíveis lacunas de nosso regime policial”.

[...]

Com mais ardor bateríamos palmas se o jornal, pondo em causa seu prestígio, flagelasse com as suas censuras, aqueles delegados e sub – delegados de polícia que manejam este terrível instrumento do bem – viver, em proveito das trapaças eleitorais, dos ódios pessoais e das vinganças pequeninas.”<sup>34</sup>

Esta reportagem extraída da *Gazeta de Notícias* faz alusão a uma matéria publicada no *Jornal do Comércio*. Este último era o meio de comunicação que tendia a defender o governo imperial; constantemente era acusado pelas folhas voltadas ao povo (como a *Gazeta da Noite*) de ser ministerialista. Nele, eram publicados inúmeros anúncios de fugas de cativos, assim como a cotação do café. Ou seja, era um periódico voltado para os defensores do *status quo*.

Entretanto, o que mais nos chama a atenção é que até mesmo um periódico defensor da ordem de então, teria feito críticas à polícia. De acordo com o jornal, foi notada uma “progressão ascendente” de delitos por dois anos consecutivos. Surpreende a publicação por parte do *Jornal do Commercio* de uma matéria como esta, com os dizeres reproduzidos pela *Gazeta de Notícias*, por geralmente ter sido a folha de Júlio Villeneuve porta voz de discursos dos chefes de polícia e espaço onde ações policiais eram rotineiramente elogiadas (geralmente na seção “a pedidos”).

<sup>33</sup> *Gazeta de Notícias*, 22/07/1880.

<sup>34</sup> *Gazeta de Notícias*, 26/07/1880

Mais um indício de que a polícia estava a serviço de poucos é a acusação de que ela atuaria também em proveito de “trapaças eleitorais”. Temos aqui uma denúncia séria de utilização da polícia como força de coerção durante o período de disputas eleitorais.

A polícia da Corte aparentava ser vinculada aos interesses particulares de poucos e que servia como uma poderosa arma, um sustentáculo, da manutenção do grupo dominante de então.

Qualquer tentativa de emancipação por parte dos setores populares era vista como algo desafiador à ordem. Por que se reprimir manifestações políticas? O uso indiscriminado da força policial e militar contra o povo foi tema muito debatido durante a revolta do vintém. Inclusive membros do partido liberal, então no poder, criticaram tal postura. Sandra Graham pode nos esclarecer mais sobre esse acontecimento:

“Ninguém criticou tão severamente, ou com tanta repercussão, as medidas tomadas pelo governo para abafar a revolta, quanto um grupo [...] composto por oito senadores e deputados liberais [...].

No manifesto que distribuíram à imprensa, eles alegaram contundentemente que, a 1º de janeiro, “a força militar chegou a ponto de fuzilar o povo desarmado”. Além disso, acusaram os militares e a polícia de terem impedido o povo de alcançar o palácio para entregar petição ao imperador”.<sup>35</sup>

A vida dos setores livres pobres era extremamente árdua. Alijados de participação política ampla e conseqüentemente impossibilitados de opinarem sobre o futuro do país, tinham em seu encalço uma instituição extremamente preconceituosa e feroz. Se os escravos tinham os feitores em constante vigilância sobre eles, os setores livres pobres (os chamados populares) tinham a polícia. Um instrumento tão repressivo e agressivo quanto os feitores, que (guardada as devidas proporções) atuavam da mesma forma, utilizavam a mesma lógica e concepção.

Pelos relatos por nós pesquisados, a polícia não gozava de prestígio perante os abolicionistas e os setores populares urbanos pobres. O discurso de abolicionistas e republicanos formava uma imagem nada agradável: tínhamos, tendo como base as reportagens dos jornais, uma polícia repressora perante o povo e que atuava tendo em mente interesses de particulares. Manifestações públicas que questionassem a ordem sequer seriam toleradas. A polícia, seria mais uma arma visando à segregação do povo.

---

<sup>35</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. Revista Brasileira de História, São Paulo. Volume 10, número 20. Março 1991 \ Agosto 1991. P. 221.

### Para as ruas ou não?

Muito se discute sobre a atuação dos mais ilustres abolicionistas, se teriam eles atuado de forma a manter um certo *status quo* ou se teriam tido realmente intenções mais revolucionárias, ou seja, se desejavam verdadeiramente subverter a ordem de então. As opiniões de dividem nesse campo.<sup>36</sup>

Buscando encontrar mais respostas para esta questão, analisamos alguns trechos de um dos principais periódicos abolicionistas, a “*Gazeta de Notícias*”. Encontramos manifestações de apoio interessantes, que inclusive foram além do que esperávamos encontrar.

A ordem saquarema visava a um isolamento dos setores livres pobres. Não eram vistos como sujeitos aptos a participarem da vida política. Além disso, o medo de revolução e subversão da ordem habitava a mente dos setores dirigentes de então; a França revolucionária de um século antes havia demonstrado o poder dos “*sans culottes*”.

Naquele momento, como já vimos, a sociedade brasileira passava por importantes transformações. Um novo modelo de Brasil era ofertado por alguns sujeitos também pertencentes ao restrito grupo dos privilegiados. Fatores tanto internos quanto externos impulsionavam a batalha pelo fim da escravidão e a conseqüente luta por uma sociedade mais igualitária.

Diante deste quadro, restava aos ilustres nomes da campanha abolicionista – os de destaque diante a sociedade imperial – uma decisão: atuar ao lado ou não destes setores populares? Defender também as causas próprias destes? Estimula-los a irem às ruas? Quais seriam os perigos desta guinada? Enfim, é justamente a visão destes abolicionistas de renome como José do Patrocínio que tentaremos compreender neste turbulento momento.

Antes de iniciarmos nossa análise, faz-se necessário alguns apontamentos. O primeiro deles irá se referir aos abolicionistas como Nabuco, Patrocínio e Menezes. Não podemos nunca nos esquecer de que estes eram homens que pertenciam aos setores privilegiados da sociedade imperial! Seus vínculos, suas raízes, seu imaginário, eram muito mais próximos dos setores dirigentes do que dos setores livres pobres, embora por muitas vezes os abolicionistas tivessem trajetórias pessoais bastante distintas.

Nabuco era filho de um importante membro da aristocracia nordestina (Nabuco de Araújo); já Patrocínio era filho de um vigário com uma quitandeira mulata que havia sido escrava; Luís Gama até como escravo foi vendido. Porém, mesmo as realidades de José do

---

<sup>36</sup> Conferir o capítulo 1 deste trabalho.

Patrocínio (que se tornou farmacêutico e jornalista) e de Luiz Gama (que se tornou advogado) eram muito mais próximas às de burocratas e políticos que lutavam pela manutenção da escravidão do que da vida dos setores livres pobres. Tiveram acesso à cultura letrada e freqüentavam lugares semelhantes. Também não mais compartilhavam das dificuldades do povo.

Já os setores populares, corriqueiramente são apresentados como “massa de manobra” de abolicionistas como Lopes Trovão (a Revolta do Vintém contém várias acusações deste tipo) do que como um grupo coeso que tinha suas próprias causas e batalhas. Como pudemos observar até aqui, tinham uma vida complicada; esquecidos pelo poder público e perseguidos pela polícia. Essa era a sua rotina. Entretanto, nos parece simplório pensar que estes iam para as ruas somente por causa das festas abolicionistas e que toda a rédea do movimento abolicionista estivesse em mãos de sujeitos como Patrocínio e Ferreira de Menezes.

Não negamos a enorme importância da *Gazeta de Notícias* de Patrocínio dentro do movimento, muito pelo contrário, inclusive esta está sendo nossa fonte de pesquisa nesse momento. Entretanto, achamos ser mais fiel ao cenário da época compreendermos a relação entre setores livres pobres e ilustres abolicionistas como uma simbiose. Um se alimentava das necessidades do outro, um apoiava o outro em busca de um objetivo final e comum que seria a transformação do Brasil. A saída de um Brasil que legitimava a desigualdade entre seus habitantes para um Brasil onde todos seriam iguais perante a lei e teriam as mesmas oportunidades e direitos.

Uma infra – estrutura que hoje consideramos fundamental como saneamento básico, naquele momento parecia ser não um direito, mas um privilégio. Mesmo sendo em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro, encontramos similaridades que expõe a condição de vida destes grupos esquecidos por conservadores e liberais:

**“Melhoramentos Materiais**

Têm sido atrozes os sofrimentos do povo, que busca nas praças públicas ou nas ruas a água potável.

Isso que é o indispensável à vida, faz-se do dia para o dia mais raro e não será de espantar, se, numa época próxima, trazer a decadência decidida desta capital.

[...]

Em Niterói, enquanto estiver a cidade como hoje está, com algumas gotas de água apenas, insuficientes para matar a sede da população será uma verdadeira lavoura estabelecer-se uma companhia de esgotos.”<sup>37</sup>

Como podemos ver, a população de Niterói, capital da província do Rio de Janeiro (próxima ao Município Neutro), sofre com a falta crônica de água. Isso acarreta, como podemos ver pela matéria, na não instalação de uma companhia de esgotos. Naquele

---

<sup>37</sup> *O Fluminense*, 07/12/1881.

momento, em 1881, a cidade de Niterói não tinha ainda água potável suficiente para toda sua população sequer matar a sede e não contava com uma companhia de esgotos. A população ao que indica vivia ainda em uma situação periclitante. Sem água e sem esgoto. Exposta a todo tipo de doenças.

Fizemos questão de expor a cidade de Niterói, por se tratar da capital da província do Rio de Janeiro. Importantíssima do ponto de vista político e econômico. Vassouras, localizada nesta província, foi durante anos o coração econômico do império devido às suas exportações de café. Os maiores defensores do escravismo encontravam-se no Rio de Janeiro. Se na província do Rio de Janeiro, de tal importância política e econômica, a situação se encontrava desta forma, imaginemos em locais de menor importância. Podemos pensar que a situação dos setores livres pobres não era das melhores.

Na Corte, então Município Neutro criado pelo ato adicional de 1834, o cenário não era distinto. Temos uma denúncia encontrada na “*Gazeta de Notícias*” que relata a situação em que viviam os moradores do Engenho Novo:

“O Ministro da Agricultura declarou não poder, por enquanto, estabelecer um posto de bombeiros na freguesia do Engenho Novo. Mas o Engenho Novo pode continuar a pagar impostos e o Vintém do Sr. Affonso Celso”.<sup>38</sup>

Encontramos duas denúncias aqui neste espaço. Uma se refere à falta de um posto de bombeiros e sobre a falta de recursos para tal. Os moradores desta freguesia encontravam-se expostos a inúmeras dificuldades. Caso algum imprevisto de maiores proporções viesse a ocorrer, não haveria por aquela localidade ninguém que pudesse vir ao encontro daquela população para socorrer. Estavam a cargo da própria sorte.

O que também nos chamou a atenção para essa matéria é a relação feita entre a falta de verbas alegada pelo ministro da agricultura e o excesso de impostos pagos pelos contribuintes do Engenho Novo. A *Gazeta de Notícias* ainda chama atenção para o Imposto do Vintém que acabou resultando na conhecida “Revolta do Vintém”, onde a população foi para as ruas protestar. Embates ferozes entre populares e polícia ocorreram. Porém, deixemos este episódio para o final.

Entretanto, se o poder público não se fazia presente, algumas associações beneficentes tentavam amenizar a situação de então. Tivemos a oportunidade de encontrar um breve relato sobre a “Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias”.

Vejamos mais sobre as obras realizadas pela dita sociedade:

“Na sociedade Propagadora da Instrução às classes operárias, da freguesia da Lagoa, terá lugar hoje a sessão solene para a posse da nova diretoria, composta dos srs: Dr Hermógenes

---

<sup>38</sup> *Gazeta de Notícias*. 23/07/1880.



Pereira da Silva, presidente; Eduardo José de Almeida e Silva, 1º secretário; Eugênio José de Almeida e Silva, 2º dito; e Benjamin Wolf Moss, tesoureiro.

No relatório que será lido hoje pelo secretário, está o histórico dessa útil e grande instituição que tantos serviços têm prestado às classes desfavorecidas de instrução naquela freguesia.

[...] De uma estatística escrupulosamente organizada pela diretoria que se retira, vê-se que este ano matricularam-se nas aulas de ensino 239 alunos, dos quais 195 brasileiros e 44 portugueses”.<sup>39</sup>

Como podemos ver, a dita sociedade tinha como maior preocupação oferecer ensino gratuito para os grupos menos favorecidos. Coube à iniciativa privada neste caso específico uma ação efetiva no campo da educação. Mesmo assim, o número de agraciados era bastante diminuto, somente 239. Não sabemos o caráter de ensino da instituição (se oferecia um ensino profissionalizante ou algo similar), mas como pudemos ver era voltada para as “classes operárias”.

Interessante também a designação “classes operárias” para os desprivilegiados. Primeiro, por não haver no Brasil indústrias suficientes para se ter formado um operariado (talvez influência dos imigrantes europeus) e outra por fazer uma correlação entre o trabalho e o povo. Em um contexto onde os setores livres pobres eram conectados pelo imaginário dos grupos dirigentes ao mundo da desordem e da vagabundagem, esta interpretação da realidade (ligar o povo ao trabalho) tinha seu diferencial.

Em certos períodos, os abolicionistas de renome defendiam a participação popular em larga escala. Medidas polêmicas para a época foram debatidas, como o direito ao voto.

Tivemos também acesso a uma conclamação aos setores populares livres a iniciarem seus embates em nome de seus interesses. Vejamos:

**“O sono do Leão**

**(Ao povo)**

Sobre a relva ainda quente. Onde o combate aceso;  
Passará, entre milhões de cóleras rivais.  
Dorme, - a narina aberta, o fôlego represo –  
O leão furibundo, o rei dos animais.

[...]

Mas, enquanto repousa e, grave, intemerato,  
Descansa do combate a rressonar assim  
Ao ouvido lhe zumba o moscardo insensato;  
Deita-lhe o oblíquo olhar, o mísero mastim,

A falange da infâmia, os covardes, os vis  
Armam-lhe traições, cospem-lhe ao rosto;  
Mas um dia ele acorda! E à turba de répteis;  
Vem soluçar, morrendo, ao peso de seu braço.

Dorme, animal feroz, teu sorriso majestoso.  
Que eu sei que, enquanto estás solene a rressonar  
Torna -te mais rijo o músculo audacioso  
E rressurge maior – a rugir e lutar.

<sup>39</sup> *Gazeta de Notícias*. 15/12/1880.

Assis Brazil<sup>40</sup>

No poema de Assis Brazil, o povo é retratado através de uma metáfora. E o animal escolhido para representar os setores livres populares (chamados por Brazil de “povo”) é um leão. Segundo o autor do poema, o leão está adormecido, quase que em estágio de letargia.

Na visão de Brazil, o povo está descansado do combate. Das dificuldades da vida por nós retratadas neste breve espaço como o desemprego, a falta de saneamento básico. Continuando, o autor do poema afirma que o povo foi traído, mas ressalta que um dia o leão acorda. E quando acordar, “a turba de répteis” (os traidores do povo) irão sentir o “peso de seu braço”.

No final, o recado é claro: o povo há de “ressurgir maior – a rugir e lutar. Temos aqui mais um incentivo para os setores livres pobres buscarem seus direitos. Sem sombra de dúvida, as manifestações de apoio às causas populares eram constantes nestes periódicos. Pudemos perceber isto através dos inúmeros textos e matérias publicados. A causa popular era legítima no olhar dos abolicionistas ligados a estes jornais (Ferreira de Menezes, José do Patrocínio, Assis Brazil e outros). A Revolta do Vintém nos dará uma noção mais nítida da elasticidade deste apoio.

---

<sup>40</sup> *Gazeta de Notícias*. 21\07\1880.

## A Revolta do Vintém

Muito se discute sobre a participação dos setores populares dentro do quadro político. Aliados de uma participação política direta (direito ao voto), estaria o “povo” em um completo estado de dependência e submissão? A Revolta do Vintém, episódio ímpar do período imperial, muito tem a nos auxiliar na análise da visão dos abolicionistas sobre qual seria o papel adequado para os setores livres pobres dentro do figurino imperial. Neste momento, faremos uma breve apresentação do tema, introdutória. No próximo capítulo, iremos analisá-la de maneira profunda.

Antes, vamos esclarecer o que foi a Revolta do Vintém. Após um período de ostracismo que vigorava desde 1868 (devido às pressões exercidas pelo Conservador Caxias), os Liberais ao final de 1879 voltavam ao poder. Ao retomarem o posto de liderança, encontram um cofre imperial depauperado.

Sinimbú (líder Liberal) nomeia Afonso Celso de Assis Figueiredo (futuro Visconde de Ouro Preto) para a pasta da Fazenda. Como política para aumentar a receita do tesouro, Figueiredo recorre a empréstimo no exterior e decide incidir uma série de impostos novos e aumentar os já existentes. Entretanto, dentre os novos, o que mais iria repercutir seria o “imposto do Vintém”. Consistia em um acréscimo de um vintém nas passagens de bondes (o meio de transporte mais utilizado pelos setores populares naquele momento).

A taxa que causaria tanto furor dentre os membros da sociedade imperial foi criada por decreto no dia 13 de dezembro de 1879 e entraria em vigor a partir de 01 de janeiro de 1880. Uma das interpretações historiográficas sugere que o episódio tentou ser usado como artifício político: “Ora, os republicanos mais exaltados andavam exatamente à procura de pretextos para agitação popular, capaz de dinamizar o partido criado dez anos antes, mas sem ter feito progressos reais”.<sup>41</sup>

Tivemos fontes que trazem a discussão de uma vinculação do republicanismo com a Revolta do Vintém. Acusações foram feitas e debates via jornais eram realizados. No próximo capítulo (quando nos aprofundaremos na Revolta do Vintém), nos enveredaremos nesse tema. Entretanto, achamos válido levantar essa questão e darmos uma idéia da amplitude que teve a Revolta do Vintém dentro da sociedade imperial.

A imprensa também esteve bastante presente na cobertura desse caso. Inclusive, parte dela, tendo incitado em alguns momentos a agitação popular. Alguns de maneiras menos

---

<sup>41</sup> JUNIOR, Magalhães Raimundo, op.cit., p.78.

incisivas do que outras, mas de forma geral conclamando o povo para as ruas. A *Gazeta da Noite*, então propriedade de Lopes Trovão (republicano, além de abolicionista) era radical a ponto de afirmar que “a violência é um direito do povo quando exercido contra as violências do poder”.<sup>42</sup> Nem todos podiam contar com o teor quase revolucionário da *Gazeta da Noite*, mas como sustenta Magalhães Junior sobre as críticas de Trovão ao “imposto do vintém”, “não era o único a fazê-lo, pois também estavam contra *O Cruzeiro* e as demais folhas, excetuando o *Jornal do Comércio*, sempre ministerialista e o único a favor”.<sup>43</sup>

Antecedendo aos conflitos armados, conferências e comícios foram marcados, passeatas realizadas e discursos proferidos por ícones abolicionistas. Magalhães Júnior nos que diz que “... grandes agitações foram preparadas para o dia de Ano Bom, com a colaboração de Lopes Trovão, José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Ferro Cardoso, Joaquim Pedro da Costa e outros, começando tudo no Largo do Paço”.<sup>44</sup>

Porém, infelizmente, no primeiro dia do ano de 1880, a situação foge ao controle de todos os envolvidos e atos de truculência e crueldade ocorrem. O *Jornal O Fluminense* nos relata o período mais turbulento do conflito:

“... A época fixada para se começar a cobrá-lo (o imposto do vintém), tornou-se notável e triste na história pátria. O 1º de janeiro foi fatal. Com exceção da linha de bondes do Jardim Botânico, todas as demais exigiram dos passageiros o imposto do trânsito. Deu isso lugar a sérios tumultos, e, crescendo a agitação, resolveu o povo arrancar trilhos e quebrar bondes em número talvez de 50, causando enormes prejuízos às companhias e ofensas físicas aos seus condutores. Serviram os destroços dos carros de barricadas ao povo, e a tropa mandada contra ele muitas vezes encontrou séria resistência...”.<sup>45</sup>

Pela notícia, percebemos que os setores populares partem para a violência quando do início da cobrança do dito imposto. Pela obra de Magalhães Junior notamos que até o 1º de janeiro o povo ainda faz manifestações sem a utilização da truculência. As forças públicas (a polícia) encontram séria resistência, a situação aparentemente se perde. Temos agora os setores livres pobres enfurecidos e em atrito com a polícia, sendo que esta última encontra dificuldades na contenção dos populares.

Outro fator que chama a atenção é o fato de que o redator da notícia somente relata a quebra dos bondes e a ofensa física aos condutores das linhas que cobraram o imposto. Não houve nenhuma repreensão ou crítica mais severa por parte do jornal dirigido ao povo pelo seu comportamento.

<sup>42</sup> JUNIOR, Magalhães Raimundo, op.cit, p.78.

<sup>43</sup> JUNIOR, Magalhães Raimundo, op.cit, p.78.

<sup>44</sup> JUNIOR, Magalhães Raimundo, op.cit, p.78.

<sup>45</sup> *O Fluminense*. 04\01\1880.

O número de participantes era expressivo. Cada vez mais indivíduos nas ruas protestando e entrando em embates com a polícia:

“O povo que daí seguiu (Praça D.Pedro II) em massa para a rua do Ouvidor, e que posteriormente se bifurcou pela rua da Uruguaiana e Largo de São Francisco, manifestou-se energicamente contra o vexame o qual o queriam fazer passar. A tropa enchia as ruas centrais da cidade. Em tais lugares deram-se cenas revoltantes, inclusive a descarga de fuzilaria contra os que achavam no primeiro dos citados lugares, ficando logo mortos três indivíduos e inúmeros feridos”.<sup>46</sup>

Neste momento, percebemos que a adesão popular contra o imposto do vintém parece ser enorme. Segundo os relatos, setores populares dirigem-se em “massa” e ocupam boa parte do centro da Corte: estão simultaneamente na rua da Uruguaiana, do Ouvidor e no Largo de São Francisco. Em compensação percebemos que a polícia também ocupa estes lugares, onde ocorrem conflitos em que as forças públicas usam armas de fogo contra manifestantes desarmados (vale lembrar que muitos dos acontecimentos foram contados de maneiras distintas, de acordo com as posições no confronto dos personagens de então).

No parágrafo anterior de nossa fonte, o periódico afirma que os setores livres pobres “manifestaram-se energicamente”. Não sabemos ao certo quais os atos tomados pela população que ocupava as ruas (sabemos, porém, que trilhos eram usados como barricadas, pedras como armas e bondes estavam sendo destruídos), mas a utilização da palavra “energicamente”, tendo em mente os fatos citados anteriormente que estavam sendo realizados pelo povo, chama a atenção.

A “manifestação enérgica” se deu em virtude do “vexame contra o qual o queriam fazer passar (o povo)”. Vemos até esse momento um apoio muito forte por parte do *O Fluminense* para com os setores livres pobres. Até esse momento, as ações de violência repreendidas foram as iniciadas por parte da polícia. Não constatamos neste início qualquer repreensão significativa em relação ao comportamento do povo ou qualquer tentativa de vincular os setores livres pobres com a ignorância e a vagabundagem, pelo contrário.

Em um dos relatos sobre o imbróglio na Corte, temos os seguintes dizeres:

“Há dias que o assassinato foi elevado à altura de um princípio oficial. A força pública, organizada para a defesa da pátria, tem sido empregada em cortar a sabre e derrubar e descarregar de fuzilaria os pobres homens do povo, obreiros do progresso. [...] O sangue do povo, esse que não se deve desperdiçar, que é sagrado, correu a jorros das veias dos homens do trabalho”.<sup>47</sup>

O povo é identificado aqui com o mundo do trabalho. Longe do local que tradicionalmente ocupava dentro da mente das elites (da rua, da vagabundagem), são designados como “obreiros do progresso”. Ou seja, eram vistos como elementos necessários

<sup>46</sup> *O Fluminense*. 04\01\1880.

<sup>47</sup> *O Fluminense*. 04\01\1880.

para a chegada do progresso no Brasil. Para reforçar mais ainda esta construção da imagem de um povo trabalhador, foram taxados de “homens do trabalho” e que seu sangue não deveria ser desperdiçado.

Enfim, temos o seguinte cenário construído pelo jornal *O Fluminense*: de um lado, uma polícia violenta e que agiu de maneira covarde, que sem necessidade ataca a tiros homens indefesos. De outro, um povo trabalhador, ordeiro e que deve ser respeitado. Afinal, “não foi o povo provocador, mas sim o provocado”.<sup>48</sup>

Entretanto, talvez ao perceberem o quão fora de controle se encontrava a situação, o periódico começa a pedir que os setores livres pobres abram mão da violência e que retornem à normalidade, mas sem abrir mãos de seus direitos:

[...] Abandone a revolução armada (o povo), mas que opere uma benéfica transição, não admitindo influência oficial nos seus direitos de votar e na escolha dos seus eleitos”.<sup>49</sup>  
 “Continuam exaltados os ânimos na Capital do Império.  
 [...] O fato culminante do dia foi o estado de sítio estabelecido na rua do Carmo. A rua da Uruguaiana também continua a ser teatro de atos selvagens.  
 [...] A imprensa da Corte publicou um manifesto ao povo, convidando-o à ordem”.<sup>50</sup>

Primeiramente, vemos que o estado de sítio chegou a ser utilizado pelas forças imperiais. Nesse contexto, qualquer uso da força utilizado pelas forças públicas estaria justificado; transmite-se a idéia de uma polícia alarmada, com receio de um povo sublevado.

No primeiro trecho, o autor da reportagem percebe o movimento como uma “revolução armada”. Imaginemos o impacto dessa visão! Pede o fim da dita revolução, mas ainda defendendo os interesses dos setores livres pobres, pede que haja uma transição para um movimento mais pacífico; que defendesse seus direitos de votar e na escolha dos seus direitos”. Clama pelo fim da violência, contra a “revolução armada”, mas pede o direito ao voto. O uso da força não é admitida, mas a crença na democracia se faz presente.

Já a segunda parte é mais incisiva. Convida o povo “à ordem”. De um apoio forte, a princípio com poucas restrições, em poucos dias notamos uma postura mais apaziguadora no jornal *O Fluminense*. Em três dias, notamos uma mudança no tom das reportagens. A do dia 07\01 é muito menos radical do que as do dia 04 (quando realmente começa a cobertura dos eventos), até que o espaço dedicado aos acontecimentos da Corte diminuiu no periódico por nós analisado.

Mesmo assim, em momento algum a população foi acusada de ser selvagem ou ignorante. Durante a maioria do processo, belos adjetivos (como “obreiros do progresso”) foram utilizados para designar o povo. O que podemos notar é que ao final do movimento, no

<sup>48</sup> *O Fluminense*. 04\01\1880.

<sup>49</sup> *O Fluminense*. 04\01\1880.

<sup>50</sup> *O Fluminense*. 07\01\1880.

caso do periódico de Niterói (vale lembrar que um meio de comunicação que se dizia conservador), os textos não encorajavam tanto a população a ir às ruas quanto no início. O discurso era mais moderado.

## O 13 de Maio

Não poderíamos deixar de analisar os dias que antecederam e os posteriores ao 13 de maio de 1888. Não houve muitos relatos sobre manifestações populares ou matérias dirigidas diretamente aos setores livres pobres. Fenômeno natural, já que desde meados de abril os jornais já aguardavam a reunião ministerial que decidiria pelo final do cativeiro.

Para tentar obter uma visão mais ampla do período que antecedeu a abolição da escravidão no ano de 1888, analisamos os meses de março, abril e maio. Em relação aos meses de março e abril, nada de interessante que pudesse ser acrescentado à nossa pesquisa. Muitas discussões acerca do parlamento imperial; neste período as análises políticas tomavam bastante espaço.

Optamos também por ter como fonte dois jornais historicamente ligados ao movimento abolicionista. Um deles, a *Gazeta de Notícias* que já vinha sendo utilizado, só que neste momento sem José do Patrocínio que se encontrava no periódico *Cidade do Rio* (que por questões técnicas não pôde por nós ser utilizado). Porém, a influência de Patrocínio era forte ainda, a ponto de uma coluna em sua homenagem ter sido publicada quando da ocasião do 13 de maio.

Nossa outra fonte foi o jornal *Gazeta da Tarde*. Este, antes de ter esta denominação, era o antigo *Gazeta da Noite*, que teve como redator Lopes Trovão. Após sair do Brasil, passou o periódico para as mãos de Ferreira de Menezes que aí sim escolheu o nome *Gazeta da Tarde*. Porém, em 1888, não mais estava aos cuidados de Ferreira de Menezes: mesmo assim, ostentava em sua primeira página que havia sido fundado pelo conhecido abolicionista.

O mês de maio começou marcado nas folhas pela expectativa do 13 de maio. Não houve críticas ao governo imperial ou qualquer manifestação de revolta por parte dos setores livres populares, aparentemente todos aguardavam a sessão parlamentar que resultaria no fim da escravidão.

A certeza da abolição era forte, o tom dos jornais ao se aproximar o dia em que seria decretada a extinção da escravidão (além da expectativa) era de festa. Aliás as festas marcaram todas as reportagens após 13\05; e é aí que encontramos relatos sobre o povo.

A abolição veio embalada por um clima de grandeza e alegria. Tanto na *Gazeta da Tarde* quanto na *Gazeta de Notícias*, veio publicado o seguinte anúncio:



**“IMPrensa FLUMINENSE**

A imprensa desta capital resolveu promover festejos populares, com que solene a decretação da lei que extingue a escravidão do Império. Participam desta empreitada a *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *O Cruzeiro*, *Cidade do Rio*, *O País* [...]”.<sup>51</sup>

A nota nos informa de uma promoção de festejos populares por parte dos jornais da Corte. Enfim, seria nesse clima de certeza da abolição e das conseqüentes festas, em que referências ao povo iriam ocorrer.

Nas edições do dia 13\05, ainda não havia sido proclamada a extinção da escravidão no Império do Brasil. Portanto, as reportagens deste dia eram reflexões sobre o significado do decreto que seria assinado pela regente princesa Isabel. Uma delas é bastante interessante:

“Está por horas a existência da escravidão no Império. Começa o fim. O quadro final é uma apoteose, em que o povo possuído de entusiasmo delirante, eletrizado de comoção, cobre de flores os chefes abolicionistas, aclama-os, os conduz em triunfo, como na antiga Roma eram conduzidos os capitães vitoriosos.  
[...] Não é só a libertação do escravo que o parlamento vai decretar, é a liberdade do trabalho até agora, aviltado em vez de considerado seu verdadeiro valor”.<sup>52</sup>

Interessante a concepção de que, além do trabalhador, o trabalho está sendo libertado. Sem o estigma do trabalho escravo, o trabalho passa a ser uma tarefa para todos, e não para determinados grupos de indivíduos que eram vistos como inferiores.

No primeiro parágrafo, temos uma noção (implícita) de hierarquia de importância dentro do movimento abolicionista. Dizemos isto porque abolicionistas como José do Patrocínio são designados na matéria como “chefes abolicionistas”: a existência de chefes presume a existência também de subordinados. Daí, temos a noção de um grupo organizador, que dirige o movimento e dita as regras e de outro que as executa. A matéria prossegue e ainda diz que os populares “os conduz em triunfo, como na antiga Roma eram conduzidos os capitães vitoriosos”. Aqui, mais uma alusão a um caráter de liderança.

Não desejamos formar uma narrativa romantizada, em que os setores livres pobres e os abolicionistas de renome estavam em pé de igualdade. Mas entendemos que a visão relatada na matéria acima (de hierarquização, de chefia) pode levar à construção de uma história onde o povo mais uma vez é um acessório dos grupos privilegiados em suas jornadas políticas.

Esta idéia de hierarquia também se encontrou presente na *Gazeta de Notícias*. Vejamos:

**“A Rua do Ouvidor**

[...] Logo tomada por numerosíssimos grupos de patriotas, que de instante a instante saudavam os heróis da grandiosa campanha abolicionista”.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> *Gazeta da Tarde e Gazeta de Notícias*. 12\05\1888.

<sup>52</sup> *Gazeta da Tarde*. 13\05\1888.

Aqui, o povo mais uma vez é retratado saudando os famosos abolicionistas; nada de anormal, afinal eram pessoas conhecidas e de prestígio social. Entretanto, assim como na matéria da *Gazeta da Tarde* que mostramos antes, aqui há uma distinção, uma hierarquização. Os abolicionistas de renome são os heróis da campanha abolicionista. Temos de um lado, os heróis e de outro o “grupo de patriotas” (o povo) que os saúda; uma noção (mais uma vez implícita) de superiores e subordinados.

Nesse momento, da glória do objetivo conquistado, em dois meios de comunicação distintos, ambos retratam o povo e os abolicionistas de renome da mesma forma. Os últimos são tratados como os responsáveis principais pelo fim da escravidão e os populares são pintados neste cenário como os que reconhecem a importância do fato do fim da escravidão, mas sem participação direta. Não foram os “chefes” e nem os “heróis” da campanha abolicionista, mas somente os “patriotas” e os que cobriam “com flores os chefes abolicionistas”.

Porém, se não reconhecidos como agentes diretos pelos jornais por nós utilizados, observamos outro tipo de reconhecimento. Além dos jornais já citados por nós nessa seção, foi também objeto de nossa pesquisa o jornal *O Fluminense* em um momento anterior (relativo à Revolta do Vintém). Já havíamos detectado a utilização da palavra cidadão quando dos episódios da revolta do vintém, mas não com tanta veemência:

**“Abolição**

Notava-se o olhar febril de cada cidadão, um como desdobramento da grande alma da pátria.  
“<sup>54</sup>

**“Paço da Cidade**

Às duas e meias da tarde já era difícil atravessar-se o perímetro compreendido nas proximidades do Paço da Cidade.  
Calculamos para mais de 10.000 o número de cidadãos que ali aguardava a chegada de Sua Alteza a Princesa Regente”.<sup>55</sup>

Em uma sociedade marcada pela segregação, em que os setores populares rotineiramente eram esquecidos pelo governo imperial, ser chamado de cidadão indicava uma mudança na mentalidade. De arraia – miúda (termo pejorativo empregado pelos Saquaremas) a cidadão, sem dúvida uma evolução no pensamento. Notemos que tal atitude de se utilizar a expressão cidadão foi usada tanto pela *Gazeta da Tarde* quanto pela *Gazeta da Noite*.

---

<sup>53</sup> *Gazeta de Notícias*. 14\05\1888.

<sup>54</sup> *Gazeta de Notícias*. 14\05\1888.

<sup>55</sup> *Gazeta da Tarde*. 15\05\1888.

Outra questão que se fez muito presente nos textos foi a utilização recorrente do termo “pátria” e suas derivações (como “patriota”). Vejamos os contextos em que tais expressões estavam sendo empregadas:

“Mal podemos descrever o que vimos. Tão imponente, tão deslumbrante e majestoso é o belíssimo quadro de um povo agitado pela febre do patriotismo”.<sup>56</sup>  
“Logo tomada por numerosíssimo número de patriotas que de instante a instante saudavam os heróis da grande campanha abolicionista”.<sup>57</sup>

No momento da abolição da escravidão, o povo é tratado como patriota. Vemos uma vinculação entre a abolição da escravidão e patriotismo. Naquele momento, ser patriota era reconhecer a importância que teria o fim da instituição servil para o engrandecimento do Brasil como nação. Nitidamente (até pela presença em massa relatada pelos jornais) os setores livres pobres abraçaram esta idéia (sabemos nós, que desde o início da década de 80, mas fiquemos mais presos à análise do documento). Seguindo essa linha de pensamento presente nos jornais, não resta dúvida sobre o patriotismo daqueles homens e mulheres que durante a década de 80, no anonimato, combateram a escravidão.

A impressão deixada pelos jornais foi a seguinte: após o 13 de maio de 1888, tínhamos um povo formado por cidadãos, patriotas conscientes de seus deveres perante o Brasil. A esperança no futuro era grande naquele momento, transparecia nas reportagens. Porém, fica claro que na visão dos redatores dos periódicos por nós analisados o povo teve uma participação secundária. A idéia transmitida era a de que a força motriz que conduziu e foi responsável direta pelo êxito na batalha contra a escravidão era composta por abolicionistas como Patrocínio, Nabuco e outros desta estirpe, tendo o povo os auxiliado nesta tarefa.

---

<sup>56</sup> *Gazeta de Notícias*. 14\05\1888.

<sup>57</sup> *Gazeta de Notícias*. 14\05\1888.

\*\*\*

Nossa intenção neste capítulo foi compreender o quanto os setores livres pobres eram estimulados pelos abolicionistas de renome a irem às ruas e a lutarem por seus direitos, assim como para apoiarem as causas abolicionistas. Como eram vistos, interpretados.

Para levarmos adiante este debate, tivemos sempre em mente a discussão historiográfica sobre a real intenção dos abolicionistas. Se meros reformadores interessados na manutenção do *status quo* ou se indivíduos realmente ávidos por um novo projeto de Brasil. Para chegarmos até estas respostas, nos utilizamos dos jornais *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias* e *O Fluminense*.

Nestes periódicos, os setores livres pobres quase sempre eram designados como “povo”. Daí, muitas vezes termos substituído a expressão “setores livres pobres urbanos” por “povo”. Porém o emprego do vocábulo “povo” não se deu em momento algum de forma negativa, nociva ou pejorativa; como por vezes ocorria com o termo “populacho” ou “arraia – miúda” (não encontrados por nós, nesses jornais). “Povo” para os jornais por nós analisados era destinado a caracterizar, na maioria das vezes, o conjunto de indivíduos que não pertencia ao restrito grupo dos abastados.

Dissemos maioria das vezes pelo seguinte: dependia do fato que se registrava. O vocábulo citado era utilizado em matérias que retratavam as péssimas condições de vida (falta de água e educação precária, por exemplo) ou em movimentos que visavam atender às demandas dos setores livres pobres urbanos (como no caso da Revolta do Vintém, por nós analisada). Nestes casos, “povo” definia os agentes históricos que não pertenciam ao seletivo grupo de privilegiados econômica, cultural e politicamente (abolicionistas como Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio aí inclusos).

Já no episódio do fim da escravidão, as manchetes dos jornais do dia 14 de maio de 1888 foram bem semelhantes: nos jornais por nós analisados, as capas foram reproduções da Lei Áurea. E acima da lei, os seguintes dizeres: ao povo brasileiro! Aí, certamente a expressão “povo” foi utilizada para todos os indivíduos nascidos no Brasil. Até pelo clima de euforia, de que não mais havia a distinção entre livres, escravos e libertos. Mas de maneira geral, “povo” era utilizado para descrever os setores livres pobres urbanos.

Interessante também foi o uso da palavra “operário” para descrever os setores livres pobres urbanos. Em duas situações, o povo foi referido como operário. Interessante porque fugiu da tradicional vinculação entre pobreza e vagabundagem. A imagem do indivíduo livre

pobre como operário quebrava a idéia do sujeito desempregado, sem função no mundo escravista, que vivia sem nada fazer.

Também coube ao povo, a imagem de ser patriota. Geralmente, a imagem do patriotismo estava ligada ao reconhecimento de certos valores, como foi o caso da vinda do maestro Carlos Gomes e do fim da escravidão. Patriota foi quem recebeu o maestro com o devido júbilo e quem festejou o final da instituição servil.

Os populares eram chamados também de cidadãos. Mais uma prova de que eram tratados com o devido respeito pelos abolicionistas de então. Afinal, ser cidadão implica em uma série de deveres, mas também de direitos (algo quase que inexistente naquele tempo).

Quanto ao estímulo de ir ou não para as ruas, isso também variou de acordo com a situação. Rica nesse aspecto foi a Revolta do Vintém. No início do movimento, houve passeatas, comícios e discursos proferidos por abolicionistas como Patrocínio e Lopes Trovão. Após a situação fugir ao controle com a generalização da violência e o decreto do estado de sítio, o povo foi inclusive chamado à “ordem” e à “civilização”.

Entretanto, meses após o ocorrido, já vimos Assis Brazil afirmar que o povo era um “leão adormecido” e que seria impiedoso com quem o oprimesse. Enfim, o apoio ou não, era circunstancial (e variava de acordo com cada folha). Mas cabe-nos ressaltar, mesmo no auge da Revolta do Vintém, que em nenhum momento (apesar de ter sido convidado a retornar à civilização), foram utilizadas palavras como horda ou turba.

Já na proclamação do fim da escravidão, os jornais retratam os abolicionistas como os responsáveis diretos pelo fim da escravidão. São chamados de “chefes” e “heróis da campanha abolicionista”. Houve um processo de hierarquização, o papel que coube aos setores livres pobres urbanos foi o de ter tido o correto reconhecimento para com os abolicionistas.

A interpretação feita pelos jornais sobre a centralidade dos abolicionistas de prestígio dentro do processo abolicionista mostra uma determinada visão de mundo. Como já afirmamos anteriormente, os abolicionistas eram também filhos de seu tempo e muito mais próximos ao mundo dos grupos dirigentes do que do universo dos que diziam defender (e que de fato defenderam).

Também é essencial ressaltarmos que ao considerarem o povo “grego pela inteligência” (caso da visita do maestro Carlos Gomes), rompem com a perspectiva de que os homens livres pobres seriam intelectualmente despreparados para poderem opinar sobre o futuro do país (direito ao voto, por exemplo). Não nos esqueçamos que a reforma eleitoral aprovada pelo gabinete liberal de 1880 negava o voto aos analfabetos.

Por último, não nos esqueçamos que dentro das camadas abolicionistas havia posições divergentes sobre uma maior ou menor participação popular. Joaquim Nabuco optava pela segunda opção, a abolição deveria ser feita no parlamento; Lopes Trovão, republicano além de abolicionista, incentivou o povo a inclusive utilizar a violência quando da revolta do vintém.

Mais uma vez repetimos, os abolicionistas eram homens de seu tempo. Mas nem por isso, deixamos de perceber atitudes ousadas para aquele tempo. No próximo capítulo, ao analisarmos a revolta do vintém, perceberemos o quanto abolicionistas e povo podiam estar conectados.



## Capítulo III

### Populares e abolicionistas na “Revolta do Vintém”

#### Introdução

Durante muitos anos coube à História o papel de retratar a vida dos grandes homens e dos grandes acontecimentos. Não nos faltam discursos, biografias e análises sobre figuras de renome como a Princesa Isabel, D.Pedro II, José do Patrocínio, André Rebouças, Joaquim Nabuco dentre outros.

A História não nos é muito generosa quando decidimos estudar grupos segregados, sem importância política e econômica na visão das elites de determinada formação social. As fontes costumam ser escassas; as vozes que chegam até nós boa parte das vezes não são as dos agentes históricos que nos interessam, mas sim de terceiros.

Quando decidimos analisar o papel dos setores livres pobres urbanos (o “povo”, no dicionário dos abolicionistas), sabíamos deste empecilho. Porém, utilizando os discursos obtidos em periódicos, nos foi possível conceber a importância do povo dentro daquele figurino social e político na última década da monarquia.

Durante a pesquisa, já tínhamos a ideia de dedicar um espaço à Revolta do Vintém. Entretanto, com o avançar das atividades, percebemos que este episódio teve uma repercussão na época maior do que imaginávamos. A Revolta do Vintém teve um impacto profundo dentro do imaginário da sociedade imperial, tanto nos setores livres pobres quanto em abolicionistas de renome e nos setores conservadores.

Por questões técnicas (o microfilme do mês de janeiro de 1880 da Gazeta de Notícias não está disponível), nossa análise de fontes começou no mês de junho de 1880. Neste momento, passado já alguns meses do desfecho da Revolta do Vintém, ainda são consistentes as referências sobre os fatos ocorridos em janeiro de 1880 na Corte. Reflexões e críticas ao governo imperial ainda se faziam presentes; isto nos chamou a atenção. Mesmo alguns anos após o ocorrido, a memória do primeiro dia de janeiro de 1880 ainda se fazia presente na mente de José do Patrocínio:

“ Sustento e sustentarei que foi um ato de covardia o espingardeamento do povo na Rua Uruguaiana no 1º de janeiro. O povo exercia pacificamente o seu direito de protesto; foi a polícia secreta, industriada pelo governo, a promotora da pequena desordem, que terminou pelo sanguinário fuzilamento”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> *Gazeta da Tarde*, 7 de junho de 1883, apud, JUNIOR, Raimundo Magalhães, op.cit., p.80.



Como vemos, 3 anos após o ocorrido, os acontecimentos ainda eram lembrados. Diante de tantas referências à citada revolta, decidimos dedicar um espaço maior do que pensávamos anteriormente. Cobertura tão longa e com tantos detalhes por parte da imprensa de um acontecimento na década de 80 do século XIX, só vimos na ocasião do decreto da lei Áurea.

A abolição da escravidão foi tratada pela imprensa com um clima de festa, de redenção. Neste contexto, não tivemos muitas abordagens que comentassem sobre o comportamento político do povo; até porque, de acordo com os periódicos, ao chegarmos em 1888 o fim da escravidão já era certo. A maioria dos textos versavam sobre as comemorações que irromperam após o 13 de maio de 1888.

A Revolta do Vintém, ao ser comparada com o evento da abolição da escravidão, é rica em outros aspectos para nossa pesquisa. Como dito por nós anteriormente, é árdua a tarefa de se fazer história sobre grupos marginalizados pelos poderes políticos em voga. Sabemos sobre seu cotidiano, sua rotina. Mas quando abordamos um aspecto político, sobre anseios e projetos destes grupos, a situação se torna complicada.

Em sua maioria, não eram indivíduos letrados; logo, não dominavam a escrita (sendo muitos analfabetos). Desta forma, suas vozes acabam se perdendo no tempo. Por serem indivíduos sem representatividade dentro do jogo político, não possuíam tipo algum de órgão que literalmente reproduzisse suas falas (como um jornal) ou algum par que os representasse dentro das instituições políticas do império.

Logo, nos restam poucas opções para sabermos mais sobre estes grupos propositalmente esquecidos pelo poder (como os setores livres pobres). Uma forma é através do discurso de terceiros, que se dizem defensores de seus interesses. Levando em consideração o arcabouço político imperial (que limitava o acesso às instituições políticas através de mecanismos como o censo eleitoral), os que advogavam em causa do povo eram indivíduos que pertenciam a uma camada social superior (no caso, os abolicionistas) e que por mais progressistas que fossem, ainda carregavam consigo (alguns, nem todos) alguns preceitos que compartilhavam com sujeitos conservadores.<sup>2</sup>

Por vezes, a imagem que recebemos não é tão fiel. Em alguns casos por ser romantizada demais, em outras oportunidades por portar certas concepções ou por conter

---

<sup>2</sup> Vale lembrar que dentre os quadros abolicionistas de renome, existiam figuras com trajetórias de vida bastante distintas. Joaquim Nabuco (filho de uma família aristocrata nordestina) defendia a abolição feita no parlamento; já José do Patrocínio (com raízes escravas) era mais afeito à ação popular, sempre inflamando o povo com seus discursos.

preconceitos (caso de fontes vindas de aparatos policiais). Entretanto, tais fontes nos são de grande valia. Não deixam de ser impressões de um grupo social sobre outro.

A Revolta do Vintém foi um acontecimento que se enquadra a esse padrão descrito acima. Como dito anteriormente, a cobertura dada pela imprensa foi bem satisfatória. Nos foi possível ter acesso à narração de fatos, mas nem por isso isentas de impressões, reflexões e opiniões. Entretanto, por mais que um evento possa ser contado de forma distinta, um mínimo de fidelidade à realidade há de existir.

Fomos brindados com a oportunidade de acompanhar e compreender o desenrolar dos episódios da dita revolta. Como os setores livres pobres urbanos agiram diante uma medida que os atingiu diretamente, a reação das autoridades, as relações existentes entre abolicionistas de renome (de certa forma, seus porta vozes) e o povo em uma situação concreta e as reflexões e impressões dos setores privilegiados de então.

Agora, podemos ter uma visão mais ampla sobre os setores livres pobres. Afinal, sem dúvidas este foi um movimento majoritariamente popular; conduzido em boa parte pelo povo que buscava a manutenção de seus interesses. Temos a crença de que, junto com a abolição da escravidão, a Revolta do Vintém marca a última década da monarquia e, por que não, a história do Império do Brasil. Afinal, teve um impacto deveras profundo no universo mental dos homens daquele tempo como veremos adiante.

### **A imprensa e o povo: redes de sociabilidade.**

Nossa intenção primordial nesse trabalho é dar voz aos que poucas vezes puderam ser escutados. Tal tarefa não é das mais fáceis pelas razões por nós apontadas anteriormente; porém, para cumprimos nossa meta, optamos pela utilização de periódicos.

Temos a consciência de que as matérias jornalísticas e os artigos por nós analisados são impressões, pontos de vista, de terceiros sobre o fato que nós interessa (a Revolta do Vintém). Não podemos tomá-los como verdades absolutas, transcrições completamente fiéis dos episódios que ocorreram nos primeiros dias de janeiro do ano de 1880.

Porém, mesmo que tivéssemos acesso à fala da maioria dos envolvidos na Revolta do Vintém, impressões e opiniões não deixariam de estar presentes. O relato do chefe de polícia da Corte não é menos tendencioso do que seria a fala de um popular que participou das barricadas e dos confrontos armados contra a força policial. Seriam palavras de indivíduos que participaram de um mesmo evento histórico, mas de lados opostos, com interesses completamente divergentes.

Mesmo tendo como intuito principal ouvir os ecos das vozes do povo, não desejamos criar um retrato da Revolta Vintém que tenda a soar como uma verdade absoluta, uma versão única dos fatos. Para tal, tivemos a cautela de também escutar o porta voz do lado repressor da história. Acreditamos ser assim possível termos uma visão mais completa e complexa daqueles turbulentos dias de janeiro.

As vozes dos poderosos, dos “mantenedores da ordem”, sempre são ouvidas. A novidade em nosso trabalho é justamente escutar também o outro lado, o dos “revoltosos”. Como exemplo da facilidade em se escutar o *status quo*, tivemos acesso (no *Jornal do Commercio*) a um pronunciamento do chefe de polícia Mattos (que esteve a frente da Revolta do Vintém) sobre a marcha onde o povo e Lopes Trovão tentam apelar ao imperador em São Cristóvão, em seu palácio.

Infelizmente, não encontramos nenhuma fala de um membro do povo. Tentamos reconstruir sua trajetória, entender seus pensamentos e seus projetos de Brasil tendo como base matérias jornalísticas e artigos (que por vezes, até reproduziam falas isoladas dos homens livres pobres urbanos) de jornais que defendiam causas populares.

Percebemos nesse trajeto de pesquisa que o papel atribuído aos meios de comunicação em fins do século XIX possuía um outro significado se comparado ao entendimento que é compartilhado por nossa sociedade contemporânea do século XXI. Atualmente o senso

comum nos diz que cabe à imprensa o papel de denunciar e de ser o mais imparcial possível (embora a imparcialidade nos pareça ser inatingível). Deixando ao leitor, ouvinte ou telespectador o julgamento dos fatos trazidos a público, formando sua opinião.

Em fins da década de 70 do século XIX e no início da década de 80, notamos uma concepção diferente da atual. Verificamos uma noção presente em toda a sociedade imperial que dava à imprensa uma face mais ampla. Era ela defensora de interesses específicos, de determinados grupos sociais; aglutinadora e catalisadora de ações (sem ter a pretensão da imparcialidade, ao menos nos casos por nós analisados).

A concepção de imprensa por nós adotada nesta pesquisa, vai muito além de ser uma simples reprodutora de notícias (até mesmo nos dias atuais).

“ A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada fonte documental ( na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples reflexo. Força ativa, não mero registro de acontecimentos, como sublinhou o historiador francês Daniel Roche. Essa nova concepção implica, portanto, verificar **como os meios de comunicação interagem na complexidade de um contexto**”.<sup>3</sup> (grifo nosso)

No final do século XIX, aqui no Brasil de modo genérico, os periódicos significavam muito mais do que simples retransmissores de notícias. Eram compreendidos como entidades que auxiliavam a manter privilégios ou que atuavam na mudança da sociedade (tanto nos grupos privilegiados quanto no setor livre pobre urbano).

Partindo da premissa acima, analisaremos e interpretaremos nossas fontes. Para nós, os periódicos além de transmissores de notícias eram também agentes históricos, e dos mais importantes no contexto em que estudamos. As redações dos jornais eram espaços construídos que detinham usos peculiares. Representavam ou a imagem da repressão, da segregação e do esquecimento das autoridades públicas ou eram espaços de redenção, esperança e justiça social que não irradiavam do governo imperial.

Os pontos de vista acima eram adotados de acordo com o grupo social do qual o indivíduo provinha. Se ligado ao setor agro – exportador ou à burocracia imperial, entenderia o *Jornal do Commercio* como um aliado, um digno representante do que havia de correto e justo, de idéias compatíveis com seu universo. Provavelmente pensaria horrores da *Gazeta de Notícias*, jornal ligado aos abolicionistas, defensor de causas populares, incansável fiscalizador e feroz crítico do governo imperial e do *status quo*.

Já os mais humildes, o povo, enxergavam na *Gazeta de Notícias* muitas vezes o *locus* da proteção. Lá, não se sentiriam solitários, sem defesa. Em um mundo sem qualquer

---

<sup>3</sup> MOREL, Marco ; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX*. DP & A, Rio de Janeiro, 2003,p.9.

assistência governamental, as redações de jornais defensores dos anseios do povo substituíam o poder público. Tais redações eram refúgios onde o povo se dirigia em busca de auxílio. Vejamos o trecho abaixo:

“Na manhã de 11 de fevereiro de 1886, Eduarda, uma jovem escrava, perambulava em estado lastimável pelas ruas da Corte imperial: marcas de tortura eram visíveis no rosto e nos braços, com hematomas e feridas ainda abertas. Pretendia ir à Chefia de Polícia pedir proteção contra sua dona, que lhe maltratava, mas foi dissuadida por uma senhora que a aconselhou a ir à redação da *Gazeta da Tarde*, na rua Uruguaiana, centro do Rio de Janeiro, onde estaria mais segura e poderia ser ouvida”.<sup>4</sup>

Aqui vemos um caso que explicita o uso das redações dos jornais naquele momento. O *Gazeta da Tarde*, então sob comando de José do Patrocínio, era tido como um local mais apropriado do que a própria delegacia de polícia da Corte (então no controle do nada popular *Rapa Côco*, desembargador Bastos) para atender à cativa Joana. Vemos aqui uma completa insurreição dos usos: a delegacia, de local matenedor da lei e da ordem é compreendida como um espaço de insegurança e repressão. A redação do *Gazeta da Tarde* assume este papel que estava destinado à delegacia de polícia da Corte.

A atitude tomada pela não identificada senhora citada na obra de Morel e Barros, não foi isolada. Quando dias antes da eclosão da Revolta do Vintém, após uma conferência no Teatro Ginásio, com discursos de Lopes Trovão e José do Patrocínio, o povo tomou a seguinte atitude:

**“A conferência do ginásio**

A conferência do nosso companheiro de redação, o Dr Lopes Trovão, pôs ontem em evidência a opinião do povo sobre o imposto do vintém.

[...] O povo acompanhou Lopes Trovão até nossa redação. [...] Aclamado pelo povo, o nosso amigo seguiu para a *Gazeta de Notícias*, onde novos vivas foram levantados à imprensa patriótica.

[...] Daí, seguiu o povo para *O Cruzeiro*, onde foi vitoriada a sua redação. [...] Como junto ao *Jornal do Commercio* fosse, se reunindo em grupos, o povo, de onde se levantava um “zum – zum” pouco lisonjeiro ao grande órgão...”.<sup>5</sup>

A conferência no Ginásio Teatro foi um dos episódios que antecedeu os combates entre populares e polícia nas ruas do centro da cidade. Após o ato, a população se dirige até as redações de três jornais que pudemos identificar como defensores dos interesses do povo: a *Gazeta de Notícias*, *O Cruzeiro* e a *Gazeta da Noite*. Percebemos aqui que os locais de concentração e celebração do povo, neste caso, foram as redações dos periódicos que advogavam em sua causa.

Mais interessante fora a reação dos populares frente à redação do *Jornal do Commercio*: um “zum-zum um pouco lisonjeiro”. Este último, defensor das causas governamentais. Ao não

<sup>4</sup> Ibidem. p. 86.

<sup>5</sup> *Gazeta da Noite*. 22\12\1879.

defender os desejos do povo, por pouco o *Jornal do Commercio* não sofre consequências maiores (já que Lopes Trovão aconselha a população a se dispersar).

Os setores livres pobres urbanos tinham uma nítida consciência de quem estava ao seu lado e com quem não podiam em hipótese alguma contar. Aliás, podemos discutir este pretense isolamento do povo em relação à cultura letrada. Sabemos que certos fatores dificultavam a extensão da cultura letrada para um maior público (analfabetismo alto) mas indagações surgem acerca do tema: as letras estavam realmente destinadas para poucos, porém, até que ponto ia tal segregação se o povo sabia identificar seus aliados e opositores no universo dos periódicos? Para que a existência de jornais voltados exclusivamente às causas do povo, se o público alvo destes periódicos em boa parte não sabia ler? Como se dava a interação entre jornalistas e o povo?

Enfim, questões que parecem nos levar a um novo espaço histórico. Um espaço construído em conjunto por homens provenientes dos setores urbanos livres pobres e por indivíduos advindos dos grupos sociais privilegiados. Entretanto, para respondermos às questões acima, necessitamos de um debate mais amplo.

Na ótica de Morel e Barros, os indivíduos de grupos desfavorecidos “ marcavam indiretamente sua presença no universo impresso, alargando os limites tradicionalmente reconhecidos de um público leitor restrito”.<sup>6</sup> Assim como acreditam Morel e Barros, a alegoria tradicional de uma ilha de letrados em um mar de analfabetos desinformados deve ser relativizada. A imprensa escrita, os impressos, certamente tinham alcance maior do que a tradição reza.

Não pretendemos aqui afirmar que a leitura e a escrita estavam democraticamente difundidas na Corte ou que a porcentagem de público leitor entre o povo era parelho se comparado aos homens letrados. Trata-se de repensar sobre as relações desempenhadas entre os homens do povo e o universo dos impressos.

Fato é que existiam jornais que abertamente defendiam os anseios do povo em detrimento de políticas governamentais – como no caso da Revolta do Vintém – ou de interesses de particulares. No nosso caso, tivemos acesso ao *O Fluminense* (que embora se proclamasse conservador, dizia defender os interesses populares), *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e à *Gazeta da Noite*. Por que escrever para o povo? Morel e Barros apontam para o seguinte caminho:

“ O que se formulava na perspectiva desses homens de letras era sobretudo a crença de que estariam imbuídos de uma missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora. Desejavam contribuir para incorporar à sociedade as camadas que, de classes perigosas ou ameaçadoras, poderiam se transformar em elementos úteis e integrados, por meio da educação e da cultura, ao trabalho e a um determinado grau de cidadania. Pobreza e falta de instrução seriam, pois,

---

<sup>6</sup> MOREL, Marco ; BARROS, Mariana Monteiro de, op. cit., p.41.

as características marcantes do público que era visto como passivo, na medida em que cabia a ele receber as Luzes vindas dos letrados e esclarecidos”<sup>7</sup>

Temos então, de acordo com o pensamento dos historiadores citados, redatores que se dirigiam aos grupos segregados pelo poder público por acreditarem ser dever deles próprios integrar os primeiros dentro de suas respectivas sociedades. Nos parece uma análise sóbria e que explica em parte nossa indagação. Neste quadro, temos uma sociedade bipartida entre uma massa de incultos, afastados da cultura letrada e um seletivo círculo de letrados, imbuídos de uma missão civilizadora.

De certa forma, esta forma de ler o mundo imperial reproduz o discurso de um enorme número de indivíduos divorciados do universo do mundo impresso. Não nos surpreende nem assusta pelo fato de ser uma construção arquitetada no ideário dos grupos privilegiados.

A figura do homem livre pobre como passivo em contraposição ao homem instruído e ativo, como seres sociais diametralmente opostos, indica uma situação em que o primeiro não conseguirá se libertar dos nós do sistema e se integrar à sociedade sem o auxílio do segundo. Realmente, pelos tons das matérias de alguns dos periódicos, parece ser essa a visão de mundo de certos redatores.

A preocupação com a educação do povo brasileiro foi constante tanto no *O Fluminense* quanto na *Gazeta da Noite*. Embora fossem periódicos que abordassem o tema da Revolta do Vintém de maneiras distintas (mas não divergentes, veremos mais adiante estes perfis dos periódicos), ambos sinalizavam para a centralidade da educação. A viam como ferramenta essencial para uma mudança no *status quo*.

O jornal com sede em Niterói dedicava diariamente uma seção para o magistério. Nela se discutiam temas como a carência de escolas, a falta de investimento público, calendários de provas, aprovações e reprovações de alunos; a educação tinha destaque no *O Fluminense*. O *Gazeta da Noite* publica uma matéria sobre o fechamento das escolas noturnas por parte do gabinete liberal de 5 de janeiro. Aqui vão suas principais impressões e pensamentos sobre o fato:

“ Por ato do Ministério do Império foram extintos os cursos noturnos subsidiados pelo poder. [...] No entanto, forçoso é confessar que o governo está no seu papel. [...] Realiza assim uma lei de equilíbrio social, muito necessária ao prosseguimento do seu sistema dissolvente de governação. [...] **Um povo instruído, na inação, é um povo que está nos casos de reclamar trabalho dos seus governantes pela palavra, embora da revolução. Um povo ignorante, com trabalho, é, neste século das claridades, um povo viril que tem sede de saber, de exigir instrução, por violências da praça.** (grifo nosso) [...] Assim, bem o fez o gabinete mandar fechar todos os cursos noturnos, que eram outros tantos ninhos em que a alma nacional ia se emplumar, para deferir o vôo reto e seguro pela zona infinita das liberdades civis e dos direitos políticos dos povos civilizados.

<sup>7</sup> Idem.

[...] A pátria atualmente está fendida em dois grandes grupos: o maior, enorme, imenso, escuro como os condenados da sombra, que pede instrução; o outro – pequeno, insignificante, limitado e radioso como os efeitos da luz, que dá instrução”.<sup>8</sup>

Esta fonte nos é muito rica, contém vários fragmentos que nos permite analisar o pensamento do redator da *Gazeta da Noite*<sup>9</sup> sobre o trinômio povo - educação – cidadania.

Há uma séria acusação ao gabinete chefiado por Sinimbú de, com o fechamento das escolas noturnas, realizar uma lei de “equilíbrio social”. Esta afirmação nos indica que o fechamento das escolas noturnas, na visão do redator do periódico, seria um ataque do gabinete com o intuito de cada vez mais cercear os direitos do povo, o visando neutralizar. Parte – se da premissa (na *Gazeta da Noite*) de que para o governo, a educação também seria uma importante arma de emancipação social. Logo, tanto os redatores do periódico quanto o gabinete liberal compartilhariam a idéia da centralidade da educação.

Indo mais adiante, reforça-se a idéia de que a a escola seria o local de redenção para o povo. A viam como o ninho onde os indivíduos iriam para realizar “o vôo reto e seguro pela zona infinita das liberdades civis e dos direitos políticos dos povos civilizados”. Sem instrução, o caminho para as liberdades civis e direitos políticos tornava-se mais árduo; percebemos aqui um indício mais concreto da importância do ensino nas mentes dos que advogavam em nome do povo. A cidadania (liberdades civis e direitos políticos) que sequer estava disponível ainda para todos (pensem no voto censitário ainda em voga) estava ligada à educação.

Interessante também é a concepção de que um povo instruído, mas sem trabalho, o pede através da palavra. E um povo sem educação com trabalho, a pede através da violência. Aqui Trovão sinaliza para as vantagens de um povo educado (mesmo para o gabinete liberal). Associa educação a protestos pacíficos (através da palavra) e a falta dela ao uso da força.

O último parágrafo demonstra o quanto os valores dos iluministas impregnavam aqueles homens letrados (tanto de um lado quanto de outro na questão do povo). O redator da *Gazeta da Noite* enxerga uma sociedade bipartida, com um lado “enorme, imenso, escuro como os condenados da sombra, que pede instrução” e outro “pequeno, insignificante, limitado e radioso como os efeitos da luz que dá instrução”.

É importante percebermos a metáfora utilizada: a falta de instrução associada à idéia de trevas e escuridão. A instrução ligada à idéia de luz, que se irradia e ilumina a vida dos

---

<sup>8</sup> *Gazeta da Noite*. 20\11\1879.

<sup>9</sup> Lopes Trovão era o redator da *Gazeta da Noite*. Entretanto, não assinava seus artigos e matérias e sabemos que não trabalhava sozinho.



sujeitos. Claro aqui fica a influência iluminista ainda presente nos homens das letras do século XIX.

Fica exposta, em parte é importante ressaltar, a hipótese de Morel e Barros na idéia de Lopes Trovão. Temos aqui um Lopes Trovão que se preocupa com o estado de “trevas” que se encontra a maioria do povo.<sup>10</sup> Escrevia para o povo, mas não era um mero reformador. Ao ser um redator, se encontrava no restrito grupo dos que “dá instrução”, pretendia esclarecer o povo com seus artigos onde atacava figuras importantes do gabinete 5 de janeiro, mas não enxergava o povo como passivo.

Surge também no século XIX a noção de soberania popular, de vontade da maioria. Aqui, o argumento de que cabia às luzes guiar o povo rumo ao progresso, rumo à sua integração na sociedade, cede lugar à noção de igualdade, da vontade de uma maioria. Vejamos o que dizem Morel e Barros:

“ Chegamos aqui à definição do número: a vontade da maioria é a vontade legítima. São ingredientes de um discurso igualitário ou mesmo jacobino, identificados à defesa da chamada *soberania popular*. O redator em questão parece dispensar a mediação dos “filósofos” da República das Letras para definir essa legitimidade. Não se tratava mais da supremacia da razão, e sim da vontade expressa pela maioria do povo”.<sup>11</sup> (itálico por parte do autor)

Agora, com a vontade da maioria significando legitimidade, um caminho para atitudes e pensamentos mais radicais (até mesmo revolucionários) estaria pavimentado. Ações em nome da maioria, e não em nome das luzes ou dos “filósofos” da República das Letras, facilitam atos que colocariam em risco a ordem estabelecida. Sendo os “filósofos” da República das Letras agentes históricos (muitas vezes, não totalmente) provenientes de grupos sociais ligados às elites culturais, econômicas e políticas; certamente haveria uma preocupação em enquadrar o povo dentro do sistema em funcionamento.

Nesta pesquisa temos sempre em mente a premissa de que os homens são filhos de seu tempo. Anteriormente já havíamos apontado como a visão do trinômio povo – educação – cidadania e a dicotomia luzes\trevas fazia parte também do universo mental de jornais que advogavam as causas do povo (como estava na *Gazeta da Noite*). A matéria extraída da *Gazeta da Noite* entendia como fundamental a educação na aquisição de direitos civis e políticos e entendia a existência na sociedade de dois grupos – um enorme nas trevas e outro pequeno iluminado que irradiava conhecimento.

Também não é nossa intenção enquadrarmos jornais a modelos teóricos rígidos. Por vezes, tal opção metodológica pode resultar em modelos engessados não condizentes com a

<sup>10</sup> Em momento algum, Lopes Trovão versa sobre uma pretensa incapacidade de libertação autônoma do povo. Neste fato reside seu diferencial, não menospreza o potencial de organização ou a combatividade dos homens livres pobres urbanos (assim como Patrocínio).

<sup>11</sup> MOREL, Marco ; BARROS, Mariana Monteiro de, op.cit., p.31.

realidade. A idéia da soberania popular esteve presente, em inúmeros momentos, nas reportagens a que tivemos acesso (principalmente na *Gazeta da Noite*), assim como a noção de luzes e trevas. Lopes Trovão, em seus artigos, defendia sempre os interesses da maioria.

Debate interessante se deu entre a *Gazeta da Noite* e *O Cruzeiro*. O último acusava o povo brasileiro de não saber exigir seus direitos, enquanto o primeiro defendia de forma veemente o povo. Vejamos em que contexto se deu o duelo:

**“Manifestações Públicas**

Sob a inscrição que sobreescrivemos por título a esse artigo, publicou ontem, *O Cruzeiro*, um editorial que se esforçou por provar que, nós, o povo brasileiro, “estamos ainda a soletrar o alfabeto de nossos direitos e nossos deveres”.

Para chegar a esta ilação, realmente desalentadora, o contemporâneo voltou um olhar sobre os lamentáveis sucessos que alarmavam o pacífico espírito da população fluminense nos primeiros dias do ano presente.

[...] Foram duas assembléias (reunião no Teatro Ginásio e a passeata no Campo de São Cristóvão) de milhares de cidadãos de todas as idades e de todas as classes sociais que correram a escutar a plavra do moço (Dr Lopes Trovão).<sup>12</sup>

A *Gazeta da Noite* defendia o ponto de vista de que o povo era capaz de fazer valer seus interesses. Para argumentar contra *O Cruzeiro*, cita os dois atos realizados (reunião no Teatro Ginásio e a passeata no Campo de São Cristóvão) que a *A Gazeta da Noite* entendeu serem manifestações de engajamento político do povo. Interessante é o jogo de palavras utilizado pelo redator do artigo.

Afirma que aos atos estiveram presentes **cidadãos** de todas as idades e classes. A utilização da palavra por nós grifada, implica em um conceito que pressupõe uma série de direitos e de deveres. Ao identificar os que compareceram no Ginásio Teatro e no Campo de São Cristóvão como cidadãos, eleva o povo a uma outra categoria.

A cidadania garante aos indivíduos, através de leis, uma série de direitos e determina deveres. O direito ao voto não era disseminado devido ao censo eleitoral, o direito à educação não era garantido (até as escolas noturnas foram fechadas), a igualdade entre indivíduos era uma noção que inexistia – até porque, existia a instituição da escravidão e libertos tinham mais restrições dos que os já nascidos livres – .

Assim como direitos, cabe ao cidadão também cumprir deveres. Cabe aos cidadãos (entre outros deveres) fiscalizar as leis, defender a pátria. Ao denominar o povo de cidadãos, o redator da *Gazeta de Notícias*, mesmo que de forma implícita, qualifica os setores livres pobres urbanos como aptos na tarefa de exigir direitos e cumprir deveres públicos.

Outro fato interessante é a designação “assembléias”, para referir-se aos atos no Teatro Ginásio e no Campo de São Cristóvão. Assembléias não são simples reuniões, possuem um

---

<sup>12</sup> *Gazeta de Notícias*. 19\01\1880.

caráter deliberativo. Decisões são tomadas. Ao participar de assembléias (na ótica da *Gazeta da Noite*), o povo é mostrado como um agente político atuante.

Para auxiliar na defesa de seus argumentos, o redator da *Gazeta da Noite* frisa que “milhares de cidadãos de todas as idades e classes” compareceram às duas assembléias. Aqui, temos a idéia de soberania popular, do discurso igualitário mencionado por Morel. O comparecimento desses milhares de sujeitos de todas as idades e classes legitima as assembléias – afinal, é a vontade de uma maioria - e reforça o caráter de que o povo brasileiro não “soletra seus direitos e deveres”.

No cenário que antecedeu os embates entre populares e a polícia, este pensamento igualitário parecia ter sido assimilado pelo povo. Na conferência do Ginásio – após discurso de Lopes Trovão e José do Patrocínio - houve gritos de “viva José do Patrocínio!”, “Viva a República!”, “Viva a liberdade!” e “Viva a soberania da nação!”

Nos episódios que antecedem a Revolta do Vintém ( no Teatro Ginásio e no Campo de São Cristóvão) notamos ser a figura de Lopes Trovão presença constante. A atuação de Trovão junto ao povo parecia ser intensa, assim como seu prestígio:

“ A Conferência do Ginásio

A conferência do nosso companheiro de redação, o Dr Lopes Trovão, pôs ontem em evidência a opinião do povo sobre o imposto do Vintém.

O Teatro Ginásio, onde a conferência realizou-se, estava literalmente cheio...

O povo acompanhou Lopes Trovão até nossa redação”.<sup>13</sup>

“ **Ridículos**

Desde as primeiras horas até as últimas palavras, foi o Dr Lopes Trovão calorosamente aplaudido e tanto estava o povo certo do seu destino, que mais foi ele que o orador que deu o primeiro e mais forte brado de marchar para o palácio do Imperador”.<sup>14</sup>

Nestes dois trechos, temos uma medida da popularidade de Lopes Trovão. Calorosamente aplaudido e acompanhado pelo povo, aparentemente um homem com relação estreita junto aos setores livres pobres urbanos. De acordo com o relato, vemos também, que parte dele a iniciativa de se ir até o palácio do Imperador. Porém, continuemos a narrativa do *Gazeta da Noite*.

“[...]E dizendo pôs-se a caminho! Mas não estava isso nos planos da polícia. Cercado de navalhistas e cacetes, sua gente, a gente da ordem

[...] – Aonde está o rei? Queremos ver s. Magestade; (exclama o povo).

- Não está em parte alguma! Não quero que o vejam! Retirem-se! ( Responde a polícia).

[...] Lá estava o Dr Félix, ex – republicano, mas que ontem levou seu monarquismo ao ponto de proibir que fosse entregue ao imperador uma simples petição, de todo constitucional.

[...] Mostrou covardia e compromete o imperador , aos olhos do país e do mundo, dando o interdito e fora de caso receber o povo.

Os membros da comissão, porém, e os amigos que acompanhavam, protestaram contra o sacrifício evidente à vista da tropa que guarnecia o palácio do rei sr. D Pedro II”.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> *Gazeta da Noite*. 22\12\1879.

<sup>14</sup> *Gazeta da Noite*. 29\12\1879.

<sup>15</sup> *Gazeta da Noite*. 29\12\1879.

Temos aqui uma ação conjunta entre Lopes Trovão e o povo. Este último, deseja ver o rei para expor sua contrariedade contra o imposto do vintém com um documento que lhe seria entregue. A ação de procurar o rei pode ter partido de Trovão, mas o fato mais importante, da negociação pelo fim do imposto, não foi exclusivamente seu. Após a negativa inicial por parte da polícia ( Dr. Félix), houve um recuo, e foi admitido que uma comissão talvez pudesse se encontrar com o imperador. O jornal não diz quais membros formaram tal comissão<sup>16</sup>; entretanto, deixa transparecer que a pressão exercida pelo povo (em grande número) resultou em uma postura truculenta por parte da polícia.

A ligação entre membros de jornais e o povo está registrada em outras oportunidades. As redações dos jornais, as tipografias e os locais de venda possuíam signos peculiares. Eram locais de pedidos, contestações e reclamações. Lá, redes de sociabilidade eram erguidas.

“ Permeadas de tradições e lugares de sociabilidade formais e informais, Olinda e Recife passaram a ter também, a partir de 1821, uma novidade: os locais de venda e circulação da imprensa como espaços urbanos significativos. O mesmo ocorria nas principais cidades brasileiras. As tipografias e as primeiras livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política”.<sup>17</sup>

Cabe – nos nesse momento retomarmos uma idéia central: primeiramente a de relativizarmos o elitismo do mundo impresso. Já colocamos aqui que as redações dos principais jornais da época eram visitados pelo povo em ocasiões de manifestações de protesto ou de júbilo. Aqui está nosso ponto de encontro, o local onde redes de sociabilidade ocorriam. Como especificado por Morel e Barros, redatores e leitores se encontravam.

Podemos afirmar que a principal temática da *Gazeta da Noite* nos dias por nós pesquisados (novembro 1879 até fevereiro de 1880) era a defesa de interesses populares, a luta por uma mudança de projeto político para o Brasil. Parte de seu público alvo se localizava entre os populares. Já que boa parcela do povo não podia ler devido às altas taxas de analfabetismo, a oralidade se fazia presente na transmissão de informações.

“ Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. A leitura como nos tempos então recentes do antigo regime, não se limitava a uma atitude individual e privada. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor”.<sup>18</sup>

A barreira do analfabetismo não era intransponível. Podia ser derrubada através de certos artifícios como a leitura pública. A informação também se disseminava com os

<sup>16</sup> Raimundo Magalhães Junior afirma que tal comissão era formada por Lopes Trovão, Ferro Cardoso e Joaquim Pedro da Costa.

<sup>17</sup> MOREL, Marco ; BARROS, Mariana, op.cit. p.45.

<sup>18</sup> Ibidem. p.46.

encontros entre redatores e leitores. O elitismo do mundo impresso é aqui rediscutido. Nos resta então, percebermos até que ponto redatores e povo estavam conectados.

Lopes Trovão, como vimos anteriormente, foi um dos que aparentemente rompeu a barreira das letras e comungou com o povo suas idéias e ações. Os acontecimentos do Ginásio Teatro e do Campo de São Cristóvão apontam para esse caminho. Temos mais dois relatos que indicam uma relação entre redatores e setores populares. Vamos a eles:

“ Muitas pessoas têm vindo ao nosso escritório queixar-se de que os vendedores a retalho levantaram os preços às suas mercadorias vendendo uma mercadoria por preço exagerado; e outros diminuindo no peso e na medida a quantidade da mercadoria comprada”.<sup>19</sup>

Neste relato, vemos que pessoas se dirigiram ao escritório do jornal para queixar-se acerca de uma alta de preços. Chama a atenção para o uso no plural da palavra pessoa; ou seja, tivemos um número suficiente de protestos que fizeram com que uma nota fosse produzida no jornal.<sup>20</sup> Vemos aqui novamente a prática de se procurar jornais para protestar. Isto é outro indício que nos aponta mais uma vez a necessidade de repensarmos um provável divórcio entre povo e meios de comunicação escritos.

A conexão entre populares e jornais parece ser mais profunda do que pensávamos. O trecho que se segue ilustra bem nossa surpresa:

“ Sabemos de fontes insuspeitas que os moradores de alguns dos nossos arrebaldes ocupam-se atualmente de organizar uma resistência fecunda contra o imposto de vinte réis que o governo lançou sobre cada um passageiro de bonde. Os nossos informantes asseveram-nos que, se o gabinete não atender a representação que lhe vai ser dirigida, os moradores daqueles diversos bairros pretendem apelar para todos os meios legais e até mesmo para a violência...”<sup>21</sup>

De acordo com a fonte, a *Gazeta da Noite* tinha informantes entre os populares.

A existência desses informantes pôde ser comprovada devido à concretização das informações passadas. Comparando as informações dessa nota com os eventos futuros, verificamos que a relação entre o jornal e o povo de fato era bem próxima. Porém, analisemos mais a fundo o documento.

A nota nos informa sobre uma representação que seria dirigida ao gabinete. De fato, uma representação fora preparada para ser entregue ao rei, não mais ao gabinete (episódio do Campo de São Cristóvão com Lopes Trovão). Indo além, os informantes junto ao povo informam que caso não se resolvesse a situação de forma legal e pacífica, o recurso da violência seria utilizado – o que de fato foi.

<sup>19</sup> *Gazeta da Noite*. 20\11\1879.

<sup>20</sup> Notemos aqui a presença da concepção de “soberania popular” apontada por Morel e Barros.

<sup>21</sup> *Gazeta da Noite*. 13\12\1879.

Entretanto, o que mais nos chamou a atenção foram as respectivas datas. A matéria do jornal fora publicada no dia 13 de dezembro de 1879 e a passeata no campo de São Cristóvão onde seria entregue o documento ao rei, aconteceu no dia 29 de dezembro de 1879.

Primeiramente tratam-se de dezesseis dias de distância entre a publicação da notícia e o acontecimento. Isso mostra o quanto foi organizado o movimento contra o imposto do vintém. A *Gazeta da Noite* atribuiu aos moradores dos arrebaldes a preparação dos atos; pensando em probabilidades, resta-nos duas hipóteses sobre o envolvimento de Trovão: teria ele estado desde o início no planejamento da resistência (sendo ele o informante da *Gazeta da Noite*) ou após a confecção das estratégias teria ele entrado no movimento, sem ter tido participação nos primeiros momentos?

Tais hipóteses nos vieram à mente após obtermos a seguinte informação:

“ Pois bem: a vós venho (a Joaquim Pedro da Costa, proprietário da *Gazeta da Noite*) trazer a pena com que, desde de setembro do ano findo até hoje, escrevi a quase totalidade dos artigos de fundo que enchem as edições de vossa impressão”.<sup>22</sup>

Esta é a carta de despedida de Lopes Trovão publicada pela *Gazeta da Noite*. Nela, ao afirmar que escreveu “ quase a totalidade dos artigos de fundo”, percebemos o papel central de Trovão no dito jornal. Por seu engajamento em vários momentos ao lado do povo, não é difícil imaginar que Trovão estivesse junto a eles nos primórdios de dezembro de 1879.

Não saberemos ao certo. O que temos de concreto é que o jornal atribuí aos moradores a confecção dos planos e que havia uma relação bem próxima entre o povo e a *Gazeta da Noite* a ponto da redação do dito jornal ter publicado com mais de duas semanas de antecedência acontecimentos futuros.

O que desejamos demonstrar neste espaço, é o quanto a imprensa e povo podiam ser próximos, estar conectados. Ao atribuírem usos diferentes para os espaços dos jornais, laços de sociabilidade se formavam. Coube aos espaços dos periódicos (redações, tipografias, escritórios e locais de venda) ser, por vezes, a interseção entre as letras (redatores, por exemplo) e a oralidade (o povo). O caso do repórter da *Gazeta da Noite*, Ernesto Senna, demonstra a possibilidade real de interação entre jornalistas e populares:

“ [...] No dia 2, à tarde, o moço convalescente veio à rua da Uruguaiana. Quando lá chegou distribuía-se aos vendedores o nosso boletim desse dia. Como empregado da Gazeta, Senna não podia furtar ao dever de auxiliar a distribuição”.<sup>23</sup>

No local de venda da *Gazeta da Noite* temos um repórter junto aos vendedores. Nos dias de hoje, esta cena certamente não aconteceria. Ernesto Senna não teve contato com os

<sup>22</sup> *Gazeta da Noite*. 20\03\1880.

<sup>23</sup> *Gazeta da Noite*. 14\01\1880.

populares nessa oportunidade ( como veremos mais adiante, acabou sendo preso nessa ocasião), mas pretendemos demonstrar como a interação entre profissionais da imprensa escrita e os setores livres pobres urbanos não era um acontecimento raro.

Um dos fatores que catalisou a junção de redatores como Lopes Trovão e homens do povo (além de idéias de um e projetos de outros) foi o mundo impresso. Rompendo a barreira da cultura escrita em um cenário onde o domínio das letras era um privilégio, idéias se tornaram ações. Planos viraram realidade.

## Uma sociedade “revoltada”

A Revolta do Vintém foi marcada por uma série de embates entre populares e o poder público. Todos os meios foram utilizados pelo gabinete de 5 de janeiro no intuito de intimidar os setores livres pobres urbanos visando a manutenção do dito imposto. Violência física, cassação de direitos constitucionais e desrespeito eram armas utilizadas por parte do governo imperial. Por sua vez, populares se articulavam e adotavam táticas de resistência que não se limitavam a embates pelas ruas do centro da cidade.

O gabinete de 5 de janeiro não contava com a simpatia dos jornais por nós pesquisados<sup>24</sup>. O único periódico que fugiu à regra foi o *Jornal do Commercio*. Este, quase sempre procurando serenar as críticas em relação ao ministério chefiado por Sinimbú, quando não o defendia abertamente .

Percebemos que o descontentamento dos redatores de jornais se inicia antes mesmo de ser cogitado a cobrança do imposto do Vintém. Vale ressaltar que diversas cobranças de novos impostos foram lançados por Afonso Figueiredo ( responsável pela pasta da Fazenda) e que incidiram mesmo sobre membros das elites.

“ Medonha é a visão que o povo descortina nos horizontes do ano próximo. [...] A luta pela vida, este batalhar contínuo, que obriga o homem trabalhador a empregar suas forças, cuidados e idéias para obter o necessário afim de sustentar-se, vai ser nulificado, vai ser sequestrado pelo poder que governa [...]. Triste espetáculo. Até agora pensávamos que só os montanhesees estavam sujeitos às aves de rapina. Quanto nos enganávamos!”<sup>25</sup>

Curiosa essa nota por conter alguns ítems implícitos que nos ajudam a melhor compreender certas visões de mundo. Temos aqui um prenúncio da cobrança do imposto do vintém; críticas são tecidas. Acusa-se o governo imperial de nulificar a luta pela vida, onde o homem trabalhador possui um papel central. Mais uma vez presente está a figura do homem trabalhador identificado com o povo.

A última frase é a mais emblemática. Afirma que pensavam que “só os montanhesees estavam sujeitos às aves de rapina”. Deixa explícito que a cobrança de impostos começa tendo como alvo os altos estratos da sociedade imperial.

De fato, até surpreende a política imposta por Figueiredo. Taxações até então nunca vistas no Brasil, eram postas em prática.

“ Elaborou novo regulamento sobre as matrículas de escravos, que passaram a pagar 20\$000 por indivíduo matriculado na Corte [...]. Aumentou a contribuição a ser paga, em selos, pelos que recebessem títulos de nobreza, desde o duque ou duquesa (um conto de réis) ao de “moço da imperial câmara da guarda roupa”, que era o mais modesto ( 285\$000). Taxou também,

<sup>24</sup> *Gazeta de Notícias, Gazeta da Tarde, O Fluminense, Gazeta da Noite e Jornal do Commercio.*

<sup>25</sup> *O Fluminense*. 23\11\1879.



fortemente, a aceitação de títulos estrangeiros, de marquês ( oito contos) a comendador ( quinhentos mil réis). Estabeleceu o imposto sobre vencimentos, novidade, para a época, abrangendo até os subsídeos dos senadores e deputados, bem como qualquer quantia percebida dos cofres públicos por magistrados e demais servidores ativos e inativos. Decretou um taxa de 5% sobre foros e laudêmios, quer sobre propriedades urbanas, quer rurais. Criou a cobrança de armazenagem nos cais, impostos de docas e faróis, sobre gêneros importados do estrangeiro, sobre o fumo e, por fim, a taxa sobre transportes. Esta ficaria famosa em nossa história, com o nome de “imposto do vintém”.<sup>26</sup>

O trecho extraído da obra de Raimundo Magalhães Junior, cita os impostos cobrados na gestão de Figueiredo na pasta da Fazenda. Como podemos ver, a política adotada pelo ministro atingiu primeiramente os setores privilegiados da população: donos de escravos, magistrados e nobres. Tais ações aconteciam devido à precária situação encontrada por Figueiredo nos cofres públicos ao assumir a pasta. De acordo com Raimundo Magalhães Junior, “ Afonso Celso de Assis Figueiredo encontrara o Tesouro Nacional raspado, sem recursos para coisa alguma”.<sup>27</sup>

Diante da atitude tomada por Figueiredo, podemos fazer algumas reflexões e questionamentos. As reportagens se referem aos responsáveis pela política dos impostos com adjetivos nada agradáveis. “ Aves de rapina”<sup>28</sup> era um exemplo. Quando da cobrança do imposto do vintém, as críticas se tornam mais agudas, assim como as acusações e o tratamento dispensado ao governo por parte da imprensa.

“ [...] Quem se der à uma ocupação útil, e tiver de se transportar de um lugar a outro, há de pagar um imposto, há de se sujeitar a **uma extorsão** ( grifo nosso).<sup>29</sup>

#### A extorsão

[...] No caso vertente, a extorsão que o governo assentou contra a algibeira particular, contra a bolsa de cada um de nós, é uma violência que pede violência”.<sup>30</sup>

Temos aqui dois periódicos, que embora defendessem o fim do imposto do vintém, e o considerassem inadequado, trabalharam os acontecimentos em seus artigos de maneiras bastante distintas. A *Gazeta da Noite* possuía um tom muito mais agressivo e propostas deveras radicais ( até mesmo para nossos dias) do que *O Fluminense*; mesmo assim, ambos interpretaram o imposto do vintém de maneira idêntica: como uma extorsão.

Acreditamos ser justa a revolta por parte dos redatores dos respectivos jornais ( e da sociedade imperial como um todo); afinal, quem gosta de pagar mais impostos? Porém, não achamos que Figueiredo possa ser acusado de querer fazer com que exclusivamente a população pobre (o nosso povo) arcasse com a reconstrução do erário nacional.

<sup>26</sup> JUNIOR, Raimundo Magalhães, op.cit., p.77.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> *O Fluminense*. 23\11\1879.

<sup>29</sup> *O Fluminense*. 28\11\1879.

<sup>30</sup> *Gazeta da Noite*. 18\12\1879.

Pelo contrário. Entedemos que com a extensão da cobrança dos impostos, que abrangeu a toda sociedade imperial, seu plano fosse que todo o Brasil auxiliasse nesta tarefa. Acreditamos ser justamente esse fato, o da cobrança generalizada de impostos, que fez com que o ministério de Sinimbu fosse tão atacado; tornando o imposto do vintém o detonador de uma bomba já armada.

“ As constantes inovações tributárias do governo chefiado por João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu já vinham causando certa irritação ( antes, Silveira Martins aumentara o imposto de indústrias e profissões e o ministro da Justiça, Lafaiete Rodrigues Pereira, a taxa judiciária). E o imposto do vintém foi a gota que fez transbordar a taça, suscitando violentas críticas da imprensa e grande indignação popular.”<sup>31</sup>

De fato, antes mesmo do decreto do imposto do vintém, a população já sentia os efeitos da política tributária do gabinete 5 de janeiro. Pelas reportagens, sentia-se um aumento nos preços de produtos e o comércio começa a estagnar.

“ **Onde iremos parar**

Por mais de uma vez temos dito: a praça do comércio é o espelho do país, ela reflete a desconfiança da nação desde que os governos não inspirem confiança ao povo.

Nada pode traduzir mais acentuadamente o descrédito do atual gabinete do que o lastimoso estado da praça, cujas oscilações têm causado enorme prejuízo.

[...] Os grandes melhoramentos materiais que fez menção a fala do trono, não aparecem, e o povo contempla desanimado a mais desoladora estagnação...”<sup>32</sup>

Esta reportagem data de 23 de fevereiro de 1879; quase onze meses antes do início da cobrança do imposto do vintém. Desde esse momento, o comércio já apresentava sinais de declínio. *O Fluminense* descreve a situação como estagnada, comércio parado. Temos mais duas reportagens que reforçam a hipótese de estagnação comercial.

“ [...] Levantados os impostos sobre tudo, **é o povo quem os pagará indiretamente, porque ele é o consumidor.**”<sup>33</sup> (grifo nosso)

Muitas pessoas têm vindo ao nosso escritório queixar-se de que os vendedores a retalho levantaram os preços às suas mercadorias; vendendo uns mercadorias por preço exgerado no preço e outros diminuindo no peso e na medida a quantidade da mercadoria comprada.

Como os vendedores de retalho procuram justificar o seu procedimento alegando que são obrigados a isso a última lei de impostos voltada contra os interesses particulares. [...] **Esse fato serve para provar mais uma vez que o imposto só fere a bolsa do consumidor, que é o povo.**”<sup>34</sup> (grifo nosso)

Em ambas as reportagens, o povo é designado como consumidor e maior prejudicado. Interessante, pois aponta uma perspectiva de comércio mais ampla ( não somente a de importação de gêneros luxuosos para poucos indivíduos), em um âmbito local e que detecta um deterioramento nas condições econômicas do povo que antecede ao imposto do vintém. Ou seja, não fora somente o imposto do vintém que aviltara a situação econômica dos mais

<sup>31</sup> JUNIOR, Raimundo Magalhães, op. cit., p.78.

<sup>32</sup> *O Fluminense*. 23\02\1879.

<sup>33</sup> *O Fluminense*. 19\12\1879.

<sup>34</sup> *Gazeta da Noite*. 20\11\1879.

humildes; os efeitos da crise já se faziam sentir anteriormente ( de acordo com uma das reportagens, desde fevereiro de 1879).

A atmosfera naquele fim de 1879 devia estar pesada. Os jornais já apontavam para situações catastróficas que poderiam surgir quando do início da cobrança do imposto. Um clima de confronto já pairava sobre a cidade. Pelo que percebemos dos jornais, surpresa seria se os violentos embates dos primeiros dias de janeiro não tivessem acontecido.

“ [...] Quem se der a uma ocupação útil, e tiver de se transportar de um lugar a outro, há de pagar um imposto, há de se sujeitar a uma extorsão.  
Dado este fato, está travada a luta.  
Esta coragem desmedida do governo, e esta inércia do povo não podem por muito tempo subsistir, veremos em breve ou um recuar, ou outro avançar.  
A hipótese mais realizável é que tudo acabará a uma catástrofe geral”.<sup>35</sup>

O embate entre povo e governo é previsto pelos meios de comunicação como vimos acima. Entretanto, a resistência popular ao que parece já era esperada pelo governo imperial. Tivemos duas notas em que se noticia atitudes das forças governamentais com a intenção de reprimir movimentos populares. Vamos a elas:

**“ ÚLTIMA HORA**

Consta – nos que os batalhões de infantaria desta guarnição vão ser impedidos em seus quartéis até que se decida favoravelmente para o governo a questão do imposto do vintém. Conta-nos mais que a força naval é que vai fazer a guarnição da cidade no dia 1º de janeiro e já se acha iniciada e pronta a desembarcar na primeira oportunidade”.<sup>36</sup>

**“ÚLTIMA HORA**

Sabemos que os corpos estão de prontidão e há ordem de não se deixar sair praça alguma! E a garantia dos oficiais?

Assim como encontramos anteriormente notícias sobre planejamento de populares caso a cobrança do imposto viesse à tona ( inclusive admitindo-se o uso da violência), temos material também sobre a preparação das forças oficiais para o combate no dia 1º de janeiro. Ou seja, tanto um lado quanto o outro já pensavam na utilização da violência como recurso para fazer valer sua vontade. Curioso é que, após um ano inteiro de novos impostos e aumento nos já existentes, somente o imposto do vintém causou tanto alvoroço.

Fato é que tanto populares quanto as forças policiais encontravam-se aparentemente não somente preparadas, mas dispostas ao combate físico. Discursos de ambos os lados exaltavam os ânimos dos distintos grupos. As elites adotavam uma fala recheada de arrogância e preconceito para com os populares; redatores como Lopes Trovão incendiavam os corações dos populares pregando a resistência.

“O povo fluminense será incapaz de reagir – diz o governo – e há de sujeitar-se à empalmação do vintém; e se por acaso alguns mais esquentados tiverem a audácia da resistência, bastará a chuva, ou um punhado de urbanos para pô –los em debandada e encheremos o xadrez”.<sup>37</sup>

<sup>35</sup> *O Fluminense*. 28\11\1879.

<sup>36</sup> *Gazeta da Noite*. 22\12\1879.

Temos aqui uma construção feita a partir de membros do governo imperial (a fonte não é revelada pelo jornal). Percebemos a crença no caráter passivo do povo, a idéia de que é incapaz de reagir. Mesmo não acreditando em um possível movimento organizado por parte do povo, apela para o uso da violência. E ao fim, afirma que se houverem exaltados, ainda usa de ironia, bastará a chuva ou os guardas para encherem o xadrez. Implicitamente, fica a noção de que não há o menor problema em se prender grandes contingentes de pessoas do povo. Há aqui um cenário edificado em que existe uma sociedade onde o povo não possui direitos, deve aceitar tudo, e que o governo tudo pode, é onipotente.

A mentalidade dos grupos políticos dirigentes nos deixa mais rastros. Neles, fica cada vez mais nítido um distanciamento entre povo e política.

“ [...] Em um país em que o presidente do conselho de ministros diz à câmara popular como ele o disse: a nação não vos elegeu, não vos conhece. Eu, o governo, sou o vosso eleitor. [...] Vós sois em minha mão um instrumento”.<sup>38</sup>

Há aqui uma demonstração do entendimento sobre participação política na época. Fica nítido no discurso acima que a política era vista como uma atividade que não deveria ser aberta a todos. O argumento do presidente do conselho dos ministros de que “o povo não vos conhece”, é um indicativo da segregação sofrida pelo povo. Não cabia aos políticos representar o povo no parlamento, eram dois mundos desconexos.

Enfim, temos um povo que poderia sofrer arbitrariedades e que não tinha defensores nas esferas públicas legais. Restou aos setores livres pobres urbanos, defenderem seus interesses de maneira autônoma. Tinham seus defensores na imprensa, homens que militavam ao seu lado quando necessário ( Patrocínio e Trovão, por exemplo); mas a principal força motriz que geraria uma resistência teria de vir deles mesmos.

Quando utilizamos a palavra “revolta”, tendemos a pensar primeiramente na utilização da força física, da violência. A violência fora um recurso utilizado pelo povo, entretanto suas táticas de resistência não se restringiram a tal. Manifestações das mais variadas formas corporificavam o descontentamento do povo; estas iam desde os *meetings* por nós já vistos até a ridicularização das figuras do principais arquitetos do imposto do vintém.

O primeiro ataque popular não contou com trilhos ou pedras, mas com palavras:

**“ Vingança Popular**

Para vingar-se do imposto do bonde, o povo começa de chamar o sr Ministro da fazenda de Afonso Vintém.

E o dito imposto do vintém de Imposto Ratoneiro.

O povo tem coisas ...”.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> *Gazeta da Noite*. 19\12\1879.

<sup>38</sup> *Gazeta da Noite*. 20\12\1879.

<sup>39</sup> *Gazeta da Noite*. 18\12\1879.

Vemos aqui uma manifestação bem humorada por parte dos setores livres pobres urbanos. O ministro passa a ser identificado com o imposto criado e o imposto ganha uma alcunha nada lisonjeira: Imposto Ratoneiro. Na época, a palavra “ratoneiro” tinha conotação muito negativa; significava ladrão, roubo. A partir de então, a *Gazeta da Noite* passa a referir –se ao ministro e ao imposto ( na maioria das vezes) com as denominações criadas pelo povo.

Após a deflagração do imposto do vintém, a população passa a boicotar as empresas de bonde de outra forma, não somente quebrando os carros das ditas companhias:

“ TELEFONE

- O povo fluminense tem se mostrado digno. Prefere andar a pé ou servir-se de outro qualquer meio de locomoção a pagar o imposto

- Com o governo foi ter o diretor de uma das companhias de bondes e declarou que ia ser obrigado a reclamar uma indenização, não pequena, porque tinham sido grandes os prejuízos.

- O sr Afonso Vintém, depois daquele sorriso que todos lhe conhecem, respondeu que só podiam as companhias entender-se com a câmara legislativa, porque o governo nada tinha que ver com isso.

- Então, o referido diretor declarou que não podia continuar a sofrer mais prejuízos, à vista do pequeno número de passageiros que afluíam aos bondes, e que era obrigado a suspender o tráfico”.<sup>40</sup>

Após quase duas semanas do início da cobrança da taxa, a população opta por não utilizar os serviços das companhias de bonde. A nota publicada deixa claro que o povo anda a pé ou utiliza outros meios de locomoção, tática essa que surtiu efeito; visto que o diretor de uma das companhias de bonde vai até o ministro Figueiredo clamando por uma indenização, visto o pequeno número de passageiros.

A irreverência parece ter sido uma marca do povo. Diante de fatos que lhe eram prejudiciais, preferiam rir e brincar a ficarem soturnos. Temos aqui, mais um relato de quão criativo podia ser o povo:

“ [...] Em muito boa hora preferiu deixar em paz as sociedades carnavalescas. [...] Sua ex. fez bem em ceder: porque, se o ridículo das alusões é um merecido castigo inflingido a um ministério já desmoralizado, o conflito poderia ter funestas consequências”.<sup>41</sup>

Aqui vemos como o gabinete de 5 de janeiro temia o carnaval. Pela notícia, percebemos que a questão dos festejos carnavalescos transformou-se em um foco de tensão. Ao que indica, o temor de novos conflitos violentos estava presente, a memória dos primeiros dias de janeiro ainda estava fresca. A polícia cede em favor das sociedades carnavalescas.

O humor ácido das sociedades carnavalescas se fez presente nos desfiles carnavalescos. A preocupação do chefe de polícia era grande: “ [...] Pindamonhangaba de

<sup>40</sup> *Gazeta de Noite*. 12\01\1880.

<sup>41</sup> *Gazeta da Noite*. 11\02\1880.

Mattos fizera saber às sociedades “ Tenentes do Diabo” e “ Fenianos” que “ o povo veria com maus olhos quaisquer alusões ao rei, seus ministros e autoridades superiores”.<sup>42</sup>

A reputação dos membros do alto escalão governamental estavam em jogo no entender da polícia. O temor de alusões e possíveis chacotas, fez com que o chefe de polícia alertasse, inclusive, às diretorias das sociedades carnavalescas. Porém, as sociedades pareceram ignorar os avisos do chefe de polícia Eduardo de Mattos.

“ [...] As diretorias responderam –lhe apresentando vários desenhos [...] e o brutinho (chefe de polícia) engoliu a pílula de modo, atuando também em seu espírito a crença que, a qualquer violência provocada pelos navalhistas e cacetistas, corresponderia o povo com todo o ressentimento que lhe ficou das jornadas<sup>43</sup> de janeiro, quando covardemente trucidado”.<sup>44</sup>

Temos aqui mais um embate entre as forças públicas e representantes do povo. O chefe de polícia Mattos vê seus pedidos não atendidos, os primeiros dias de janeiro são lembrados mais uma vez. Ansiedade e tensão eram a regra daquele carnaval. Entretanto, as sociedades carnavalescas não pareciam dispostas a evitar outra batalha. Se alguém haveria de ceder, este alguém era a polícia.

“Em carroção, dentro dele o ministro da fazenda, empunhalando uma garrafa de “Le Roy” , em ato de introduzir o gargalo da dita na boca do “Zé Povinho”. Este Zé Povinho era representado por um velhote de 50 anos, gordo, rosto apalermado, em posição de quem quer animar a vegetação de um pé de couve, e deixando cair pela parte inferior e posterior umas (ilegível) das moedas de cobre de vinte réis, aparadas por um sujeito que figurava o ministro dos estrangeiros”<sup>45</sup>.

Este é um dos relatos dos carros alegóricos utilizados pelas sociedades carnavalescas nos desfiles de carnaval. Temos a figura do ministro da fazenda embebedando o povo, extorquindo o seu vintém. Curioso é a representação jocosa do povo, alcunhado entre aspas de Zé Povinho – o que demonstra a ironia da alegoria - e como um sujeito apalermado e idoso. Este cenário reflete a mentalidade dos setores privilegiados da época, o povo incapacitado de se defender ( basta nos lembrarmos das falas reproduzidas pela Gazeta da Noite de membros ligados ao governo imperial).

Enfim, o povo não dependia somente da violência física para fazer sua resistência. Tiveram outras táticas tão eficazes quanto a força física como vimos anteriormente, isso é o que tentamos demonstrar.

---

<sup>42</sup> *Gazeta da Noite*. 12\02\1880.

<sup>43</sup> Notemos a utilização do termo “jornadas”. Tal vocábulo fora utilizado pelos revolucionários franceses de 1789, 1830, 1848, 1871. A influência do modelo revolucionário francês é bastante presente entre redatores como José do Patrocínio e Lopes Trovão.

<sup>44</sup> *Gazeta da Noite*. 12\02\1880.

<sup>45</sup> *Gazeta da Noite*, 15/02/1880.

## O gabinete liberal e a repressão

O gabinete liberal de 5 de janeiro não utilizou somente a violência física para acabar com os movimentos populares de janeiro de 1880. Concomitantemente à truculência, outras táticas foram utilizadas.

Mesmo para a época, as medidas adotadas foram consideradas exacerbadas e autoritárias. Começamos primeiramente com uma medida que acaba por justificar o uso da violência. A notícia do dia 07\01\1880 dava conta de que “ o fato culminante do dia foi o estado de sítio estabelecido na rua do Carmo”.<sup>46</sup>

Com o decreto do estado de sítio, as garantias dos indivíduos foram suspensas em nome da ordem. Qualquer ato do governo imperial estaria justificado, dentro da legalidade.

Já vimos anteriormente que os discursos de alguns dos membros ligados ao governo imperial guardavam para o povo um espaço sem privilégio algum. Sem direitos e sujeitos às vontades do gabinete, esse seria o papel social dos setores livres pobres urbanos. As atitudes da elite política perante o povo por vezes beirava a crueldade: “ [...] Os cadáveres, que por muito estiveram nas ruas, foram transportados para o necrotério, de onde desapareceram, sem que o povo pudesse fazer – lhes os funerais como tencionava”.<sup>47</sup>

Os cadáveres resultantes do embate entre polícia e populares nos primeiros dias de janeiro desapareceram. Tal episódio demonstra a linha adotada pela polícia: repressão total. A notícia indica que o povo não teve a oportunidade de fazer aos cadáveres “ os funerais que tencionava”. Talvez temendo mais manifestações que pudessem gerar distúrbios resultando em novos confrontos, a polícia some com os corpos. Vejamos mais informações sobre o episódio:

### “Os mortos

Sabemos que o sr. Chefe de Polícia ordenara que os corpos das vítimas do dia 1º fossem sepultados na vala em caixões da polícia, como pessoas desconhecidas.

O digno administrador do cemitério deixou de cumprir essa ordem beseado no decreto número 5 e 25 de 24 de julho de 1872”.<sup>48</sup>

Como podemos ver agora, a *Gazeta da Noite* afirma ter sido intenção do chefe de polícia Eduardo Mattos enterrar os mortos do conflito como indigentes, pessoas não identificadas em caixões da polícia. Porém, tal atitude não fora bem vista, tendo o administrador do cemitério de São Francisco Xavier se recusado a cumprir tal ordem. Soubemos mais tarde que “ Carlos Minetti foi enterrado na sepultura número 9005; Bernardo

<sup>46</sup> *O Fluminense*. 07\01\1880.

<sup>47</sup> *O Fluminense*. 04\01\1880.

<sup>48</sup> *Gazeta da Noite*. 13\01\1880.

Foglebam na sepultura número 9006 e o pernambucano Faria de Andrade na de número 9007”.<sup>49</sup>

O gabinete de 5 de janeiro utilizou artimanhas tão nefastas quanto esta. A censura à imprensa foi um dos meios para tentar quebrar o movimento popular. Esta matéria expõe o quanto estava crítica a situação:

**“A suspensão de garantias constitucionais**

Pode-se dizer, sem medo de errar, que em princípios de 1880, foram suspensas as garantias constitucionais do Império do Brasil.

[...] Não houve arbitrariedade que não fosse posta em prática.

A casa dos cidadãos foram ameaçadas de invasão, logo que assim o determinou a autoridade policial.

As reuniões para um fim qualquer, literário, beneficente ou científico não puderam ser permitidas.

Não havia licença de se parar nas ruas ou praças, para dirigir duas palavras ao amigo que se encontrasse.

Teria logo mandado de prisão quem se arricasse a manifestar opinião hostil ao *imposto do vintém*.

Enfim, os gestos, o modo de andar, o traje, tudo era um motivo de desconfiança para as suscetibilidades ridículas da polícia.

Além de todos esses ataques à liberdade pública, um realmente inquisitorial surgiu da mente exacerbada do governo, e foi o ato atroz, tirânico e indesculpável de perseguir, sem tréguas, a *Gazeta da Noite*”<sup>50</sup>.

A matéria publicada pelo *O Fluminense* faz um ataque grave, sérias acusações contra o ministério liberal. A Revolta do Vintém acaba por gerar um sistema repressivo dos mais severos, as garantias constitucionais do Império não foram respeitadas ( de acordo com o jornal).

Ao que tudo indica, a lógica da polícia da Corte naquele momento era a de que todos são culpados até que se prove o contrário. Desta forma, casa e pessoas suspeitas não tinham mais direito algum; reuniões de indivíduos eram percebidos como possíveis motins; a imprensa convivia com a censura. Todos os artifícios foram utilizados na tentativa de sufocar o movimento (antes mesmo que ele tomasse as ruas).

A notícia por nós reproduzida nos faz pensar em alguns aspectos. Ao proibir reuniões entre indivíduos, ao censurar determinados jornais, ao invadir casas suspeitas e ao perseguir certos indivíduos; vemos por parte da polícia um trabalho de inteligência. Ou seja, não havia somente policiais fazendo impor a vontade do governo através da força física e de armas, mas também procurando descobrir focos de irradiação de revoltosos. O editorial do jornal *O Fluminense* não estava sozinho nessas denúncias. A *Gazeta da Noite* também noticiou várias atrocidades do governo de Sinimbú (que acabaram por confirmar as denúncias feitas no periódico de Niterói). A ânsia em sufocar a revolta parecia ser imensa. As atitudes de Eduardo de Mattos ( chefe de polícia) extrapolavam os limites:

<sup>49</sup> *Gazeta da Noite*. 12\01\1880.

<sup>50</sup> *O Fluminense*. 09\01\1880.



**“ Estão suspensas as garantias**

[...] Ontem de manhã, três cavalheiros seriam recolhidos ao xadrez na freguesia de ES, se não aparecesse nessa ocasião uma autoridade sensata que fez soltar imediatamente os cidadãos, cujo único crime era estarem reunidos em íntima palestra”.<sup>51</sup>

Chama a atenção o fato de que tanto para *O Fluminense* quanto para a *Gazeta da Noite*, as ações do gabinete liberal liderado por Sinimbú foram interpretadas como atos contrários e nocivos às garantias constitucionais. A reportagem acima mostra que até mesmo uma simples reunião entre 3 pessoas não era tolerada. Qualquer contato era interpretado como uma possibilidade concreta de subversão da ordem.

A polícia procurava limitar ao máximo o raio de ação e os pontos de encontro entre populares: “A *Gazeta de Notícias* analisa [...] o pedido feito pelo chefe de polícia aos empresários dos teatros para que não os concedam para conferências ou reuniões populares”.<sup>52</sup>

Os teatros pareciam ser vistos como espaços onde planos poderiam ser tecidos e ações planejadas. Neste momento, havia acabado de ocorrer ( 2 dias antes da publicação da nota) a conferência no Teatro Ginásio. O potencial destas reuniões entre populares e indivíduos ligados aos jornais, como Lopes Trovão e José do Patrocínio, que em suas falas estimulavam a população à resistir, pode ter sido levado em consideração pela polícia. Afinal, para que pedir aos empresários dos teatros para não cedê – los afim de se realizarem reuniões populares?

Não só no campo da violência física ocorriam os embates entre revoltosos e policiais. A repressão atingia outros espaços, outras formas. A contra ofensiva popular também utilizava outras estratégias. A Revolta do Vintém foi mais complexa do que a princípio podemos supor; não só de pancadas foi o conflito, contou também com desafios de idéias e estratégias. Um outro foco que mereceu atenção especial da polícia foram os jornais, este é nosso próximo ponto.

---

<sup>51</sup> *Gazeta da Noite*. 26\12\1880.

<sup>52</sup> *Gazeta da Noite*. 24\12\1880.

## Revolta ou Revolução?

Muito se discute na historiografia da abolição sobre o papel dos abolicionistas: se meros reformadores ligados aos setores conservadores ou se agentes históricos interessados em uma quebra de modelo, na construção de um novo projeto.<sup>53</sup> O debate é rico.

Durante nossa pesquisa, pudemos acompanhar de mais perto a trajetória de um abolicionista em especial, a de Lopes Trovão. No nosso caso, a figura de Lopes Trovão acaba se confundindo com a do jornal *A Gazeta da Noite*, periódico do qual foi redator. Aliás, a história da revolta do vintém, também contém a história dos jornais.

Matérias com tons ofensivos, que atacavam o imperador e o ministério, não faltavam naquele momento. Tanto na *Gazeta da Noite*, quanto na *Gazeta de Notícias* e no *O Fluminense*; o chefe de polícia Mattos e Afonso Figueiredo eram figuras que se tornaram inimigos públicos número um. O imposto do vintém causara uma tremenda insatisfação na sociedade imperial.

Porém, os jornais a que tivemos acesso que cobriram os momentos que antecederam, o ápice ou os episódios posteriores da revolta, foram o *O Fluminense* e *A Gazeta da Noite* (a *Gazeta de Notícias* está disponível somente a partir de junho de 1880). Embora ambos os periódicos condenassem o governo de Sinimbu, a abordagem e os tons dos artigos diferiam bastante.

Conotações políticas ficavam implícitas nas reportagens e nos artigos. Obviamente que o imposto do vintém era a razão principal pela qual escreviam contra o governo naquele instante os referidos periódicos; entretanto, a questão era mais profunda. Divergências políticas se tornavam mais agudas, com isso um cenário complexo se formava. Tínhamos na disputa liberais, conservadores e republicanos; e além deles, o povo.

O periódico de Niterói, em seu editorial, não esconde sua inclinação política ao afirmar que: “continuando a militar nas linhas conservadoras, com o que muito se enfana, dedicar –se há, contudo, mais aos interesses da província do que aos da política”<sup>54</sup> O jornal se diz favorável às linhas conservadoras e isso fica implícito nas severas críticas ao gabinete liberal de 5 de janeiro durante suas edições.

Mesmo antes da eclosão da revolta do vintém, os ataques já se faziam presentes. Vejamos a seguinte nota:

---

<sup>53</sup> Ver capítulo I deste trabalho.

<sup>54</sup> *O Fluminense*. 01\01\1880.

**“Aniversário do gabinete de 5 de janeiro**

O dia de hoje é de luto para a nação. Completa o seu primeiro aniversário o nefando gabinete de 5 de janeiro.

Durante um ano inteiro tem o país assistido assombrado à conculcação do direito e a exautoração de suas mais belas instituições.

O despotismo, disfarçado com a capa de liberdade, não encontra tropeços nas violências que lança mão”.<sup>55</sup>

No aniversário de um ano do ministério de Sinimbu, o gabinete é o alvo. Acusado de ser nocivo às instituições imperiais e de despotismo; vemos como o jornal *O Fluminense* se referiu ao gabinete de 5 de janeiro de maneira ácida e ríspida. O detalhe é que a matéria é do início de 1879 (janeiro), 11 meses antes do imposto do vintém.

A ojeriza do jornal de Niterói ao partido liberal parecia ser tão grande, que até mesmo fatos históricos eram evocados:

**“ A política liberal**

É um fato contristador mas real: o partido liberal tem sido sempre o causador das perturbações da tranquilidade nacional.

Quem, com isenção de ânimo, compulsar a história pátria, reconhecerá a verdade do que enunciamos.

As revoluções que rebentaram desde o norte até o sul do império, há alguns anos, tiveram por protagonistas os membros desse partido.

Só reconhece um modo de fazer oposição: pela força das armas”.<sup>56</sup>

As rebeliões da época pós abdicação de D. Pedro I, no contexto das regências, foram utilizadas como argumentos para justificar a inabilidade política do partido liberal. Indo além, acusa os liberais de só saberem fazer oposição com armas. Esta nota também se dá em um momento anterior ao anúncio da cobrança do imposto do vintém (a primeira nota do jornal sobre o imposto do vintém data de 19\12\1879).

Enfim, percebemos que *O Fluminense* tinha conotações políticas. Parecia fazer oposição ao partido liberal em momentos não somente de crises políticas ou de turbulências sociais. Entretanto, não foi *O Fluminense* um dos principais focos de atenção da polícia e do gabinete liberal. As baterias de Eduardo de Mattos estavam destinadas para outro periódico: a *Gazeta da Noite*.

Curioso foi a forma como chegamos até a *Gazeta da Noite*. Já conhecíamos o periódico através de citações (como na obra de Raimundo Magalhães Junior sobre José do Patrocínio), mas foi uma matéria no *O Fluminense* que nos fez pensar em analisar mais profundamente a folha onde Lopes Trovão trabalhou.

“ Além de todos esses ataques à liberdade pública, um realmente inquisitorial surgiu da mente exacerbada do governo, e foi ato atroz, tirânico e indesculpável de perseguir, sem tréguas, a *Gazeta da Noite*.

Colocara-se essa folha na vanguarda de todas as outras, defendendo com calor, mas dignamente, a causa do povo, quando dos acontecimentos do dia 1º”.<sup>57</sup>

<sup>55</sup> *O Fluminense*. 05\01\1879.

<sup>56</sup> *O Fluminense*. 30\11\1879.

A *Gazeta da Noite* sofreu duras repreensões por parte do governo imperial. Desde ameaças aos seus funcionários até mesmo paralisação de sua tiragem (que era de dez mil exemplares) durante onze dias. Cabe aqui um debate sobre as razões pela quais a *Gazeta da Noite* foi a única a sofrer com tanta intensidade a perseguição da polícia.

*O Fluminense* nos dá um indício que pode nos auxiliar a entender as razões pelas quais a *Gazeta da Noite* sofreu com a censura governamental. Afirma que a folha de Serpa Pinto (seu primeiro proprietário durante seus primeiros números) estava na vanguarda por defender “com calor, mas dignamente, a causa do povo”. Bem, ao defender a causa popular com “calor”, podemos ter uma idéia de que o tom das reportagens e dos artigos podia ser mais inflamado do que a média das outras folhas.

Realmente as reportagens da *Gazeta da Noite* possuíam um discurso mais radical, por vezes incitando a violência; em outras oportunidades pregava a moderação popular nas manifestações de rua. Vamos a alguns exemplos:

“ [...] os moradores daqueles diversos bairros pretendem apelar para todos os meios legais e até mesmo para a violência, que é também um direito do povo quando exercido contra as violências do poder.

No caso vertente, a extorsão que o governo assentou contra a algibeira particular, contra a bolsa de cada um de nós, é uma violência que pede violência.

“Dente por dente, olho por olho”. Já aconselhava a legislação penal de Moisés [...]”.<sup>58</sup>

Temos aqui uma clara incitação à violência por parte da *Gazeta da Noite*. Na ótica do redator do texto (muito provavelmente, Lopes Trovão), certas violências justificam a utilização da violência física. Porém, percebamos que Trovão entende o imposto do vintém como uma violência do poder e que justifica o emprego da violência física. Trovão não diferencia aqui violência física de outras formas de violência, acha justo que o povo responda ao poder público com embates nas ruas, já que foi violentado pelo gabinete de 5 de janeiro quando da cobrança do imposto do vintém, entendida por ele como uma extorsão.

No dia 27 de dezembro de 1879, somente a alguns dias do início da cobrança do imposto do vintém, a *Gazeta da Noite* publica a seguinte nota:

“Se a resistência for a força, com um pequeno ferro arrancam –se das ruas os paralelepípedos (e tirando um, saem milhares) e tais armas não há quem resista. Para o governo só pedra ou vergalho, chumbo é muito honroso”.<sup>59</sup>

Lopes Trovão indica que, se a estratégia de resistência utilizada for a força, que se use paralelepípedos. Ao indicar o uso de paralelepípedos, explica as razões para usá –los. Até o momento, temos dois relatos que mostram a *Gazeta da Noite* aconselhando a utilizar a força

<sup>57</sup> *O Fluminense*. 09\01\1880.

<sup>58</sup> *Gazeta da Noite*. 13\12\1879.

<sup>59</sup> *Gazeta da Noite*. 27\12\1879.

física como modo de resistir. Vale lembrar que nesta fonte (fato já ocorrido anteriormente) encontramos mais um indício do modelo revolucionário francês de 1848 e 1871; a tática de arrancar paralelepípedos fora utilizada pela “comuna” popular de 1871.

As companhias de bondes também foram alvos da pena de Trovão. Em artigo de 31\12\1879, lia-se que “ as companhias que se prestam a vexar o povo como as da Vila Isabel e S. Cristovão, não pode merecer dele senão picardia”<sup>60</sup>. Se a “picardia” do povo significava violência, não podemos dizer com absoluta certeza. Entretanto, levando –se em consideração as mensagens anteriores, não é de forma alguma absurdo pensar que este fosse mais um chamado ao uso da força física.

José Murilo de Carvalho já havia chamado a atenção para o papel desempenhado pela relação entre a imprensa – povo – violência. Para ele a “ Gazeta da Noite de Lopes Trovão e panfletos distribuídos pela cidade passaram a pregar o boicote da taxa e a incitar a população a reagir com violência, arrancando os trilhos dos bondes”.<sup>61</sup> Como vimos, em certos momentos a *Gazeta da Noite* incita a população a ir às ruas e utilizar a violência como recurso. Entretanto, a posição da folha de Trovão não fora tão rígida, flutuava de acordo com a situação. A matéria que segue abaixo é mais moderada:

“Ludibriada, pois, por ambos os partidos, a quem corre a administração pública e o governo da sociedade, o povo tem um recurso apenas: recolher –se em si mesmo, fazer da fraqueza forças e organizar a resistência.  
[...] Não se diga, entretanto, que pregando a resistência, a *Gazeta da Noite* prega a Revolução”.<sup>62</sup>

Interessante é este trecho, pois nos dá informações relevantes. Antes de tecer qualquer comentário sobre o imposto do vintém, Trovão afirma que o povo deve se defender sozinho, por conta própria, pois os dois partidos que administram a vida pública o ludíbriam. Não enxerga no partido conservador e nem no partido liberal uma opção de auxílio para o povo, aí temos uma postura que coloca Trovão como adepto de um caminho alternativo (no seu caso, o republicanismo).

Após expressar seu desprezo por liberais e conservadores e afirmar que cabe ao povo defender –se sozinho, com seus próprios esforços, diz que é necessário uma resistência. Cabe ressaltar aqui que Lopes Trovão rotineiramente utiliza a palavra “resistência” para nomear o movimento do povo contra o imposto do vintém, mas nunca “revolução”. Vai mais profundamente quando diz que sua folha não prega a revolução. Em um periódico onde o uso da força não é interpretado como um excesso ( sendo até mesmo incentivado em

<sup>60</sup> *Gazeta da Noite*. 31\12\1879.

<sup>61</sup> REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Versão eletrônica:  
<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=1>

<sup>62</sup> *Gazeta da Noite*. 20\12\1879.

determinados momentos), não deixa de ser curiosa esta preocupação em se afirmar que não se deseja uma revolução, mas sim uma resistência.

Fato foi que ao adentrar o dia 1º de janeiro de 1880, a *Gazeta da Noite* sai de circulação retornando à normalidade apenas no dia 12 de janeiro de 1880. Sua postura lhe impôs um banimento de 11 dias. Mesmo após este retorno, a repressão ainda continuou. Prova disso é que ainda no dia 14\01\1880 encontrava-se preso Ernesto Senna ( repórter da *Gazeta da Noite*, conduzido à delegacia de polícia enquanto vendia exemplares no dia 1º de janeiro). Segundo Trovão, “ entende o Sr. Paindahyba ( chefe de polícia Mattos) que Ernesto Senna há de ser o bode expiatório das infundadas acusações que se tem levantado contra a *Gazeta da Noite* [...]”.<sup>63</sup>

A redação da *Gazeta da Noite* saiu em defesa de Lopes Trovão. Tenta livra –lo das acusações de incitar a violência entre o povo: “O Sr. Dr. Lopes Trovão [...] aconselhou ao povo a resistência pacífica, e até durante o delírio das barricadas armadas para fugir da baioneta e aos assassinatos, aconselhava moderação e paz”.<sup>64</sup> Ao que tudo indica, após os violentos embates entre populares e polícia, parte da responsabilidade caiu no colo de Lopes Trovão. Porém, de acordo com a folha, Trovão pedira moderação no dia 1º de janeiro, fato lembrado por José Murilo de Carvalho: “ Nesse dia a taxa estava sendo paga até que, ao meio dia, a multidão se reuniu no local previsto. Percebendo talvez a enrascada em que se metera, Lopes Trovão não incitou a multidão à ação”.<sup>65</sup>

A postura de Lopes Trovão variava de acordo com o momento. Não era sempre que incentivava a violência. Mesmo antes dos embates, sempre se disse a favor da resistência e não da revolução (talvez sinal de um compromisso mínimo com a ordem vigente). Certamente estava entre os mais radicais de seu tempo, mas ia até certo limite, dali não passava. E aparentemente este limite era a revolução.

A política tangenciava a revolta do vintém. Discussões políticas eram trazidas à tona e ações eram interpretadas de acordo com as convicções políticas dos indivíduos. Já notamos como *O Fluminense*, abertamente conservador, se preocupava em criticar o gabinete liberal de 5 de janeiro. Porém, a grande questão política que envolveu a revolta do vintém naquele momento era sua possível ligação com o republicanismo.

Surge agora uma discussão mais profunda. Qual a ligação entre a revolta do vintém e o republicanismo? Estava Lopes Trovão interessado somente em angariar novos republicanos?

<sup>63</sup> *Gazeta da Noite*. 14\01\1880.

<sup>64</sup> *Gazeta da Noite*. 12\01\1880.

<sup>65</sup> REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL (versão eletrônica). <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=1>

Foram as revoltas populares utilizadas politicamente? Procuraremos dar respostas para estas perguntas.

José Murilo de Carvalho compreende a problemática relação entre republicanismo e revolta do vintém da seguinte forma:

“ Mas Lopes Trovão e outros militantes republicanos, buscando tirar o máximo proveito da situação, recusaram o encontro. (episódio de São Cristóvão)  
[...] Os republicanos estavam furiosos com Lafaiete Rodrigues Pereira, ministro da justiça, que assinara o Manifesto Republicano de 1870, e agora se bandeava para o campo liberal. Desse clima de insatisfação ( da revolta do vintém) , tiraram vantagem os agitadores republicanos”.<sup>66</sup>

Temos uma vinculação direta entre a revolta do vintém e o republicanismo de acordo com a ótica de José Murilo de Carvalho. A traição à causa de Lafaiete Rodrigues é apontada como uma das razões para a campanha sistemática contra os liberais. Esse é um dos pontos citados por Carvalho. Não discordamos. Vale lembrar que o ressentimento republicano não se restringiu somente a Rodrigues, mas também para outros personagens como o 3º delegado que cuidava da segurança no *meeting* de São Cristóvão: “ [...] Lá estava o Dr. Félix, ex – republicano, mas que levou seu monarquismo ao ponto de proibir que fosse entregue ao imperador uma simples petição, de todo constitucional”.<sup>67</sup>

Queremos argumentar é sobre o caráter das ações de Trovão. José Murilo de Carvalho se refere a Trovão e outros como “ agitadores republicanos” que tiraram proveito do clima de insatisfação. Não achamos que uma das principais motivações de Trovão tenha sido angariar novos republicanos para engrossar a fileira do partido republicano entre os populares ou se utilizar dos episódios de janeiro para **meramente** obter frutos políticos do gabinete de 5 de janeiro ( o ato de tentar desestabilizar o gabinete não era exclusividade dos republicanos, nesta tarefa também estavam empenhados todos os que oposição faziam ao gabinete de Sinimbu, inclusive conservadores).

O argumento de que por trás das ações e palavras de José do Patrocínio e Lopes Trovão estava a causa republicana ( pensamento reproduzido por José Murilo de Carvalho) nascera naqueles próprios dias. O *Jornal do Commercio*, por sua vez, auxilia na transmissão de tal pensamento.

**“ Astúcia ou Parvorice**

Para justificar o assassinato, o assalto armado contra o povo inerme [...] fizeram espalhar que a legítima grita contra o mais ilegal e vexatório imposto não foi senão um mero pretexto para um movimento republicano.

<sup>66</sup> REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL.

<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=1> ,

<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=2>,

<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=3>.

<sup>67</sup> *Gazeta da Noite*. 29\12\1879.

O Jornal do Commercio [...] tem atirado mil apodos sobre nossos ilustrados srs. Dr. Lopes Trovão e Patrocínio por haver, dizem eles, conciliado o povo à uma revolta republicana”.<sup>68</sup>

Como podemos ver, temos uma batalha de discursos. De um lado, a fala do governo que insiste em atrelar os movimentos populares ao republicanismo de Trovão e Patrocínio; de outro a defesa em nome dos últimos, que argumenta ter sido inventada tal calúnia para justificar os atos de crueldade e de violência por parte da polícia. Não teria sido esta a única vez em que o republicanismo de Trovão fora usado contra ele. “ [...] É certo que, quando o orador queixou –se de que a intriga havia explorado suas idéias políticas para abortar o *meeting*, uma voz se ergueu para dizer que o país não estava preparado para a república”.<sup>69</sup>

Vemos que a idéia de tentar vincular o republicanismo com o movimento contra o vintém, aparentemente, tinha duas intenções básicas: deslegitimar a revolta e esvaziá –la. Tendo a *Gazeta da Noite* publicado que “fizeram espalhar que a legítima grita contra o mais ilegal e vexatório imposto não foi senão um mero pretexto para um movimento republicano”, fica implícito na fala da folha que tal vinculação faria com que a revolta perdesse seu caráter principal: a de protestar contra a cobrança do imposto do vintém, o grito de socorro genuíno de um povo. Dessa forma, esvaziava –se politicamente o movimento ao caracterizá – lo como um episódio onde republicanos mexem com as ânsias do povo, simplesmente para tirar proveito político.

Já o segundo trecho por nós apresentado, afirma que as idéias políticas de Trovão são usadas contra ele em uma tentativa de se abortar o *meeting*. Talvez, ao tentarem conectar republicanismo e revolta do vintém, esperava –se que a fidelidade ao rei ou um possível apego pela monarquia por parte do povo, tornassem os atos mais vazios, afastasse a população mais humilde do movimento.

Enfim, nosso ponto de vista é o seguinte: a estratégia de ligar a revolta do vintém ao republicanismo, de tratar Trovão e Patrocínio como agentes interessados somente em se aproveitar politicamente da situação, foi produzida pelo gabinete liberal então no poder. Fora um discurso elaborado na época para desestabilizar o movimento, deslegitimá –lo. Afinal, ficariam as perguntas: teriam as atitudes do povo ocorrido naturalmente não fossem as ações dos republicanos? Ou foi o povo orquestrado e suas ações teriam sido artificiais? Adiante, veremos em que cenário este discurso foi elaborado.

Para tal, devemos analisar com mais cuidado o *Jornal do Commercio*. Este era sempre acusado de ser ministerialista, por demonstrar uma postura de indiferença ou de apoio ao

---

<sup>68</sup> *Gazeta da Noite*. 12\01\1880.

<sup>69</sup> *Gazeta da Noite*. 29\12\1879.



governo. Ao menos esta é a idéia da *Gazeta da Noite*, ao afirmar que o “ *Jornal do Commercio*, pesado e sombrio como um burguês, depois de jantar, dorme e ronca com uma indiferença sacerdotal sobre as torpes medidas do governo vintém [...]”.<sup>70</sup>

Vale ressaltar que o *Jornal do Commercio* nos deixou surpresos. Acreditávamos que iríamos encontrar um periódico ( baseado nos relatos da *Gazeta da Noite* e da *Gazeta de Notícias*) totalmente ministerialista, que apoiava o governo em todas as suas medidas, inclusive nas mais polêmicas. Porém, não foi o que ocorreu.

Encontramos uma folha até certo ponto democrática em suas opiniões. Tivemos sim, indivíduos apoiando totalmente o governo em reflexões publicadas na seção “publicações a pedido”, mas podemos, com segurança, afirmar que a cobrança do vintém nas passagens de bondes fora mal recebida inclusive pelo *Jornal do Commercio* ( por mais que as críticas ao gabinete sejam amenizadas, como abaixo). Vejamos dois exemplos do que estamos dizendo:

**“ Imposto de Transporte**

[...] Contra este imposto, a que o povo chama de vintém, de toda a parte está se levantando grande clamor, a nosso ver, porém, intempestivo. Achamos o imposto mal e vexatório e combatemo – lo na ocasião oportuna, quando era discutido pelo corpo legislativo apontamos então os principais inconvenientes que enxergávamos nele. Alguns destes inconvenientes chegaram a ser removidos; ficou, porém, o maior deles, o mesmo imposto. [...] Se não vemos motivo fundado de queixa contra a regulamentação para a cobrança, a respeito do imposto em si, continuamos a pensar como pensávamos quando ele foi proposto; só a extrema necessidade poderia lembrá –lo.

**“Publicações a pedido**

[...] Se a resistência for praticada, como o governo se haverá neste beco sem saída do ridículo imposto do vintém?”<sup>71</sup>

Até mesmo no *Jornal do Commercio* o imposto do vintém fora recebido com ressalvas. Entretanto, por vezes, até o próprio gabinete liberal era alvo das críticas de alguns de seus leitores.

“ [...] Alguns cidadãos – resolvidos a mostrar que têm (ilegível) se sangue nas veias, que amam a liberdade real e prática e não a verbal – pagam a sua passagem no bonde, mas recusam o vintém.

O condutor, não podendo impedir que sigam no bonde, lhes reclama o pagamento do vintém. Eles não podem ou não querem pagar: intervém a polícia, segundo o regulamento; os cidadãos – insistem na recusa.

O que fazer? Mandá – los descer do bonde? Não descem, porque pagaram suas passagens; mas quando desçam, ficaria bem patente a sua inexequibilidade.

Conduzi –los presos ao xadrez? Por que razão e para que fim? Por não ter pago o imposto ou para pagá – lo na prisão?

[...] O nosso regime fiscal, segundo as leis vigentes, cobra o imposto por meio de multas, processo civil, sequestro, penhora e arrematações judiciárias; por meio da prisão arbitrária – nunca.

Estava, porém, reservada essa despótica invenção a um ministro patrono do liberalismo em tempos de democracia, proclamando a necessidade de respeitar e garantir a liberdade individual como coisa sagrada.

Nunca a liberdade encontrou inimigos mais cruéis do que nos falsos amigos. Nunca a liberdade tem sido mais violada do que atualmente.

Lord Melville”<sup>72</sup>

<sup>70</sup> *Gazeta da Noite*. 18\12\1879.

<sup>71</sup> *Jornal do Commercio*. 25\12\1879.

Temos aqui um exemplo da pluralidade de opiniões que nos chamou a atenção no *Jornal do Commercio*. Lá há exemplos de apoio ao gabinete liberal, assim como críticas árduas como essa. Lord Melville (que assina a carta) ataca severamente Sinimbu. O acusa de ser despótico e inimigo das liberdades individuais e da democracia; para chegar a tal conclusão raciocina em cima de uma hipótese bastante plausível, demonstrando assim o caráter anti – democrático da regulamentação do imposto.

Vamos agora ao ponto principal: Melville, quando aborda a resistência ( pacífica, é bom ressaltar) torna –se uma voz isolada. Fato é que tanto na *Gazeta da Noite* quanto no *Jornal do Commercio* o imposto não fora bem recebido, foi visto como uma decisão infeliz por parte do ministério. Partindo –se dessa premissa, é justo que se faça a seguinte indagação: se ambos os lados enxergavam como nociva a cobrança do imposto do vintém, qual a razão para as rugas entre estas folhas? A resposta vai além do imposto.

Por mais que o *Jornal do Commercio* se mostrasse contra o imposto do vintém, não podemos dizer de forma alguma que ele fazia oposição ao governo imperial, pelo contrário. Mesmo em suas críticas, sempre havia espaço para a defesa, por mais tímida que fosse. O texto de Lord Melville, como já dissemos, não era a regra. A própria folha sempre dizia que achava o “grande clamor, a nosso ver, intempestivo”.<sup>73</sup>

O principal motivo para os embates entre o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta da Noite* se dava em razão do povo. Não divergiam muito em relação ao imposto do vintém, porém a grande diferença entre as folhas era sobre o que deveria fazer o povo.

“[...]Hoje, porém, como eximiremos de pagá –lo? Nenhum homem sensato aconselhará a resistêncis à mão armada; assim como não temos outro conselho para o povo senão resignar – se e guardar as reclamações para ocasião oportuna”.<sup>74</sup>

#### “Publicações a Pedido

Todos nós, cidadãos deste império, devemos ter muita reflexão, muita calma e muita prudência se quisermos elevar esta nação ao pé de grandeza e prosperidade em que se ostentam as mais poderosas de quantas existem no mundo.

[...] Estas observações foram –nos sugeridas pelo boato, que circula por esta capital, de que se pretende fazer uma manifestação de maus sentimentos contra o governo [...] que toma corpo e encontra apoio em certa parte da imprensa diária, quando impensadamente aconselha a população a reagir contra a execução do mesmo imposto, até ser nulificado ou revogado, não pelos meios regulares e legais, mas pelo emprego da força, do motim popular [...]”.<sup>75</sup>

Repetimos aqui que a grande questão não é mais o imposto, e sim o que fazer após a promulgação do imposto. Enquanto a *Gazeta da Noite* e a *Gazeta de Notícias* pregavam a resistência, até mesmo utilizando a violência, a linha adotada pelo *Jornal do Commercio*

<sup>72</sup> *Jornal do Commercio*. 25\12\1879.

<sup>73</sup> *Jornal do Commercio*. 25\12\1879.

<sup>74</sup> *Jornal do Commercio*. 25\12\1879.

<sup>75</sup> *Jornal do Commercio*. 26\12\1879 e 27\12\1879.

pedia a moderação e a resignação. Que a queda do imposto era vista como necessária tanto pelo editorial do *Jornal do Commercio* quanto por Lopes Trovão (redator da *Gazeta da Noite*), isso não discutimos. A questão é como conseguir que o imposto fosse revogado: o *Jornal do Commercio* pedia que se fizesse “pelos meios regulares e legais” e não “pelo emprego da força, do motim popular”.

É nesse cenário, da discussão sobre os setores livres pobres urbanos, que surge a vinculação entre republicanismo e revolta do vintém corroborada na historiografia, pela interpretação de José Murilo de Carvalho. Num primeiro momento, esta aproximação se dá de forma tímida, mas depois de forma contundente:

**“Imposto do Transporte**

O assunto que traz a epígrafe deste artigo é a nosso ver uma dessas minas que meia dúzia de cérebros exaltados [...] exploram o interesse individual, com sacrificio dos inexpressos, dos ignorantes e dos tolos, que são, todos levados a extremos condenáveis, pagando com muitas vezes com o precioso sangue os desatinos da própria cegueira [...].

Que se pretende do governo, ao que aspiram os agitadores, os oradores de teatro e *meetings*, os foliculários da imprensa pequena, falando às massas, incutindo no ânimo do povo maus sentimentos [...] que vive feliz sob o governo monárquico constitucional.

A paixão cega –os, a ambição desvaira a razão dos que sonham com uma nova ordem de coisas, que nada de sério será, mas de burlesco e sumamente ridículo, como tem sido todas as tentativas revolucionárias, que por vezes tem agitado o império.

[...] essas loucas tentativas, que não passam de sonhos de cérebros exaltados, pretendendo armar a credulidade pública, servindo – lhes agora de tema a taxa de transporte decretada pelo poder legislativo [...] nada tem de vexatória” E. <sup>76</sup>

Alguns apontamentos são necessários aqui. Primeiramente, notamos uma visão de uma sociedade hierarquizada, onde o povo é interpretado como “inexperiente”, “ignorante” e “tolo” por se deixar ludibriar por idéias, discursos e atos como os de Lopes Trovão. Vemos aqui a reprodução do universo mental onde o povo sofre pelos “desatinos da própria cegueira”. Temos uma população que não conseguiria discernir o certo do errado, onde sofreria constantemente por acreditar em agitadores que em nada visavam ajudá-los.

Em segundo lugar, vemos como E. (que assina a carta) qualificou os homens que estiveram envolvidos na revolta do vintém. Se refere a estes como “oradores de teatro e *meetings*” (alusão à Partrocínio e Trovão) e de “foliculários da imprensa pequena”. Se preocupa em desqualificar as folhas onde trabalhavam personagens como Trovão, aparentemente tentando descreditar seus discursos.

Em um terceiro momento, caracteriza suas ações de maneira nada lisonjeira. Os acusa de incutir no “ânimo do povo maus sentimentos”. Ou seja, de acordo com a ótica de E., uma das principais atividades dos chamados tribunos populares, era a de agitar o povo, o tornar agressivo (daí, a definição de “maus sentimentos”).

<sup>76</sup> *Jornal do Commercio*. 30\12\1879.

Por último, temos uma tentativa de se conectar o republicanismo com o imposto do vintém. Segundo o autor do texto, o povo “vive feliz sob o governo monárquico constitucional”. Temos diante de nós uma defesa do monarquismo, tímida é verdade. A defesa monarquista segue adiante quando E. afirma que “a ambição desvaira a razão dos que sonham com uma nova ordem das coisas”. Que nova ordem de coisas poderia ser esta? Levando –se em consideração o cenário daquele momento, a situação leva a crer que E. referia –se ao republicanismo.

Além de considerar ambiciosos agentes históricos como Patrocínio, diz que “essas loucas tentativas não passam de sonhos de cérebros exaltados” que pretendiam “armar a credulidade pública, servindo –lhes agora de tema a taxa de transportes”. De acordo com a interpretação de E. , Trovão serviu –se da cobrança da taxa do vintém para encampar sua própria causa. Utilizou –se das necessidades do povo.

O *meeting* de São Cristóvão também serviu de base para suposições:

“Ainda uma vez falharam os cálculos daqueles que farejam todas as ocasiões para sair do obscurantismo em que ingloriamente quebrantam os males da atividade.

[...] O *meeting* visava dois fins: o da representação contra o imposto do transporte, o pretexto para conturbar a ordem pública. (grifo nosso)

[...] A comissão foi eleita – Drs. Lopes Trovão, Ferro Cardoso, José do Patrocínio e Joaquim Pedro da Costa – na comissão ficou delegado o poder do povo: à comissão cabia somente o dirigir –se ao paço de São Cristóvão.

Recusou a polícia a entrada do paço à comissão? Não: e nem o podia fazer.

[...] O que foram eles fazer ao campo de S. Cristóvão? Ponderar ao povo a necessidade de protestar contra um imposto iníquo [...].

Como bradam contra a polícia os tribunos do dia? Porque vedou à massa popular, cerca de 4000 homens o penetrar no paço?

[...] O que se afirma um erro aos tribunos do dia, não foi senão uma medida de prudência. E a prova está nos gritos de – viva a república! – que, segundo uma folha diária, encheram o espaço”.<sup>77</sup> (extraído de *O Cruzeiro*)

O *meeting* no campo de São Cristóvão foi tema de amplo debate. Serviu de base para análises sobre a ligação entre a revolta do vintém e o republicanismo de sujeitos como Trovão e Patrocínio. O próprio José Murilo de Carvalho entende este episódio como uma prova das intenções políticas de Trovão e de seus companheiros.

O principal argumento para se taxar a comissão que deveria entregar a petição ao imperador de aproveitadora, é o fato dela ter se recusado a entrar sem o povo. Entretanto, o outro lado da história nos dá uma versão alternativa dos fatos:

“- Neste ofício o sr 3º delegado diz que declarara “poder o povo enviar uma comissão que talvez ( itálico do próprio documento) fosse recebida por S. Magestade.

- Ora, isto é falso, absolutamente falso, porque podem atestar o contrário mais de mil pessoas, das que estavam mais próximas”.<sup>78</sup>

<sup>77</sup> *Jornal do Commercio*. 31\12\1879.

<sup>78</sup> *Gazeta da Noite*. 30\12\1879.

Lopes Trovão (então redator da *Gazeta da Noite*), analisa um anúncio do 3º delegado (identificado como Dr. Félix, ex republicano) sobre os acontecimentos no campo de São Cristóvão envolvendo o povo, a polícia e a comissão. Como podemos ver, Trovão chama a atenção para o fato do próprio delegado ter escrito que *talvez* a comissão fosse recebida. Mais adiante, Trovão nega ter ouvido que a comissão *talvez* fosse ser recebida e aponta como testemunha o povo que estava ao seu lado. De acordo com o redator da *Gazeta da Noite*, a polícia não abriu possibilidade de um encontro entre o imperador e a comissão naquele momento.

Temos mais um duelo de discursos. De um lado a fala oficial que afirma ter oferecido à comissão a chance de se encontrar com D. Pedro II e de outro, um dos representantes da comissão que afirma não ter recebido tal oportunidade. Aliás, em outro momento, Trovão afirma que a polícia inclusive teria dito que o imperador não se encontrava, ao relatar o seguinte diálogo: “- Aonde está o rei? Queremos ver s.magestade ( exclama o povo). - Não está em parte alguma! Não quero que o vejam! Retirem –se! (Responde a polícia)”<sup>79</sup>

Temos, portanto, duas versões para um mesmo fato. Não acreditamos ser possível rotular de aproveitadores e agitadores indivíduos baseados em relatos de pessoas ligadas aos meios oficiais (como a polícia). Afinal, como teremos a certeza absoluta de quem estaria falando a verdade? Não a temos.

Voltando ao artigo publicado no *Jornal do Commercio*, extraído do jornal *O Cruzeiro*, chama a atenção a definição dada à comissão: sujeitos que “ farejam todas as ocasiões para sair do obscurantismo”. Praticamente, são adjetivados de aproveitadores. Aparentemente, entendeu *O Cruzeiro*, ser a revolta do vintém uma oportunidade para os integrantes da comissão a explorarem.

Os dois campos procuram produzir um discurso verdadeiro, baseados, no entretanto, em premissas antagônicas. Um, considera o povo como ator político e defende sua participação na esfera pública. O outro campo, ao desconsiderar o povo como ator político, considera seus adversários políticos como aproveitadores.

Entretanto, a razão principal na ótica da dita folha que justificava a não recepção dos populares seria os pretensos gritos de “viva a república”. Nos lembramos de *O Cruzeiro*.

Cabe aqui também debatermos sobre a guinada da *Gazeta da Noite* após a entrada de Lopes Trovão como redator. Notamos uma mudança de postura no periódico, que auxilia a explicar a posição de vanguarda alcançada pela folha na defesa pelos interesses do povo.

---

<sup>79</sup> *Gazeta da Noite*. 29\12\1879.

O editorial da *Gazeta da Noite*, de dois de abril de 1879, na sua primeira edição, quando ainda era propriedade de Serpa Pinto, nos diz o seguinte:

“ Deslizar, na sucessão do tempo, sem cuidado, despida de pretensões de aventurosas ousadias, advogando, na órbita de suas forças, todos os princípios consentâneos do bem, o justo, o verdadeiro, pospondo sempre aos agrados interesses da humanidade aos da pátria, os da família e aos da família os do indivíduo [...]”.<sup>80</sup>

No princípio, não era intenção da folha adentrar em aventuras, dizia ser sua intenção advogar os princípios do bem e da justiça. Não temos aqui referências radicais, pelo contrário. Encontramos um discurso bem ameno. As intenções iniciais da folha em muito se diferem de sua feição inflamada dos tempos de Trovão.

Durante os primeiros meses de circulação da *Gazeta da Noite*, temos críticas ao ministério, mas, nem de longe, tão profundas e duras quanto as que encontramos no final do ano de 1879. Esta mudança de rumo, de tom, se explica pela entrada de Lopes Trovão como redator principal. O próprio, em sua carta de despedida, reconhece os efeitos de sua estadia:

“ Amigo Tenente Joaquim Pedro da Costa  
Envio – vos, hoje, a pena de redator da *Gazeta da Noite*.  
[...] Desse modo que, dos três, resta –me apenas vós que, por desistência de Serpa Pinto, renúncia de Ferreira Leal e desamparo afinal do bacharel Senna, ficastes único dono e proprietário da *Gazeta da Noite*.  
Pois bem: a vós venho trazer a pena com que, de setembro do ano findo até hoje, escrevi a quase totalidade dos artigos de fundo que enchem as edições da vossa impressão.  
Bem sei que, para o programa dessa folha, carreguei demais [...] na tinta”.<sup>81</sup>

É importante aqui captarmos algumas informações: a primeira é a de que Trovão reconhece que escreveu a quase totalidade das matérias da folha, isso significa que as matérias que antecipavam os movimentos dos populares muito provavelmente foram escritas por Trovão. Temos aqui mais um indício da convivência entre populares e Trovão. A segunda é que o próprio Trovão enxergava o descompasso entre suas idéias, seus escritos e o programa da folha.

“[...] Estou convencido de que as instituições vigorantes e os homens que as representam não cessam de cavar a ruína da pátria.  
[...] É porque os princípios republicanos brilham aos meus olhos como a constelação da *via láctea*, apontei –os como a claridade salvadora que há de conduzir o povo através da noite tenebrosa que o amortalhou o poder.  
Se foi um erro para os interesses da vossa imprensa, perdoai –me pelas muitas simpatias e dedicações com que pagou – nos o povo esse”.<sup>82</sup>

A desilusão com os partidos conservador e liberal e o desencanto com a monarquia fazem com que Trovão desabafe sobre sua crença no poder transformador da república. Deixa claro que as instituições monárquicas e os homens que as representam não mais têm

<sup>80</sup> *Gazeta da Noite*. 02\04\1879.

<sup>81</sup> *Gazeta da Noite*. 08\03\1880.

<sup>82</sup> *Gazeta da Noite*. 20\03\1880.

condições de continuar e por isso não esconde seu entusiasmo para com o regime republicano. Entretanto, deixa claro que não utilizou a imprensa como ferramenta para sua causa.

“[...] Trabalhei para vossa folha, a princípio para provar a mim mesmo que a imprensa honesta pode viver do favor público, depois porque nela o povo habituou –se a ver um dos mais fortes baluartes dos seus direitos civis e políticos  
 [...] A minha ausência, pois, não é para se sentir... E se dela advier prejuízo, esse prejuízo cairá sobre mim:  
 - 1º, porque, pelo estilo que usei em vossa folha, comprometi –me assaz perante a nossa *moderada e prudente* imprensa.  
 - 2º, porque, sem a imprensa fico impossibilitado de conjurar pela denúncia pública, os atentados que contra mim têm sido insidiosamente maquinado nas sombras da irresponsabilidade.  
 - 3º, porque, diz –se, talvez, que eu vendi –me ao governo.  
 [...] Para não vender –me, amo demais a liberdade da república. Tenho dado bastante provas do meu caráter para não temer os botes da calúnia...”<sup>83</sup>

Aqui diz porque resolveu aceitar o emprego na *Gazeta da Noite*. Antes de mais nada, reafirma seu compromisso com o povo. Disse acreditar ser possível trabalhar para o povo (aqui, uma crítica implícita ao ministerialista *Jornal do Commercio*). Porém, o principal motivo de sua saída aparentam ser “atentados” contra sua pessoa e o fato de dizerem “ ter se vendido” para o governo, colocando de lado seu republicanismo.

Curiosa era a estratégia desestabilizadora usada por seus opositores: as calúnias ( na ótica de Trovão). Antes, o governo imperial tenta relacionar seu republicanismo com os atos da revolta do vintém; agora ( passado o ápice das ações) afirmam que teria aberto mão de seus ideais e convicções perante o novo ministério que se iniciaria ( o gabinete de 5 de janeiro caiu à oito de março de 1880). Ou seja, em menos de 2 meses, sofre uma metamorfose: de republicano aproveitador da revolta do vintém a homem que abre a mão de sua crença política para se acertar com um novo ministério. O que seria Lopes Trovão?

Fato foi que os escritos de Lopes Trovão tornaram a *Gazeta da Noite* um dos alvos do governo imperial. As atrocidades cometidas pelo gabinete de 5 de janeiro contra a folha de Trovão foram denunciadas tanto pela *Gazeta da Noite* quanto pelo *O Fluminense*. Seus *meetings*, seus discursos incentivando a participação popular e sua aparente relação com os setores livres pobres urbanos a ponto de fornecer informações privilegiadas para os leitores da *Gazeta da Noite*, fizeram também de Trovão um homem a ser perseguido, vide sua carta de despedida.

Seu estilo não era comum em sua época. A imprensa *moderada e prudente* ( itálico por parte de Trovão), compactuada com o poder público, o incomodava demais. Sua dedicação para com o povo não era normal naqueles tempos.

---

<sup>83</sup> *Gazeta da Noite*. 20\03\1880.

Em suas falas, Trovão não se colocava como um herói ou um diretor, somente como mais um do povo. Até que ponto ele realmente acreditava nisso, não podemos dizer. Mas os registros nos retratam um homem que se via como parte integrante do povo: “ [...] se há alguém neste país que nem sabe ler os princípios mais rudimentares da moral pública, **não somos nós – o povo, sois vós – o governo**”.<sup>84</sup> (grifo nosso).

---

<sup>84</sup> *Gazeta da Noite*. 19\01\1880.



### Transformações em uma sociedade tradicional

Neste último trecho, vamos fazer um resumo, uma conclusão deste capítulo. Tentaremos apontar e demonstrar os diferentes aspectos da revolta do vintém e suas implicações na sociedade imperial.

Ao nosso olhar, o motim do vintém significou mais do que a expressão da indignação da população urbana contra a cobrança de uma taxa que incidiu sob o principal meio de transporte urbano da época. A revolta teve impacto profundo: mudou maneiras de interpretar o mundo fora do parlamento, concepções políticas e foi catalisadora de diversos debates que ocorriam então.

O caráter peculiar dos acontecimentos de fins de dezembro de 1879 e janeiro de 1880 já se mostrava presente em sua própria natureza. José Murilo de Carvalho nos chama a atenção para o fato de que a “capital do império viu algo inédito desde 1863, quando o Brasil rompeu relações com a Inglaterra por conta da Questão Christie: a multidão protestando na rua”.<sup>85</sup>

Naquele momento, rompia –se com a tradição política vigente. Não mais o parlamento detinha o monopólio das discussões políticas, o povo agora fazia parte do cenário da política nacional. As ruas adquiriam um novo sentido, não eram mais somente o lugar da desordem (ótica esta de liberais e conservadores); lá também se debatia política, deliberação tomadas.

Lembremo – nos do *meeting* no paço de São Cristóvão, da conferência realizada no Teatro Ginásio e também dos lamentáveis acontecimentos de 1º de janeiro no largo de São Francisco, na rua do Ouvidor e na rua da Uruguaina. A política fugia de seu *locus* tradicional, abrangia agora outros espaços e, mais importante ainda, outros atores.

Sandra Graham também entende a revolta do vintém como um marco dentro da história política brasileira. Ela compreendeu da seguinte maneira o desfecho do turbulento gabinete de 5 de janeiro: “Ele (motim do vintém) redefiniu, nada menos, os atores, a platéia e a encenação da cultura política. A década, iniciada por agitações populares e marcada por um novo estilo político, que assim se fazia anunciar, continuaria como década de conflito”.<sup>86</sup>

A historiadora entende que uma nova cultura política é inaugurada. E a entende como “ [...] um conjunto de pressupostos socialmente partilhados a respeito dos comportamentos políticos, distintos daqueles que se manifestam por meio das instituições formais de governo

<sup>85</sup> CARVALHO, José Murilo de. REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Versão eletrônica: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810>

<sup>86</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. Revista Brasileira de História. São Paulo. Volume. 10, número 20. Março 1991 \ Agosto 1991, p. 211.

ou por meio da distribuição em partidos políticos”.<sup>87</sup> Graham compreende que com a entrada de novos atores e de uma nova platéia, um novo formato político nasce.

Reforçando a hipótese de Graham, entedemos que são três as grandes inovações que a revolta do vintém nos traz: a primeira delas é atrair para o centro dos debates parlamentares o povo; as manifestações contrárias à taxa do vintém teriam feito inclusive o governo imperial pensar em voltar atrás de sua decisão, de acordo com jornais da época:

“ Corre que alguns membros do ministério já acovardados com a excitação dos ânimos, propuseram sustar a execução da lei orçamentária, que manda tirar o vintém do bolso dos passageiros dos bondes [...]”<sup>88</sup>

**TELEFONE**

Dizem que o imperador quer a suspensão do imposto e a isso se opoem os srs ministros da fazenda e da guerra”.<sup>89</sup>

A segunda novidade ofertada pela revolta do vintém, e a mais importante ao nosso ver, é a participação popular em massa. Tal situação ( de agitação popular) só havia ocorrido em 1863 e nunca mais desde então. Esta constatação nos faz pensar que a realidade política do império do Brasil se tornara diferente. José Murilo de Carvalho constata a mudança no ambiente político ao comparar a década de 80 com as anteriores:

“ A capital do império estava acostumada a distúrbios de rua. Vivera quase em permanente agitação entre 1820 e 1840. Nessa última data, o povo exigiu na rua a maioria do imperador. A partir daí, no entanto, refletindo a estabilização política do segundo reinado, reduziu –se muito a agitação.”<sup>90</sup>

A terceira inovação proposta pelo motim do vintém foi a interação entre indivíduos de variados grupos sociais. Toda a sociedade imperial da Corte, sem caráter excepcional, se envolveu direta ou indiretamente com os acontecimentos de janeiro de 1880. Pensamos que um movimento social tão grandioso, nunca visto antes na história da Corte, pudesse estar sinalizando desestabilização política ( aqui, concordamos com José Murilo de Carvalho por este conectar a fraca movimentação popular de 40 até 70 com a estabilidade política do 2º reinado).

Realmente é para se refletir como a cobrança de um pequeno imposto ( o vintém era a menor moeda do império) detonou um efeito dominó. Acreditamos que a explicação jaz no fato de que naquele instante importantes assuntos estavam sendo abordados. Apontamos aqui duas questões que sempre tangenciavam os debates nas folhas por nós pesquisadas: a reforma da lei eleitoral e o republicanismo.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> *Gazeta da Noite*. 27\12\1879.

<sup>89</sup> *Gazeta da Noite*. 13\01\1880.

<sup>90</sup> CARVALHO, José Murilo de. Versão eletrônica da REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=2>

Vemos como temas convergentes, a reforma da lei eleitoral e a participação popular. O gabinete de Sinimbu não consegue realizar sua principal tarefa que era aprovar a reforma eleitoral. Graham nos aponta razões para o fracasso liberal ao afirmar que “ [...] aprovavam plenamente o objetivo final do projeto, que era o de reduzir o poder monárquico, mas discordavam do fato de que deixasse de se estender o sufrágio a uma parcela maior da população”.<sup>91</sup> “A eleição livre, genuína, deveria ser a graduante das situações”<sup>92</sup>, era uma das falas dos homens da época.

Portanto, uma das questões mais debatidas naquelas turbulentas horas era a participação política popular. E esta polêmica se faz presente também nos debates entre a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio* quando abordam o imposto do vintém.

Reafirmamos, mais uma vez, que tanto a folha onde Lopes Trovão trabalhara quanto a de propriedade de Júlio Vilenneuve eram contrárias à cobrança da taxa do vintém. Ambas o enxergavam como um imposto infeliz. Os periódicos divergiam quanto às medidas a serem adotadas pelo povo após o 1º de janeiro de 1880. Enquanto o *Jornal do Commercio*, em sua seção *Gazetilha*, reafirmava que o imposto “agora é lei, não temos outro meio de nos esquivarmos a ele”<sup>93</sup> a *Gazeta da Noite* pregava, antes de ter sua tiragem interrompida, a “união e ... resistência”.<sup>94</sup> O centro das discussões não era mais o imposto e sim o povo. Este que agora vislumbrava a possibilidade de uma participação mais ampla dentro do processo eleitoral.

Sobre as vinculações entre republicanismo e revolta do vintém, a percebemos como falas elaboradas visando enfraquecer a legitimidade do movimento do vintém. Desta forma, as ações populares ficariam caracterizadas como simples atos coordenados por indivíduos principalmente interessados em abalar o *status quo*. Isso corrobora com o universo mental onde os setores livres pobres urbanos eram retratados como indivíduos que faziam parte das fileiras “ dos inexpertos, dos ignorantes e dos tolos que são, todos levados a extremos condenáveis, pagando com muitas vezes com o precioso sangue os desatinos da própria cegueira [...]”.<sup>95</sup>

Esta idéia de um grupo de indivíduos se aproveitando dos anseios de outros na esperança de angariar força para causa própria (republicanismo e o imposto do vintém) fora criada na época, mas ainda é encontrada nas discussões historiográficas. José Murilo de

<sup>91</sup> GRAHAM, Sandra, op.cit., p. 231.

<sup>92</sup> *O Fluminense*. 19\12\1880.

<sup>93</sup> *Jornal do Commercio*. 03\01\1880.

<sup>94</sup> *Gazeta da Noite*. 27\12\1879.

<sup>95</sup> *Jornal do Commercio*. 30\12\1879.

Carvalho aparentemente se aproxima de tal visão, ao interpretar que daquele “ [...] clima de insatisfação, tiraram vantagem os agitadores republicanos”.<sup>96</sup> Antes, ao tratar do *meeting* de São Cristóvão, declara que “ [...] Lopes Trovão e outros militantes republicanos, buscando tirar o máximo proveito político da ação da polícia, recusaram o encontro ( com o imperador)”.<sup>97</sup> Raimundo Magalhães Júnior também envereda por esta linha quando afirma o seguinte: “ Ora, os republicanos mais exaltados andavam exatamente à procura de pretextos para agitação popular, capaz de dinamizar o partido criado dez anos antes, mas sem ter feito progressos reais”<sup>98</sup>

Graham, entretanto, não percebe a revolta do vintém nos moldes acima. Adota a seguinte premissa: “Embora militantes republicanos figurassem entre aqueles mais engajados na organização dos comícios, nem estes, nem os conflitos que se seguiram, podem ser considerados, em essência, como agitação anti – monárquica”.<sup>99</sup>

Pensamos da seguinte forma: não podemos identificar um movimento com determinada corrente política quando temos versões tão distintas sobre determinados acontecimentos. Exemplo maior disso foi a controvérsia sobre o *meeting* de São Cristóvão por nós já apresentada. Graham também percebe a diversidade de relatos para um mesmo acontecimento: “O relato simples e direto dos acontecimentos mais evidentes, porém, fragmenta –se em muitas versões diferentes, quando examinado a partir das narrativas distintas fornecidas pelos participantes”.<sup>100</sup> Não há como identificar a revolta do vintém com o republicanismo baseado somente nos discursos oficiais e de membros privilegiados política e economicamente. Vale lembrar que do outro lado há indivíduos que negam veementemente a versão contada pelos primeiros.

Após o motim do vintém, novos modelos surgem, como bem lembrara Graham. O próprio movimento abolicionista que se revigorava no anos 80, bebe na fonte criada pela revolta do vintém: “ Doravante, os abolicionistas adotariam uma nova orientação para o movimento, ao levar justamente em conta o ambiente político que se criara, e ao saber utilizá – lo em favor de sua causa, recorrendo a uma platéia mais ampla”<sup>101</sup>

Aqueles turbulentos dias de fins de fevereiro de 1879 e de janeiro de 1880 marcaram profundamente a sociedade imperial. Uma nova cultura política surge, o povo sai da

---

<sup>96</sup> CARVALHO, José Murilo de. Versão eletrônica da REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=1>

<sup>97</sup> Idem

<sup>98</sup> JUNIOR, Raimundo Magalhães, op.cit., p. 78.

<sup>99</sup> GRAHAM. Sandra Lauderdale, op.cit., p.230.

<sup>100</sup> Ibidem, p.218.

<sup>101</sup> Ibidem, p.230.

obscuridade para se tornar um dos atores principais. Seus desejos se tornam objeto de discussão no parlamento pelo fato de terem se tornado protagonistas de importantes episódios, saindo assim da escuridão e do papel secundário atribuído a ele.

Homens simples dialogavam, se relacionavam com jornalistas. Os chamados tribunos populares defendiam as causas populares não somente nos parlamentos ( quando era o caso) ou nas folhas onde trabalhavam. Iam para as ruas e ao lado dos populares enfrentavam o governo imperial. Em janeiro de 1880 tínhamos Lopes Trovão protagonizando a seguinte cena: “ [...] subindo ali ( no Largo de São Francisco) à janela de uma casa, aconselhou ao povo a que não pagasse o imposto de trânsito e oferecesse resistência ao governo e às autoridades”.<sup>102</sup>

Existia agora um povo que boicotava as empresas de bondes, “ que prefere andar a pé ou servir –se de outro qualquer meio de locomoção a pagar o imposto”<sup>103</sup>, um povo que foi para as ruas exigir que fosse recebido pelo imperador, um povo que enfrentou a polícia e o exército no dia 1º de janeiro, um povo que não mais podia ser ignorado a ponto do *Jornal do Commercio* publicar os seguintes dizeres: “ [...] para nós a liberdade da imprensa deve ser dupla, **tão isenta da influência do poder do governo como do poder do povo**”<sup>104</sup> (grifo nosso)

---

<sup>102</sup> Relatório do 1º delegado, Carlos Alberto de Bulhões, para o desembargador e chefe de polícia da Corte, Eduardo Pindahyba de Mattos. Publicado no *Jornal do Commercio* no dia 03\01\1880.

<sup>103</sup> *Gazeta da Noite*. 12\01\1880.

<sup>104</sup> *Jornal do Commercio*. 03\11\1880.



## Conclusão

Na conclusão deste trabalho, achamos perspicaz, antes de iniciarmos uma análise dos resultados por nós obtidos, fazermos uma descrição dos principais acontecimentos que acabaram, em determinados momentos, influenciando os rumos desta dissertação.

A intenção inicial desta pesquisa era tentar ouvir e dar voz, na historiografia, aos setores livres pobres urbanos, “o povo” no vocabulário de abolicionistas como Lopes Trovão, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. A principal questão era como conseguiríamos chegar até eles. Quais estratégias utilizar.

A solução encontrada foi, primeiramente, utilizar periódicos (jornais) e fontes oficiais (documentos da polícia da Corte) que pudessem nos conduzir até eles. Pensávamos na possibilidade de detectar laços de sociabilidade entre populares e redatores de jornais ou autoridades e possíveis organizações de atos e protestos; como populares e (por exemplo) abolicionistas de renome se enxergavam e atuavam em conjunto, etc. Enfim, era nossa meta compreender a dinâmica do universo do povo, dos setores livres pobres urbanos.

Tendo em mente o que desejávamos, partimos para a pesquisa e vieram os primeiros empecilhos em nosso caminho. Como alcançar vozes provenientes do povo? Afinal, o mundo das letras não era muito frequentado pelos setores livres pobres urbanos (vide as altas taxas de analfabetismo durante o império). Portanto, sabíamos que dificilmente encontraríamos qualquer fala, pensamento ou tipo de expressão que viesse diretamente do povo. Teríamos pensamentos, discursos e notícias ou de grupos que viessem a apoiar o povo em seus anseios e objetivos ou de grupos que seriam contrários a sua maior inserção dentro da sociedade .

Encontrar publicações que reproduzissem o imaginário dos grupos dirigentes interessados na manutenção do *status quo*, não foi tarefa das mais difíceis. O *Jornal do Commercio* sempre nos pareceu uma boa opção. Afinal, em quase todos os jornais que defendiam as causas populares, era acusado de ser ministerialista.

Achar periódicos que abertamente defendessem causas populares também não foi tão árduo. Fonte rica de impressões, opiniões e reflexões de homens que escolheram enveredar o Brasil por um caminho alternativo, por uma outra via que não a Saquarema. Homens estes, e é importante lembrar disso, que habitavam e conviviam diariamente o mesmo universo que seus

opositores. Lembremo-nos (mais uma vez) que Joaquim Nabuco era filho de uma importante família nordestina. Utilizamos a *Gazeta da Noite*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta da Noite e O Fluminense* (que apesar de se dizer conservador, durante a Revolta do Vintém sempre apoiou o povo)

Entretanto, era difícil detectarmos qualquer agitação ou possível rede de sociabilidade através dos jornais. Precisávamos de narrativas de acontecimentos que envolvessem participação popular, o que era difícil de encontrarmos mesmo em jornais com inclinação popular. Nesse contexto, da necessidade de ações e fatos concretos, julgávamos fundamental a documentação policial.

Já tínhamos a noção, através de trabalhos anteriores realizados por nós ou pela historiografia, de que fontes policiais tendem a mascarar certas atividades em nome da tranquilidade pública. Mesmo assim, valeria a pena mergulharmos nessa documentação. Lá, acreditávamos, encontraríamos informações privilegiadas, ações populares.

Por questões técnicas, se felizmente ou infelizmente não podemos dizer, o acesso aos papéis da Polícia da Corte não estavam disponíveis para consulta na oportunidade. Seu local de guarda estava sendo restaurado. Eis um novo obstáculo: como suprir esta lacuna? Onde encontrar outra fonte que nos desse o tipo de informação que desejávamos? A resposta para nossos problemas estava próxima.

Sabíamos da existência da Revolta do Vintém, entretanto a produção historiográfica bastante reduzida sobre o tema fez com que, no princípio, nossas atenções não se voltassem para este importante movimento social ocorrido na corte no início da década de 80 do século XIX. Então, como a Revolta do Vintém se torna parte tão importante de nosso trabalho?

Ao analisarmos a *Gazeta de Notícias* durante o mês de junho (janeiro não estava disponível para consulta), encontramos referências (e não foram poucas) sobre os turbulentos dias de janeiro. Após esta constatação, fomos trabalhar com *O Fluminense* durante o mês de janeiro e, para nossa surpresa, a imprensa de Niterói cobriu durante 4 dias de maneira satisfatória os eventos ocorridos na Corte.

Percebemos que a Revolta do Vintém era um evento fundamental que abordava vários temas de grande relevância para a sociedade imperial residente na Corte: aspectos políticos, sociais e econômicos. A partir deste instante, sabíamos que o Motim do Vintém era o evento que



nos faltava. Tínhamos a possibilidade de detectar redes de sociabilidade, analisar táticas de resistência popular, compreender visões de mundo, etc.

Aí entra a fundamental contribuição de dois periódicos que possuíam orientações diametralmente opostas: o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta da Noite*. Do primeiro periódico já conhecíamos sua reputação, mas foi surpreendente o quanto nos foi generoso o periódico onde trabalhou Lopes Trovão.

Na *Gazeta da Noite* encontramos vestígios de encontros entre jornalistas e populares, táticas de resistências por parte do povo que não se restringiam à violência física, discussões sobre o republicanismo e a revolta do vintém e a atuação conjunta entre o povo e Lopes Trovão em algumas ocasiões (como no *meeting* da Quinta da Boa Vista).

O *Jornal do Commercio* também nos impressionou bastante. Não foi em momento algum (quando tratou sobre a Revolta do Vintém) um mero reprodutor dos discursos oficiais. Até nele próprio, o imposto do vintém fora mal recebido. Embora tivesse este ponto comum com a *Gazeta da Noite*, de maneira alguma trataram este episódio de forma semelhante.

Ao analisarmos nossas fontes, percebemos que o grande debate naquele momento se dava em torno do povo. A grande questão era: poderia o povo participar de debates que influenciariam no destino do país? Tinham os setores livres pobres urbanos a qualificação necessária para uma participação política mais efetiva? Seria o povo facilmente ludibriado por oportunistas ou este sabia bem quais eram seus interesses? Incentivar manifestações populares ou cultivar a obediência à lei de forma irrestrita? Enfim, o debate naquele momento (nos periódicos) girava em torno destas questões.

Antes de tentarmos responder a estas perguntas, cabe aqui uma contextualização. A década de 80 do século XIX, no Império do Brasil, foi de intensos debates. O fim da escravidão, a república ou a monarquia e a reforma eleitoral. Todos estes temas convergiam para um mesmo ponto: a cidadania, a extensão de certos direitos ou até mesmo a criação de alguns.

E este norte conduziu as reportagens, debates e reflexões dos periódicos analisados por nós. Mesmo quando não abordamos a revolta do vintém, percebemos (por parte dos abolicionistas dos jornais) uma preocupação em quebrar com certa representação do povo. Assis Brasil e Ferreira de Menezes são exemplos do que desejamos citar. O primeiro, com uma poesia, incentiva o povo a ir para as ruas e protestar, comparando os setores livres pobres urbanos a um leão adormecido; já o segundo, quando da visita do maestro Carlos Gomes, exalta a inteligência e

o patriotismo do povo. Vale ressaltar que estas manifestações de apoio e incentivo ao povo ocorrem após janeiro de 1880, ou seja, após a revolta do vintém.

Mesmo com tantas demonstrações de apreço de abolicionistas para com o povo, notamos (ao analisarmos os periódicos quando estes abordaram o fim da escravidão) a existência de uma noção de hierarquia entre alguns deles. Os jornais eram claros: abolicionistas como José do Patrocínio eram designados como “heróis”, enquanto o povo é descrito no seu papel de glorificar e de carregar os heróis, e designados como patriotas pelo fato de terem reconhecido a importância daquele evento. Em momento algum, ao menos no *Gazeta da Tarde*, povo e abolicionistas de renome tiveram a mesma importância reconhecida dentro da campanha abolicionista. A um coube o papel de herói, de arquiteto principal; ao outro um papel secundário, quase de um expectador.

Mesmo assim, não consideramos os abolicionistas como meros reformadores, interessados em manter o *status quo*. Mais uma vez lembramos neste trabalho que sempre temos em mente a seguinte premissa: os homens são filhos de seu tempo. Já pensamos ser um avanço enorme, considerando a sociedade imperial que durante décadas se estruturou baseada na ideologia Saquarema, abolicionistas reivindicarem a democracia da terra, maior participação dentro do processo eleitoral, acesso à educação, etc.

Voltemos ao nosso principal evento, a revolta do vintém. Reafirmamos aqui que a não aceitação do imposto é ponto comum entre a *Gazeta da Noite* e o *Jornal do Commercio*. Aliás, a política fiscal do gabinete liberal, que abarcou todos os setores da sociedade imperial da corte, fora mal recebida por quase todos. Mas se o imposto do vintém fora mal recebido por ambos, qual o ponto de discordância entre os jornais?

Os jornais citados indicavam que por trás do imposto do vintém, debates importantíssimos aconteciam. Um deles se dava sobre a capacidade ou não do povo de ter uma participação mais ampla dentro do processo político (extensão do direito ao voto, por exemplo). Se estaria apto ou não. Lembremo-nos que a principal missão do gabinete de 5 de janeiro era aprovar a reforma eleitoral.

Acompanhando a *Gazeta da Noite*, acompanhamos todo o processo de realização dos protestos de dezembro de 1879 que antecederam aos embates de janeiro de 1880. Além de conferências em teatros e demonstrações de rua de apoio a jornais como a *Gazeta de Notícias* e a

*Gazeta da Noite*, tivemos (o que mais furor causou) a marcha do povo junto com Lopes Trovão até os portões da Quinta da Boa Vista. Este episódio rendeu muita discussão.

Desde este acontecimento surge, mais especificamente no *Jornal do Commercio*, a tentativa de vinculação entre republicanismo e revolta do vintém. Algumas foram as cartas publicadas pelo periódico de Júlio Vilenneuve onde o povo é acusado de ser enganado e ludibriado por indivíduos que estariam se utilizando das necessidades do povo para proveito de suas causas (caso de Lopes Trovão e de seu republicanismo).

Por outro lado, tivemos a formulação de outro ponto de vista: a de que o povo sabia o que estava fazendo, que deliberava em conjunto nas assembléias (termo utilizado por Trovão). Fato foi que o povo esteve constantemente nas ruas entre dezembro de 1879 e janeiro de 1880.

Tínhamos uma batalha de discursos. Os setores dominantes argumentavam que o povo, por não ter a preparação necessária, seria facilmente enganado por aproveitadores. Nesta concepção, o povo é retratado como despreparado e homens como Lopes Trovão e José do Patrocínio são identificados como aproveitadores. Tais discursos no fundo abordavam uma questão central: estaria o povo preparado para atividades como o voto?

A resposta para a pergunta acima nos parece simples (tendo em mente os realtos dos periódicos). Para homens como Patrocínio, Trovão e Menezes; a resposta é sim. A extensão do direito ao voto rotineiramente era pedido na *Gazeta de Notícias* e na *Gazeta da Noite*. Ao serem exaltados como “gregos pela inteligência e romanos pelo patriotismo”<sup>1</sup> estavam habilitados a exercer um papel de maior importância.

Para os setores dominantes, a resposta para nossa pergunta é não. O povo, longe de ser inteligente e patriota, era despreparado. Vítima fácil da ação de pretensos golpistas como Trovão. Afinal, não estariam preparados, seriam ignorantes. A curto prazo, vence esta tendência. A reforma eleitoral aprovada pelo gabinete liberal excluía do direito ao voto os analfabetos, justamente por serem considerados não preparados.

Outro grande debate entre *Gazeta da Noite* e *Jornal do Commercio* era sobre como fazer com que o imposto caísse: o primeiro dizia que seria através do protesto, da força; o segundo através da legalidade, do voto. O temor de que a situação saísse do controle era presente no *Jornal do Commercio*. Tinham medo de como poderia reagir o povo, principalmente se a violência fosse empregada.

---

<sup>1</sup> *Gazeta de Notícias*. 18\10\1880.

O maior medo dos setores conservadores se corporifica através da revolta do vintém. De variadas maneiras foi o povo às ruas lutar por direitos que julgavam serem seus; por mais que direito e povo fossem vocábulos que não estivessem diretamente conectados em janeiro de 1880.

Foi através do boicote aos bondes, de alcunhas nada lisonjeiras para com o ministro Figueiredo e seu imposto, de deliberações em assembléias (de acordo com Lopes Trovão), da violência, de *meetings* onde demonstravam apoio ou repulsa a jornais e até mesmo da ironia de carros alegóricos durante o carnaval que os setores livres pobres invadiram a cena política em fins de 1879 e início de 1880.

Como bem sintetizou Sandra Graham, a revolta do vintém marca uma quebra na cultura política. Daqui para a frente o povo não mais poderia sair do cenário político, se tornava parte integrante do jogo, não podia mais ser renegado. E esta noção de uma nova cultura política transparece nos debates.

A ideologia Saquarema, ironicamente, tenta uma contra ofensiva justamente através do partido liberal. O censo educacional (que excluía os analfabetos do direito ao voto) segrega quase 99% da população (0,8% de votantes na eleição de 1886). Entretanto, este fato não impede que o movimento abolicionista cresça nas cidades com a participação popular.

Enfim, de acordo com os periódicos por nós pesquisados, a revolta do vintém nos mostra um povo mais articulado com os abolicionistas e republicanos do que pensávamos. Tivemos a colaboração de (somente alguns do que nominalmente foram citados) Lopes Trovão, José do Patrocínio, Ferro Cardoso, Ernesto Sena e Ferreira de Menezes juntamente com homens do povo em alguns episódios como no *meeting* da Quinta da Boa Vista ou na pancadaria de 1º de janeiro de 1880 no centro da Corte. Certamente as letras também não foram empecilhos para a aproximação destes sujeitos como tendemos a pensar.

Se a maioria daqueles homens e mulheres que protestaram contra o imposto do vintém eram republicanos ou não (e esta era uma importante questão naquele momento, afinal Trovão estaria angariando apoio para sua causa particular), não podemos responder. Se Trovão articulou sozinho os movimentos de dezembro de 1879 ou em conjunto com populares não podemos também afirmar com certeza.

Podemos pensar o seguinte: o povo estaria articulado com os abolicionistas não somente na questão da abolição, mas também em outras questões que fugiam ao problema do elemento

servil. Parte deste pensamento se justifica com as matérias por nós reproduzidas que pediam escolas noturnas para os operários, água potável para a população, etc.

A revolta do vintém só veio confirmar esta suspeita acima. Nela vimos o quanto redatores e populares estiveram juntos. Trovão e Patrocínio, os mais citados, aparentemente participaram desde os preparativos do motim até os turbulentos dias de janeiro (versão corroborada pela polícia e publicada no *Jornal do Commercio*).

Também, vale a pena repetirmos aqui, as estratégias de resistência do povo foram além de mera violência. Isso demonstra a capacidade de organização (por mais que por trás estivessem envolvidos os abolicionistas, o que não conseguimos comprovar) do povo.

Nossa opinião é a seguinte: através da revolta do vintém, percebemos o quanto a questão da participação popular na política esteve em pauta. As ações populares eram legitimadas pelos abolicionistas (que afirmavam estarem os setores livres pobres preparados para um papel maior) e deslegitimadas pelos grupos dominantes (que diziam ser o povo presa fácil para sujeitos como Trovão) através de discursos. O imposto em si era secundário nas matérias dos jornais, foi considerado injusto e desnecessário por todos eles; a grande questão era: como fazer cair o imposto: seria nas ruas ou no parlamento? Este debate implicava em analisar e refletir sobre os episódios que envolveram a revolta do vintém (daí o surgimento de discursos que glorificavam ou depreciavam as ações populares).

Fechamos este trabalho com a mesma frase retirada do *Jornal do Commercio*, por mais repetitivo que isto possa soar, mas que melhor retrata aquele novo cenário que surgia: “ [...] para nós a liberdade da imprensa deve ser dupla, **tão isenta da influência do poder do governo como do poder do povo**”<sup>2</sup> O povo, não mais podia ser ignorado. E isto, graças às suas próprias ações.

---

<sup>2</sup> Jornal do Commercio. 03\11\1880.



## Bibliografia

- ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil – Império*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. *Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo, Alameda, 2006.
- BEIGUELMEN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BERGSTRESSER, Rebecca B. *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro. 1880-1889*.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S.. *A abolição como problema histórico e historiográfico*. In: *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Ciro Flamarion S. Cardoso (org). Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Hebbe Maria Mattos de. “*Laços de família e direitos no final da escravidão*”. In: Fernando Novais (org); *História da Vida Privada no Brasil*, vol 2. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003 (5ª reimpressão).
- CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850 – 1888*. Miami, Krieger, 1993.

- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- FERNANDES, Humberto Machado. “*Entre a Monarquia e a República*”. In: Ilana Blaj e John Monteiro (orgs); *História e Utopias*. São Paulo, Anpuh, 1996.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.
- GRAHAM, Richard. “*As causas da abolição da escravidão no Brasil*”, in Graham, Richard; *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. Volume 10, número 20. Março 1991 \ Agosto 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol 2. *Os Intelectuais*. O princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo, EDUSP / EDUF RJ, 1994.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX*. DP & A, Rio de Janeiro, 2003.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. In: *Intérpretes do Brasil*. Volume I. Editora Nova Aguiar, São Paulo.
- JUNIOR, Raimundo Magalhães. *Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo, LISA, 1971.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808/50*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- LEFEBVRE, Henry. *El derecho a la ciudad*. Barcelona, Península, 1978.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.
- REIS, João José. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.



- REVEL, Jacques. *Microanálise e Construção do Social*. In: Jacques Revel (org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.
- REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL (versão eletrônica). <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=1>
- SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco – um pensador do império*. Rio de Janeiro, Top Books, 2002.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro, Top Books, 1996.
- SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Projetos Sociais Abolicionistas: Ruptura ou Continuísmo?* In: *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Daniel Aarão Reis (Org.). Viveiros de Castro Editora, 2005, Rio de Janeiro.
- SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Abolicionismo e Desigualdades Sociais*. In: *Rio de Janeiro: tempo, espaço e trabalho*. Ana Maria da Silva Moura, Carlos A. M. Silva (Orgs).
- SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. “*Abolicionismo e visões da Liberdade*” in REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. ISSN 0101-4366 - n.437 - out/dez 2007.
- SEBRA, Odette. *A insurreição do uso*. In: Martins, José de Souza (org). *Henry Lefbvre e o retorno à dialética*. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D’ África, O príncipe do Povo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)